



Daniel

AS PROFECIAS DE DANIEL
E A ASCENSÃO DO
GOVERNO DO ANTICRISTO

ALESSANDRA GRANGEIRO

AS PROFECIAS DE DANIEL
E A ASCENSÃO DO
GOVERNO DO ANTICRISTO

1ª Edição

EDUORA
CRUZ

Goiânia/Go
2015

Copyright © Alessandra Grangeiro, 2015
ISBN 978-85-69080-02-2
1ª Edição, 2015
1.000 exemplares

É proibida a duplicação ou reprodução desta obra, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na web e outros), sem permissão expressa do autor. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.160).

Revisão Textual:

Alessandra Grangeiro

Editor:

Reginaldo Cruz Ferreira

Projeto Gráfico:

Katiúscia Bonfanti

Impressão e Acabamento:

Editora Visão - (62) 3211-1600

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G757p Grangeiro, Alessandra Carlos Costa.

As profecias de Daniel e a ascensão do governo do Anticristo / Alessandra Carlos Costa Grangeiro – Goiânia: Editora Cruz, 2015.

136 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-69080-02-2

1. Bíblia – A. T. – Daniel. 2. Bíblia – A. T. – Crítica, interpretação, etc. 3. Bíblia – A. T. Profecias. 4. Impérios – Antigo e moderno. 5. Governo mundial. 6. Anticristo. I. Título.

CDU: 224.5

Catalogação: Dannilo Ribeiro Garcês Bueno, CRB-1: 2162

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

**EDITORA
CRUZ**

www.editoracruz.com.br
editoracruz@gmail.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1

O livro de Daniel: contexto histórico e sócio-cultural e mensagem 15

CAPÍTULO 2

O surgimento dos grandes impérios da antiguidade, à luz das
revelações de Daniel 55

CAPÍTULO 3

Os impérios modernos, o surgimento de um governo mundial e as
revelações de Daniel: pontos de convergência 91

CONSIDERAÇÕES FINAIS 129

REFERÊNCIAS 133

APRESENTAÇÃO

Apresentar um livro é sempre motivo de grande alegria. Nesse caso, a alegria é duplicada, pois vem à lume uma publicação teológica de qualidade que aborda uma temática que poucos estudiosos aventuraram-se a perscrutar: uma leitura escatológica de nosso tempo à luz das revelações do livro de Daniel. Foi com imensa satisfação que recebi o convite da professora Dra. Alessandra Carlos Costa Grangeiro para apresentar o fruto de uma série de leituras e reflexões que a autora tem feito acerca da constituição histórica dos governos mundiais e sua relação com as profecias bíblicas, em particular com as visões do livro de Daniel, que culminou na obra que agora o leitor e a leitora têm em mãos e que traz como título “*As profecias de Daniel e a ascensão do governo do Anticristo*”.

Não é difícil recomendar a leitura deste livro. Primeiro porque conheço pessoalmente a autora e constatei que ela tem um compromisso direto com a Bíblia enquanto Palavra de Deus revelada e possui convicções teológicas bem definidas. Suas posições são apresentadas de modo claro sem rodeios na produção que o leitor tem em mãos. Em segundo lugar, tive o prazer de acompanhar a autora na condição de seu orientador, enquanto ela organizava originalmente o conteúdo deste material para ser apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso no bacharelado em Teologia da Faculdade Faifa, trabalho este que inclusive recebeu nota máxima da banca examinadora.

Em “*As profecias de Daniel e a ascensão do governo do Anticristo*”, Alessandra Grangeiro tem como principal objetivo demonstrar a estreita relação que há entre as visões proféticas de Daniel e a formação de um Império Mundial que servirá de plataforma para a ascensão de um líder mundial que a Bíblia denomina Anticristo.

A fim de alcançar seu propósito, a autora dividiu sua obra em três capítulos. No primeiro, ela apresenta uma descrição detalhada do livro de Daniel analisando o contexto histórico e sócio-cultural que serviu de pano de fundo para recepção da mensagem divina e expõe de forma sintetizada a mensagem contida no livro, dando especial ênfase às profecias relacionadas aos gentios e à nação de Israel.

O segundo capítulo apresenta de modo panorâmico, e ao mesmo tempo profundo, um vislumbre da gênese dos grandes Impérios da Antiguidade. Nele, a autora consegue conduzir suavemente o leitor pelos meandros da história das primeiras civilizações humanas e aponta com maestria as diferentes etapas de constituição de aglomerados humanos que aos poucos foram se constituindo em grandes e poderosos impérios, a exemplo dos Impérios Babilônico, Egípcio, Medo-Persa, Grego, até o último dos grandes Impérios da Antiguidade, o Romano.

O último capítulo discute o ressurgimento do movimento imperialista a partir da era moderna até a atualidade e busca pontos de convergência entre as revelações de Daniel acerca de um governo mundial futuro dominado pelo Anticristo e as transformações históricas que o mundo vem enfrentado nos últimos séculos. Grangeiro apresenta o cenário que serviu de mola propulsora para a ascensão de novos impérios ao discutir as origens e a evolução do capitalismo.

A partir deste contexto, a autora descreve como, paulatinamente, os Impérios Holandês, Britânico e Norte-Americano surgiram e sucumbiram, um após o outro, e mostra o momento de instabilidade política e econômica em que se encontra o mundo atualmente. É a partir dessa realidade que Grangeiro traz uma releitura das visões de Daniel, em particular aquelas que se referem às Setenta Semanas. A

partir da análise de dados históricos sobre a crise e o colapso dos sistemas vigentes de governo e o clamor quase universal por uma liderança global, a autora conclui que a história da humanidade caminha para um fim, como está claramente descrito na “palavra de Deus que é viva e permanece para sempre”.

“*As profecias de Daniel e a ascensão do governo do Anticristo*” não é um manual de previsões futurísticas, como a autora bem enfatiza, nem fruto de meras especulações. Ao contrário, é um trabalho sério, embasado numa leitura crítica da realidade, daí seu valor acadêmico para o cristão independente da corrente teológica que ele professe.

Acima de tudo, porém, este livro reflete a fé e a esperança de que apesar do caos sistêmico em que se encontra a humanidade,

[...] nos dias destes reis, o Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído; este reino não passará a outro povo; esmiuçará e consumirá todos estes reinos, mas ele mesmo subsistirá para sempre (Dn 2.44).

Soli Deo gloria!

Prof. Dr. Jeová Rodrigues dos Santos

Doutor em Ciências da Religião pela PUC – Goiás.

Pós-Doutorado em Direito pela Universidad del Museo

Social Argentino – Buenos Aires.

Goiânia, 03 agosto de 2015.

INTRODUÇÃO

A história da revelação de Deus aos homens está relacionada, de forma muito profunda, às verdades espirituais e, portanto, às questões metafísicas. A Moisés, Deus deu a revelação não só da criação do mundo e do homem, mas também a revelação relacionada à Sua própria Pessoa, no que diz respeito ao Seu poder e à Sua soberania. Esse fato está registrado em Êxodo 3.14, na ocasião em que Deus falou com Moisés do meio da sarça ardente, dizendo-lhe que fosse libertar o povo da escravidão em que se encontrava no Egito. Depois de receber a ordem de Deus, Moisés Lhe questionou acerca do nome dEle, pois, por certo, o povo de Israel faria essa pergunta a ele; foi, então, que Deus respondeu a Moisés: *Eu Sou o que SOU*. Essa é uma expressão hebraica que expressa ação, isso quer dizer que Deus gostaria de ser conhecido como um Deus vivo, ativo e presente no meio do povo. Inúmeros são os tratados teológicos que tratam acerca da pessoa de Deus como um Ser Absoluto, Transcendente e Eterno. Todas essas questões espirituais, portanto, transcendentais e metafísicas são do nosso conhecimento e reconhecemos o fascínio que é pensar na magnitude da Pessoa de Deus e da Sua espiritualidade. Entretanto, este trabalho tratará das ações desse Deus magnífico dentro de uma perspectiva histórica, pois, por mais espiritual que seja a Pessoa de Deus, as Suas ações se efetivam, no que diz respeito à redenção do homem, dentro de contextos históricos; exatamente onde as ações humanas se efetivam.

Dentro dessa perspectiva, então, é que faremos a leitura do livro de Daniel, pois nele é possível perceber como o reino de Deus está, poderosamente, em operação dentro dos processos históricos. Dessa forma, o objetivo geral do nosso trabalho é demonstrar que o cumprimento das profecias de Daniel está relacionado à formação de um Império Mundial e, por consequência, à ascensão de um líder mundial. Este trabalho tem por título *Análise histórico-teológica sobre a formação dos grandes impérios e a ascensão de um governo mundial: uma leitura à luz das revelações de Daniel e, ao longo dele, defenderemos a tese geral de que há, no desenvolvimento da civilização, um processo de expansão, embora em alguns momentos descontínuo, gradual, desde os povos nômades até a instauração do mundo globalizado, cenário da ascensão de um governo mundial.*

O problema que se põe diante de nós diz respeito ao seguinte: tem havido uma reordenação do mundo que aponta para a possibilidade de organização de um governo mundial. Relacionado ao nosso problema está a nossa hipótese: ao longo do processo de civilização tem havido constantemente tentativas de unificação dos povos, mudam-se as estratégias, mas o objetivo permanece.

A previsão do futuro sempre despertou a curiosidade do homem, portanto, ele sempre quis prever os acontecimentos e este é o objeto de estudo da Escatologia, ou seja, os acontecimentos futuros. Sendo assim, a compreensão do que está por vir será a tônica deste livro. O livro de Apocalipse é assim designado porque registra a REVELAÇÃO dos últimos acontecimentos da história da humanidade. Entretanto, anterior às revelações desse livro, há as registradas no livro do profeta Daniel, objeto da investigação deste livro. A menção a acontecimentos apocalípticos sempre gerou medo e pavor nos homens, especialmente em finais de séculos e de milênios. Na atualidade, com o constante avanço da tecnologia, tem gerado muita discussão, inclusive em programas televisivos. O que se percebe é que há uma preocupação generalizada acerca da sobrevivência do planeta terra. Muito se tem discutido acerca

da necessidade de se ter uma atitude ética perante a globalização para que o planeta não seja destruído. Entretanto, as catástrofes não ocorrem somente em nível ecológico, mas também em nível econômico: desvalorizações generalizadas de moedas nacionais têm deixado países bastante desestabilizados.

Em função dessas dificuldades, é comum entre intelectuais – como é o caso de Giovanni Arrighi, *O longo século XX* (2003), base de nossas discussões, no terceiro capítulo, doutor em economia e catedrático de sociologia em SUNY-Binghamton, Estados Unidos – a defesa da necessidade da articulação de um governo mundial, pois, com ele, poderia haver uma regulamentação da economia em nível planetário. Tendo em vista essas considerações, este trabalho se mostra relevante pela necessidade de uma melhor compreensão dos acontecimentos políticos e econômicos, relacionados à sequência de formação dos impérios mundiais. A observação dessa sequência evidenciará que, em relação a um império e ao seu sucessor, há sempre uma expansão dos limites territoriais até chegar à expansão máxima que é todo planeta, gerando o fenômeno conhecido como globalização. Será essa compreensão que evidenciará a estruturação do governo do Anticristo, predito no livro do profeta Daniel.

O método da pesquisa deste livro é o proposto pelos autores Gordon D. Fee e Douglas Stuart e, em conformidade com eles, partimos de dois pressupostos básicos, essenciais a qualquer metodologia bíblica: o reconhecimento da soberania de Deus e a autoidentificação do Seu caráter que Ele faz nas Escrituras Sagradas. Com isso, esta pesquisa parte do pressuposto de que a Bíblia é revelação de Deus e essa revelação se cumprirá não somente na eternidade, mas também no tempo histórico. Do método histórico-crítico consideramos essencial a abordagem do contexto histórico no qual a mensagem bíblica foi proferida, mas não admitimos os questionamentos críticos com vistas à oposição das verdades veiculadas pelas Escrituras. A formulação metodológica proposta por esse trabalho assemelha-se ao método indutivo e consiste em duas

etapas: observação e interpretação. E os passos metódicos que compõem essa metodologia são os seguintes: primeiro uma abordagem geral do livro do profeta Daniel e, posteriormente, o apontamento de textos-chave para compreensão tanto da formação de um Império Mundial, quanto para a ascensão de um líder mundial. Essa leitura privilegiará a interpretação dispensacionalista progressiva das Escrituras. Dessa forma, será feita uma abordagem da situação histórica, ou seja, do contexto. Posteriormente, será feita uma correlação, ou seja, apontaremos os pontos de convergência entre o texto bíblico e os textos históricos que descrevem a formação dos impérios na Antiguidade e na atualidade para que fique evidenciado que as profecias do profeta Daniel encontram respaldo tanto nas considerações de estudiosos da história, quanto na realidade empírica, visto que o processo de globalização é uma realidade irrefutável.

Para alcançar nosso objetivo geral, dividimos o livro em três capítulos. O primeiro é intitulado “O livro de Daniel: contexto histórico e sociocultural e mensagem”. Neste capítulo, abordaremos o contexto histórico e sociocultural e a história pessoal de Daniel, bem como a mensagem do livro.

O segundo tem por título “O surgimento dos grandes impérios da Antiguidade, à luz das revelações de Daniel”. Neste, responderemos à pergunta: o que é um império? E abordaremos os grandes impérios da Antiguidade: o primeiro Império Babilônico; o Egípcio; o Assírio; o segundo Império Babilônico; o Medo-Persa; o Grego e, finalmente, o Romano.

O terceiro é intitulado “Os impérios modernos, o surgimento de um governo mundial e as revelações de Daniel: pontos de convergência”. Neste, descreveremos, em linhas gerais, a origem e evolução do capitalismo e apontaremos os pontos de convergência entre as questões históricas, o caos sistêmico da atualidade, e a última semana de Daniel.

O LIVRO DE DANIEL: CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO-CULTURAL E MENSAGEM

O nome do profeta Daniel significa *Deus é meu Juiz*. Esse profeta foi estadista na corte de monarcas pagãos, mas conservou o Espírito de Deus em sua vida. Foi deportado para Babilônia quando tinha 16 anos. Daniel é um dos poucos personagens bíblicos famosos que nada tem registrado de negativo em sua vida; ao contrário, sua existência se caracterizou pela fé, pela oração, pela coragem, pela perseverança e pela falta de concessões.

No tópico a seguir, temos como objetivo a apresentação do cenário, incluindo a história pessoal de Daniel, e tempo, cerca de 605-536 a. C., dos acontecimentos registrados no livro de Daniel, a do tempo de escrita do livro, bem como seu propósito e a exposição da mensagem do livro: as profecias para os gentios e as para Israel.

CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO-CULTURAL

O livro do profeta Daniel é um produto do exílio e mostra que o cativeiro dos judeus não seria definitivo, pois a nação que os subjuguava seria destruída e substituída por outra e, posteriormente, por três grandes impérios. Mas Deus, em oposição à efemeridade dos reinos da Terra, erigirá um que será eterno e universal.

Os acontecimentos registrados nesse livro começam no reinado de Jeoaquim, que fora o último rei de Judá, antes do cativeiro. No seu reinado, Jerusalém foi sitiada pelos babilônios e vários homens foram levados ao cativeiro, dentre eles encontravam-se Daniel, Hananias,

Misael e Azarias. Daniel, durante o cativeiro, vive na corte da Babilônia e, já na sua velhice, entende que o tempo do fim do castigo de Deus já havia chegado. Portanto, o livro reflete os ambientes históricos babilônicos e persas e registra as profecias que se referem especificamente aos reinados futuros da Grécia, de Roma, do Anticristo e, por fim, ao reinado eterno do Messias.

O propósito de Deus, nesse livro, é mostrar que, apesar das circunstâncias difíceis pelas quais o Seu povo passava, Ele tem o comando da história e, no futuro, dará o livramento. Nas palavras de Lasor, “um propósito básico do livro é retratar eventos de tal maneira que as promessas de Deus a seu povo da aliança sejam desvendados no contexto da história do mundo e do final dos tempos”, (LASOR, HUBBARD e BUSH, 2002, p. 618).

As revelações dadas a Daniel foram marcadas por visões. Esse livro é considerado o apocalipse do Antigo Testamento, pois registra acontecimentos históricos específicos que ocorreriam no final dos tempos. Algumas questões gerais ainda devem ser destacadas para que tenhamos, cada vez mais, uma visão ampliada do livro de Daniel.

Na ocasião da escrita do livro, os judeus estavam exilados na Babilônia. Nesse contexto, havia muito desalento entre o povo de Deus e, para isto, Daniel foi escrito: para dar coragem aos judeus exilados durante todo o período de dominação gentílica. Dessa forma, o livro de Daniel apresenta o programa, o plano de Deus para os judeus. O tempo dos gentios havia se iniciado com os babilônicos e deveria chegar o dia em que a nação de Israel seria restabelecida. Diante de circunstâncias bastante adversas, Daniel enfatiza a soberania de Deus sobre os acontecimentos históricos, ou seja, apesar de estarem cativos, Deus já aponta para o tempo da restauração, demonstrando que não há reino humano que impeça a atuação Dele através da história. Dentro dessa visão é que os versículos 20-22 e 44, do capítulo 2 de Daniel, se destacam como sendo centrais nesse livro:

Falou Daniel e disse: Seja bendito o nome de Deus para todo o sempre, porque dele é a sabedoria e a força; ele muda os tempos e as horas, move os reis e estabelece os reis; ele dá sabedoria aos sábios e ciência aos inteligentes. Ele revela o profundo e o escondido e conhece o que está em trevas; e com Ele mora a luz. Mas, nos dias destes reis, o Deus do céu levantará um reino que não será jamais destruído; e esse reino não passará a outro povo; esmiuçará e consumirá todos esses reinos e será estabelecido para sempre¹.

Ainda dentro da perspectiva de que Daniel apresenta o plano de Deus para os judeus, podemos destacar o capítulo 5 como sendo o capítulo-base para o entendimento desse plano, pois é nele que está registrada a tão aclamada profecia sobre as setenta semanas. Essa profecia é que dá o arcabouço cronológico referente aos acontecimentos futuros da nação de Israel, desde o retorno do cativo até o restabelecimento do reinado de Israel na Terra. Com a vinda de Jesus, cumprida na 69ª semana, resta, apenas, para o futuro, o cumprimento da 70ª. Os acontecimentos referentes a essa última semana foram revelados no livro de Apocalipse.

A HISTÓRIA PESSOAL DE DANIEL

O estudo do livro de Daniel não será feito de forma minuciosa, analisando capítulo por capítulo, mas faremos um recorte que abrange a vida de Daniel, sua postura e as revelações que recebeu de Deus, referentes ao desenrolar da história humana.

Conforme já exposto, no terceiro ano do reinado de Jeoaquim, Jerusalém foi sitiada e o rei, uma parte dos utensílios da Casa de Deus e alguns nobres foram transportados para a Babilônia. Segundo o desejo do rei, Aspenaz, seu oficial, deveria escolher entre os nobres:

jovens em quem não houvesse defeito algum, formosos de aparência, e instruídos em toda a sabedoria, e sábios em ciência, e entendidos no conhecimento, e que tivessem habilidade para viver no palácio do rei, a fim de que fossem ensinados nas letras e na língua dos caldeus (Dn 1.4)

¹ Todas as referências bíblicas, neste trabalho, são retiradas da versão bíblica Almeida Revista e Corrigida (ARC).

O rei da Babilônia, Nabucodonosor, teve que levar esses jovens formosos de aparência e instruídos para o seu reino porque, dado o crescimento vertiginoso da Babilônia, depois da destruição de Nínive, sete anos antes do cerco de Jerusalém, desejava ter “jovens da linhagem real, e dos nobres da nação de Israel” (Dn 1.3). Por certo, desejava formar esses jovens para que fizessem parte da cúpula governamental, como ficou evidente pelas posições políticas adquiridas por Daniel e seus amigos, posteriormente. Dentro desse contexto, o objetivo de Nabucodonosor era instruir, ainda mais, os jovens escolhidos dentro do contexto cultural da Babilônia, ou seja, era desejo do rei que os jovens fossem instruídos “nas letras e na língua dos caldeus” para que eles fossem úteis no serviço real (Dn 1.4).

Nabucodonosor, além de construir um grande império militar, tinha o desejo de se tornar o grande estadista que promoveria a paz e o desenvolvimento cultural de seu povo. Sendo assim, a Babilônia deveria ser replanejada de forma a evidenciar a sabedoria, a moderação, a perspicácia e a visão do monarca que a edificara². Por essa razão, Nabucodonosor, segundo Wallace, em *A mensagem de Daniel* (1987), procura explorar as possibilidades sociais e humanas de suas conquistas, ou seja, o potencial humano levado para a Babilônia. O que o rei decidiu fazer foi absorver tudo de bom, do ponto de vista social e cultural, do mundo para a Babilônia. Dentro dessa perspectiva, jovens inteligentes somente poderiam aumentar o esplendor da Babilônia, a partir de uma eficiência na administração.

Os estímulos eram dados pelas atraentes descrições dos privilégios e perspectivas do curso: os estudantes teriam acesso às finas iguarias e ao vinho da casa real e, além disso, teriam a segurança de um emprego na assessoria pessoal do rei. Na realidade, essa situação oferecia aos jovens hebreus a promessa de uma carreira profissional extremamente valiosa, pois estavam sob a liderança de um estadista notável que tinha todo o interesse na promoção deles.

² Compreender bem essas questões de fundo nos ajuda a entender melhor o porquê, exatamente, da exaltação de Nabucodonosor, registrada no capítulo 4, versículo 30.

Diante dessa nova situação, o cativo babilônico não parecia tão ruim assim. Inúmeras mudanças estavam ocorrendo e o que os israelitas deveriam fazer era, tão somente, se adequar a elas. Deveriam se esquecer de Sião e dos seus preceitos e se adequar à nova realidade, especialmente porque esta lhes oferecia melhores perspectivas de vida (Sl 137). Dentro de uma situação dessas, facilmente o povo dominado perderia suas particularidades culturais se não fosse a existência de homens como Daniel e seus amigos. No contexto da dominação babilônica, os hebreus corriam o risco de sofrerem um processo de aculturação, ou seja, corriam o perigo de perderem os traços culturais, a identidade, o modo de viver que os caracterizavam como o povo que servia ao Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó. Mas isso não aconteceu porque sempre existiram e existirão os sinceros e dedicados, os atentos às suas tradições e precavidos em relação às mudanças culturais. Dentro dessa visão um pouco mais abrangente é que compreenderemos melhor a decisão tomada por Daniel e pelos seus amigos e, compreenderemos, também, porque essa decisão agradou tanto a Deus a ponto de movê-Lo a fazer milagres tão extraordinários como são os que estão registrados no livro de Daniel. Dois textos bíblicos devem ser observados para que fique clara a situação do povo de Israel. O primeiro é o Salmo 137.1-4:

Às margens dos rios da Babilônia, nós nos assentávamos e chorávamos, lembrando-nos de Sião. Nos salgueiros que lá havia, pendurávamos as nossas harpas, pois aqueles que nos levaram cativos nos pediam canções, e os nossos opressores, que fôssemos alegres, dizendo: Entoai-nos algum dos cânticos de Sião. Como, porém, haveríamos de entoar o canto do Senhor em terra estranha?

Esses versos demonstram, claramente, o desalento do povo em função do cativo. Junto às margens dos rios da Babilônia se assentava e chorava com saudades da terra de Sião. A saudade era tanta que o impedia de cantar hinos ao Senhor. Para o povo era impossível entoar um canto ao Senhor em terra estranha.

O segundo texto que deve ser ressaltado é o de Jeremias 29. 1-23. Essa perícopé registra a carta que Jeremias enviou ao povo que estava cativo na Babilônia. Ela foi escrita e enviada, provavelmente, um ou dois anos depois que o povo chegou à Babilônia. Nela, Jeremias dava algumas instruções aos exilados que podem ser observadas especialmente nos versículos 5 – 7:

Edificai casas e habitai-as; plantai jardins e comei o seu fruto. Tomai mulheres e gerai filhos e filhas; tomai mulheres para vossos filhos e dai vossas filhas a maridos, para que tenham filhos e filhas; multiplicai-vos ali e não vos diminuais. Procurai a paz da cidade para onde vos fiz transportar; e orai por ela ao Senhor, porque, na Sua paz, vós tereis paz.

Há uma evidente oposição entre esse texto e o primeiro. No primeiro há um tom de desalento e até, pode-se dizer, de desespero. No segundo, há um tom de conformidade, de tranquilidade. A carta de Jeremias demonstra, na sua totalidade, que o cativo estava nos planos de Deus e este duraria, apenas, 70 anos. Cumpridos esses anos, o povo retornaria a Jerusalém. Se Deus tinha o plano de fazer o povo retornar, por certo, a adaptação tranquila ao lugar não significava uma adequação aos padrões culturais e religiosos. Jeremias demonstra ter entendido essa situação e Daniel e os seus amigos também. Daniel compreendeu que deveria se adaptar à nova situação, mas deveria ser resistente às mudanças que implicassem na sua comunhão com Deus. Então, o que ele deveria fazer era se estabelecer na Babilônia, sem deixar de cultivar a sua comunhão com Deus, ou seja, deveria preservar o essencial da sua fé. Este foi o procedimento de Daniel, de Hananias, de Misael e de Azarias: seguiram o conselho de Jeremias, ou seja, se estabeleceram na Babilônia e cooperaram na sua administração, mas permaneceram fiéis à tradição de seus pais. Fizeram várias concessões: aceitaram a mudança de nomes (Dn 1.7), aceitaram altos cargos na administração imperial pagã (Dn 3. 30; 6. 1-3), mas, no interior, eles se mantiveram estranhos à vida e à cultura com que evidenciavam estar

envolvidos e, quando precisaram, demonstraram claramente seus posicionamentos, pois em algumas questões não aceitaram nenhum tipo de concessão. Demonstraram resistência quando foram ordenados a adorar a estátua levantada por Nabucodonosor (Dn 3.12); quando foram proibidos de orar (Dn 6.11) e quando foram ordenados a comer dos manjares do rei (Dn 1.1-2). Aqui está o segredo da vida vitoriosa de Daniel e de seus amigos: eles confiaram em Deus e, mais que isso, eles decidiram no coração não se contaminarem: “Daniel assentou no seu coração não se contaminar com a porção do manjar do rei” (1.8) e, porque não se contaminaram com as comidas e as bebidas consagradas em rituais pagãos, Deus os abençoou dando-lhes uma boa aparência, “conhecimento, inteligência em todas as letras e sabedoria; mas a Daniel deu entendimento em toda visão e sonhos” (1.17). Sobre a preservação do destino da nação de Israel, assim se expressa Wallace (1987, p. 33):

Nos tempos de Daniel, o perigo que a sua própria nação corria e que devia ser enfrentado pelos seus líderes era ir descambando aos poucos, em seus costumes e tradições, conformando-se com o mundo ao seu redor, alterando, assim, inteiramente o seu rumo e a sua direção na história, e perdendo de vista os propósitos para os quais Deus a trouxera à existência. Pois os homens que estavam colocados numa posição como a de Daniel, e que pensavam como Daniel, sentiam que não poderiam servir a Deus com uma consciência pura a não ser que algum limite fosse estabelecido, e que uma posição firme fosse adotada em certos aspectos. Deveriam ser definidos e estabelecidos para aquele dia princípios constantes de conduta e de crença e a adesão a estes princípios teria que ser uma questão de consciência para cada um. Daniel nem fazia idéia de que era o guardião das tradições e do destino da sua nação!

Acerca da preocupação de Daniel em não se contaminar, Wallace (1987, p. 34) dá o seguinte parecer:

A preocupação de Daniel era *não contaminar-se*. Isso não significa que ele acreditasse que literalmente alguma contaminação física pudesse advir-lhe por ingerir alimento proibido, e que disso

resultasse, também, alguma mácula moral em sua alma. O seu pensamento seguia uma linha bem diferente. Simplesmente ele acreditava que a fé em Deus e o perdão de Deus já o tinham tornado limpo. Esta era uma purificação da idolatria existente no mundo em derredor, e da contaminação moral que a acompanhava. Significava uma chamada para uma vida nova e diferente. Estas leis dietéticas e outros costumes que o diferenciavam eram para ele o sinal e o símbolo desta purificação interior. Mas se ele transigisse no caso destas leis, e permitisse que estes marcos de diferenciação, que preservavam a sua atitude interior distintiva, fossem removidos, aí então inevitavelmente ele se deixaria levar pela enxurrada de costumes dos quais ele tinha sido purificado, e já não seria plenamente útil como um instrumento adequado nas mãos de Deus.

O capítulo 10 de Daniel demonstra o quanto ele tinha uma grande e íntima comunhão com Deus e, por isso, o Senhor deu-lhe entendimento do que aconteceria nos derradeiros dias. Daniel estava absorto com tantas revelações que Deus foi dando-lhe ao longo de sua vida e quanto mais recebia entendimento de Deus, mais entendimento ele desejava. Foi assim que, no terceiro ano do reinado de Ciro, Daniel chorou e jejuou por três semanas. Ao final dessas semanas, Daniel teve a visão de um mensageiro celestial: “fiquei, pois, eu só e contemplei esta grande visão, e não restou força em mim; o meu rosto mudou de cor e se desfigurou, e não retive força alguma” (10.8). Daniel, em virtude do seu caráter e da sua fidelidade, foi chamado pelo mensageiro celestial de “homem muito amado” (10.11) e, mais que isso, o mensageiro explicou-lhe que, desde o dia em que ele havia aplicado o seu coração a compreender e a humilhar-se perante Deus, as palavras dele foram ouvidas e, por esse motivo, o mensageiro estava ali, ao lado dele. Disse-lhe o mensageiro: “Agora, vim para fazer-te entender o que há de suceder ao teu povo nos últimos dias; porque a visão se refere a dias ainda distantes” (10.14).

A visão que Daniel teve lhe provocou um intenso enfraquecimento: “meu Senhor por causa da visão me sobrevieram dores, e não me ficou força alguma” (10.16). Mas, o mensageiro lhe tocou e isso restabeleceu as suas forças: “me tornou a tocar Aquele semelhante a

um homem e me fortaleceu” (10.18); após o restabelecimento de suas forças, foi lhe dito:

Não temas, homem muito amado! Paz seja contigo! Sê forte, sê forte. Ao falar ele comigo, fiquei fortalecido e disse: fala, meu Senhor, pois me fortaleceste. E ele disse: Sabes por que Eu vim a ti? Eu tornarei a pelejar contra o príncipe dos persas; e, saindo Eu, eis que virá o príncipe da Grécia. Mas Eu te declararei o que está expresso na escritura da verdade; e ninguém há que esteja ao Meu lado contra aqueles, a não ser Miguel, vosso príncipe (Dn 10.19-21).

A vida de Daniel, verdadeiramente, nos comove, nos deixa inebriados, fascinados, pois este homem, desde a sua juventude, conseguiu, pelo seu modo de vida e fidelidade a Deus, conquistar o coração do Soberano Senhor das nações da Terra. Deus revelou a Daniel, tão somente, o final da história humana! Isso é magnífico. No reinado de Nabucodonosor, Deus já havia dado a Daniel entendimento quanto aos acontecimentos futuros. Deus fez Daniel entender que todo o esplendor babilônico brevemente teria fim e o próprio Daniel presenciou isso. Mais que isso, a sua fidelidade, sinceridade e competência eram tão grandes, tanto diante de Deus, quanto diante dos homens que, mesmo mudando o império e, por conseguinte, o imperador, Daniel continuou na corte e continuou se fortalecendo e crescendo entre os maiores do reino. Desde o tempo de Nabucodonosor, Deus já havia revelado a Daniel acerca dos quatro impérios que existiriam, antes que se consolidasse o império do próprio Senhor Jesus Cristo. Mas, agora, com o decorrer do tempo e dos acontecimentos, a visão ia se tornando mais clara e compreensível para Daniel, portanto, ele compreendera que o fim do reinado da Pérsia estava próximo e logo viria o reinado da Grécia.

A MENSAGEM DE DANIEL

Dentro de uma visão bastante panorâmica, podemos estruturar o livro de Daniel da seguinte forma:

ENFOQUE	HISTÓRIA DE DANIEL	PLANO PROFÉTICO PARA OS GENTIOS				PLANO PROFÉTICO PARA ISRAEL			
REFERÊNCIA	1.1	2.1	5.1	6.1	7.1	8.1	9.1	10.1	12.13
DIVISÃO	VIDA PESSOAL DE DANIEL	VISÕES DE NABUCODONOSOR	VISÃO DE BELSAZAR	DECRETO DE DARIO	QUATRO ANIMAIS	VISÃO DO CARNEIRO E DO BODE	VISÃO DAS SETENTA SEMANAS	VISÃO DO FUTURO DE ISRAEL	
TÓPICO	ORIGENS DE DANIEL	DANIEL INTERPRETA OS SONHOS DE OUTROS				UM ANJO INTERPRETA OS SONHOS DE DANIEL			
	HEBRAICO	ARAMAICO				HEBRAICO			
CENÁRIO	BABILÔNIA OU PÉRSIA								
TEMPO	CERCA DE 605 – 536 a.C.								

Bíblia de Estudo das Profecias. Belo Horizonte e Barueri: Editora Atos e Sociedade Bíblica do Brasil, p. 895, 2001.

A análise e a estrutura mais detalhada de Daniel que apresentaremos a seguir é de acordo com a apresentada por Lasor (2002). O capítulo inicial de Daniel é escrito em hebraico; a partir do segundo capítulo, Daniel escreve em aramaico, até o capítulo 7, com o intuito de descrever os acontecimentos futuros referentes às grandes potências do mundo gentílico. Nos capítulos 8 – 12 retoma o hebraico e faz uma avaliação do futuro da nação judaica sob o domínio das nações gentílicas. Nesse caso, emerge o tema da soberania de Deus no que concerne aos assuntos históricos da humanidade.

De acordo com o esboço apresentado anteriormente, três podem ser as divisões básicas do livro de Daniel: a sua história pessoal, registrada no capítulo 1; o plano profético para os gentios, registrado nos capítulos 2 – 7 e o plano profético para Israel, registrado nos capítulos 8 – 12.

Sobre a vida de Daniel, mostrada no capítulo 1, somos informados acerca da sua deportação, juntamente com outros jovens talentosos e, portanto, com futuros promissores, e do seu intenso treinamento na corte de Nabucodonosor.

Referente ao plano profético para os gentios (registrado nos capítulos 2 – 7), somos informados acerca dos sonhos de Nabucodonosor sobre a grande estátua. Somente Daniel foi capaz de interpretar, porque foi capacitado por Deus, que aquele sonho significava a ascensão e a queda de quatro grandes impérios gentílicos e, ao final destes quatro impérios, o reino messiânico porá fim ao tempo de governo dos gentios.

Para a compreensão do plano profético para Israel, o enfoque começa no capítulo 8, onde está registrada a visão do carneiro e a do bode; a primeira referente ao império medo-persa e a segunda ao império grego. No capítulo 9, está registrada a cronologia do plano de Deus para a redenção e libertação dos filhos de Abraão.

A estrutura mais pormenorizada do livro de Daniel, encontrada em Lasor (2002, p. 622-623), pode ser visualizada abaixo:

- Histórias de Daniel e os reis da Babilônia e da Pérsia (caps. 1-6)
 - Daniel e companheiros levados à corte de Nabucodonossor (cap.1)
 - Introdução – histórica e pessoal (v. 1-7)
 - Teste na corte – aceitar ou não os alimentos e a bebida do rei (v.8-16)
 - Conclusão – dotação divina e aprovação real (v. 17-20)
 - O rei perturbado com um sonho (cap. 2)
 - Nabucodonossor exige relato e interpretação (v. 1-16)
 - A interpretação de Daniel (v. 17-45)
 - A reação de Nabucodonossor (v. 46-59)
 - A fornalha de fogo (cap. 3)
 - Estátua erigida; veneração ordenada; penalidade fixada (v. 1-7)
 - A recusa dos companheiros de Daniel; condenados à fornalha (v. 8-23)
 - O livramento do fogo (v. 24-30)
 - A loucura de Nabucodonossor (cap. 4)
 - Doxologia inicial do rei (v.1-3)
 - O sonho do rei com uma árvore e o decreto de destruição (v.4-18)
 - A interpretação de Daniel (v. 19-27)
 - Relato do cumprimento do sonho (v.28-33)
 - Doxologia final do rei (v. 34-37)
 - A festa de Belsazar (cap. 5)

A escrita na parede (v. 1-12)

A interpretação de Daniel (v.13-28)

A reação de Belsazar (v. 29-31)

Daniel na cova dos leões (cap. 6)

Daniel promovido; trama contra ele; condenação (v. 1-18)

O livramento de Daniel (v. 19-24)

Proclamação e doxologia de Dario (v. 25-28)

Sonhos e visões de Daniel, todos datados (cap. 7-12)

Quatro animais do mar e o “Filho do Homem” (cap.7; primeiro ano de Belsazar)

Relato das visões: quatro animais, outro chifre, trono, “Filho do Homem” (v. 1-14)

A interpretação de um assistente (v. 15-18)

Esclarecimento complementar (v. 19-28)

O carneiro e o bode (cap. 8; terceiro ano de Belsazar)

Relato da visão: carneiro, bode, quatro chifres, chifre pequeno (v. 1-14)

A interpretação de Gabriel (v. 15-27)

A interpretação da profecia de Jeremias sobre os setenta anos de exílio (cap. 9; primeiro ano de Dario, o medo)

A oração de Daniel por seu povo (v. 3-19)

A interpretação de Daniel (v. 20-27)

A revelação angelical à margem do Tigre (10.1-12.13; terceiro ano de Ciro da Pérsia)

Epifania dramática do anjo (10.1-11.1)

Profecia do anjo sobre a derrota da Pérsia diante da Grécia e divisão subsequente do império grego (11.2-4)

Profecia do anjo sobre a guerra entre o rei do sul e o rei do norte (11.5-28)

Profecia do anjo sobre a profanação do templo pelo rei do norte (11. 29-35)

Profecia do anjo sobre o orgulho e sobre a blasfêmia do rei do norte (11.26-39)

Profecia do anjo sobre o fim do rei do norte (11.40-45)

Profecia do anjo sobre a proteção de Miguel e a ressurreição divina (12. 1-4)

Ordem do anjo para que se mantenham seladas as palavras e o tempo oculto (12. 5-10)

Bênção do anjo sobre os que perseveram (12.11-13)

O GÊNERO LITERÁRIO

O livro de Daniel é uma obra complexa por conta de vários aspectos, dentre eles, pelo do gênero literário. Esse livro é, simultaneamente, histórico, profético, sapiencial e apocalíptico. Dessa complexidade, resulta o fato de o livro, no cânon da Bíblia Protestante, estar inserido entre os Livros Proféticos e, no da Bíblia Hebraica, nos Escritos. Neste tópico, faremos algumas considerações que, certamente, nos farão compreender melhor não só o livro do profeta Daniel, na sua complexidade literária, mas também os demais livros proféticos, o que nos fará apreender os motivos pelos quais Daniel foi inserido entre eles. Além disso, demonstraremos, de forma panorâmica, a organização dos Escritos, o que, também, nos fará perceber por que Daniel foi inserido entre eles, na Bíblia Hebraica.

De acordo com Gordon D. Fee e Douglas Stuart, no livro *Entendes o Que Lêes?*, os livros proféticos são os que mais apresentam dificuldades para uma boa interpretação, por parte do leitor, e, conseqüentemente, para um bom entendimento. A razão dessa dificuldade se explica pela não compreensão da função e da forma desses livros. Até mesmo a falta de compreensão da própria palavra “profecia” tem gerado confusão e, portanto, interpretações mirabolantes. O fato de a palavra profecia significar “prenúncio” ou “predição daquilo que está para vir” faz com que a maioria dos cristãos entenda a função dos profetas somente como anunciadores da vinda de Jesus ou da Nova Aliança. De fato eles anunciaram essas

questões, todavia, também falaram acerca do futuro imediato das nações de Israel, de Judá e das vizinhas a esses povos. Isso significa dizer que para compreendermos bem os profetas e percebermos o cumprimento de muitas de suas profecias é preciso atentar para o passado que, no tempo da profecia, era futuro para a nação de Israel. Portanto, precisamos definir bem o tempo de cada profecia, pois, no caso das de Daniel, sabemos que as revelações que ele recebeu de Deus diziam respeito ao futuro de Israel, porém, muitas se referiam a um futuro próximo e, portanto, já foram cumpridas, outras se referiam a um tempo mais distante, mas também já foram cumpridas. Isso significa dizer que essas profecias que eram futuras para o povo de Israel, já não são mais, uma vez que já se concretizaram, portanto, agora, são todas referentes a um tempo passado. Todavia, há algumas que se referem ao futuro não só em relação ao tempo em que foram proferidas pelo profeta, mas também em relação ao nosso tempo. No decorrer do nosso estudo, demonstraremos com clareza, por meio de um quadro, as profecias que já se cumpriram e as que, ainda, se cumprirão.

Sendo assim, a função primária dos profetas era falar aos seus próprios contemporâneos. Logo, esses livros são “coletâneas de oráculos falados” (FEE e STUART, 2004, p. 155) que nem sempre apresentam ordem cronológica e, além disso, não são bem delimitados os momentos em que os oráculos se iniciam e se finalizam e, muitas vezes, nem o tempo histórico, por isso, nesses casos é importante o estudo em dicionários e em bons comentários para que conheçamos o contexto histórico em que a profecia fora proferida.

Os profetas foram mediadores de Deus para fazer cumprir Sua aliança com o povo de Israel. Deus já havia dado uma lei escrita a Moisés e essa lei apresentava bênçãos e maldições; bênçãos para aqueles que a cumprissem e maldições para aqueles que a desobedecessem. Deus usava os profetas para levar o povo a obedecer, pois, caso contrário, teria graves consequências. Segundo Fee e Stuart (2004, p. 155), “Deus anunciou a execução (positiva ou negativa) da Sua lei através deles, de modo que os eventos da bênção ou da maldição fossem claramente compreendidos

pelo Seu povo”. No caso de Daniel, conforme veremos no decorrer do estudo, houve uma particularidade, pois ele desejou, ardentemente, conhecer todo o futuro do povo de Judá; foi nessa ocasião que buscou a Deus e Ele lhe revelou toda a seqüência dos acontecimentos históricos que haveriam de suceder ao povo de Israel.

Conforme já apontado anteriormente, para a boa compreensão dos livros proféticos é de suma importância o auxílio de Dicionários Bíblicos e de Comentários, pois são eles que nos fornecerão o pano de fundo histórico de cada livro e seu esboço básico. Esse estudo é que nos dará mais clareza acerca das profecias registradas, pois saberemos identificar o tempo ao qual elas se referem.

De modo geral, já devemos ressaltar que os livros proféticos do Antigo Testamento se referem aos anos de 760 – 460 a.C. Esse foi um tempo de grandes transtornos políticos, militares, econômicos e sociais. Um tempo de grande infidelidade religiosa e, portanto, de desrespeito à aliança mosaica e, além disso, um tempo de muita mudança de populações e, por consequência, de fronteiras nacionais (FEE e STUART, 2004, p. 162).

Já em 760 a.C., ainda segundo Fee e Stuart, Israel era uma nação dividida por uma guerra civil. As tribos do Norte estavam separadas das tribos do Sul, dada a revolta que começou no reinado de Salomão e que culminou no reinado de Roboão. As tribos do Norte foram derrotadas pela Assíria, em 722 a.C. Depois disso, o pecado e a desobediência de Judá, ao invés de diminuir, se multiplicaram. Nesse tempo, houve a ascensão da Babilônia e o que essa potência poderia fazer ao povo de Judá foi a pregação de vários profetas tais como Isaías, Jeremias, Joel, Miquéias, Naum, Habacuque e Sofonias. Depois, acerca da vontade de Deus, no que dizia respeito à restauração da nação de Israel, profetizaram Ezequiel, Daniel, Ageu, Zacarias e Malaquias. Se Deus falou dentro de um contexto histórico e se Ele age através desse mesmo contexto, é ele que devemos ter a preocupação de conhecer.

No cânon judaico, entretanto, o livro de Daniel está inserido na terceira seção, designada como “Escritos” (heb. *ketúbim*). Para os pais da igreja, de acordo com as informações de Lasor, Hubbard e Bush (2002, p. 461), essa parte é chamada “escritos sagrados”, cunhada do termo grego *hagiographa*. Nessa seção, os livros são divididos em quatro grupos: o de literatura de sabedoria, o dos cinco rolos, o de Daniel e o de Esdras-Neemias e Crônicas. Segundo Lasor, Hubbard e Bush (2002, p. 463),

Tematicamente, Rute corresponde a Crônicas, em sua celebração indireta de Davi, que se estabeleceu como a glória do passado e como símbolo da promessa escatológica. Um panorama da história, que deu autocompreensão ao povo de Deus, é fornecido por Crônicas, Esdras-Neemias, Daniel e Ester. Estes dois últimos livros abordam de diferentes perspectivas os interesses da comunidade que vivia na diáspora, enquanto Esdras-Neemias e Crônicas celebram o retorno do exílio e o restabelecimento de Israel em torno do templo de Jerusalém. O livro de Daniel também anuncia a sobrevivência do povo de Deus e seu culto singular, no templo, após a ameaça contra ambos no século II a. C., e dá testemunho da esperança escatológica de Israel. Crônicas fica em último lugar: (1) estabelece uma estrutura para o Antigo Testamento, pelo fato de refletir Adão e os patriarcas em 1Cr 1.1-2.2; (2) apresenta ideias perenes que o povo de Deus podia vivenciar em seu progresso; e (3) termina com uma nítida nota de esperança no decreto de Ciro que possibilitava o retorno a Jerusalém – “que suba”.

A partir de perspectivas distintas, a vida humana em relação a Deus é analisada nesses livros. De forma sintética, Lasor, Hubbard e Bush (2002, p. 463) nos apontam essa análise:

A vida é celebrada na sexualidade de Cântico dos Cânticos de Salomão, na gratidão exuberante dos hinos e cânticos de ação de graças de Salmos e nos prazeres terrenos defendidos em trechos de Eclesiastes. A vida sob ameaça é retratada de uma perspectiva nacional em Lamentações, Ester, Daniel e nas queixas comunitárias de Salmos; de uma perspectiva individual, em Jó, Rute e nas queixas pessoais em Salmos. Lições sobre como viver uma vida plena e boa são ensinadas em Provérbios e Eclesiastes. A vida em comunidade é apresentada em Esdras-Neemias e Crônicas.

Dessas considerações, resulta a afirmação da complexidade do gênero literário de Daniel. Embora ele não tenha proferido profecias diretamente ao povo, como Jeremias e Ezequiel, somente para nos referirmos a profetas que estavam diretamente ligados ao contexto histórico dele, o fato de ele ter desejado, ardentemente, conhecer todo o futuro do povo de Judá e de ter buscado a Deus para ter essa revelação, Deus lhe revelou toda a sequência dos acontecimentos históricos que haveriam de suceder ao povo de Israel e, portanto, referindo-se a predições futuras, possui relação com o gênero profético. Pelo fato de se relacionar a aspectos que resultam o autoconhecimento do povo de Deus, bem como a reflexões acerca da vida humana em relação a Deus, pertence também ao gênero de sabedoria. Entretanto, articuladas às considerações anteriores, o livro de Daniel comunica mensagens misteriosas por meio de visões e aponta para o fato de que todos os reinos deste mundo estão sob o controle de Deus e, ao final, serão substituídos pelo reino eterno, que é seu próprio reino. Por isso, não se pode desconsiderar que o livro de Daniel também pertence ao gênero apocalíptico. Daí o livro ser considerado, por Lasor, Hubbard e Bush, uma profecia apocalíptica.

Consideramos que Joyce G. Baldwin sintetiza bem nossa compreensão da complexidade do livro de Daniel, por isso, seguem as palavras dessa autora:

O livro de Daniel é diferente do resto dos livros que compõem o Antigo Testamento. Isso fica evidente mesmo para o leitor sem especialização teológica. Embora se encontre, em nossas Bíblias portuguesas, entre os profetas, não contém mensagens proclamadas em nome do Senhor, à maneira dos profetas; nem se trata de um livro histórico no sentido em que o são os livros de Reis, embora comece a partir de um ponto na história e se mostre claramente interessado nela. Usando sonhos e visões, sinais e símbolos e números ele parece estar declarando o curso da história e chamando atenção ao seu significado, mapeando seu curso à medida em que ela se encaminha para o final. Em linguagem técnica o livro é, portanto, escatológico (gr. *eschaton*, fim). Tal como nos primeiros capítulos de Gênesis, é universal em seu escopo, apresentando ainda uma abrangente visão do tempo histórico. Isso se torna possível por meio de uma série de visões especiais que revelam a Daniel o propósito de Deus para o

mundo. Tal desvendamento da história a partir de uma perspectiva divina é uma característica saliente da literatura apocalíptica (gr. *apokalypsis*, revelação), um tipo de literatura com a qual Daniel é usualmente identificado [...] (BALDWIN, 2006, 15).

Não desconsideramos a complexidade do livro de Daniel, mas a pressupomos. Entretanto, nosso objetivo não nos permite desenvolver cada um dos aspectos que tornam o livro complexo, mas nosso percurso se deterá nas questões histórico-teológicas apontadas por ele, especialmente no que diz respeito à formação dos grandes impérios, ao longo da história, bem como à formação de um último império que será resultado da ascensão de um líder mundial.

PROFECIAS PARA OS GENTIOS

Os quatro primeiros capítulos de Daniel, de forma geral, demonstram o controle de Deus no que diz respeito à vida de Nabucodonosor. Deus inspira suas decisões, dirige a sua loucura e dá-lhe visões e sonhos referentes aos acontecimentos relacionados à vida das nações gentias. Cada vez mais, se evidenciará a concretização dos planos de Deus, dentro de uma perspectiva histórica. Este tópico tratará das visões e sonhos que dizem respeito às nações gentílicas, portanto abordará desde o sonho da estátua de Nabucodonosor até a profecia do anjo sobre o fim do rei do norte, vencido pelos romanos.

No capítulo 2, está registrado o sonho de Nabucodonosor e a interpretação feita por Daniel. O sonho perturbou o rei e fez com que ele entendesse que os deuses desejavam lhe comunicar alguma coisa. Nesse sentido, convocou os adivinhos para que estes lhe revelassem o sonho e o seu respectivo significado. Os sábios pediram ao rei que relatasse o sonho para que pudessem dar o significado. O rei disse que se não dissessem o sonho e a sua interpretação seriam destruídos, mas se dissessem, receberiam honra e muitos presentes. Os caldeus disseram ao rei que não havia homem na Terra que pudesse interpretar o sonho sem que ele fosse contado, mas somente os deuses poderiam fazê-lo. Diante dessa resposta, a fúria do rei se acendeu e mandou matar todos os sábios

da Babilônia. Arioque, capitão da guarda do rei, foi à procura de Daniel e de seus companheiros para matá-los. Questionado, por Daniel, acerca do motivo daquela matança, informou-o dos acontecimentos. Daniel pediu um tempo para que pudesse dar a interpretação. Buscou a misericórdia de Deus e o segredo do rei lhe foi revelado.

O rei havia sonhado com uma grande estátua: a cabeça era de ouro fino, o peito e os braços de prata, o ventre e as coxas de cobre, as pernas de ferro e os pés de ferro e de barro. Daniel lhe explicou que essa visão era para o “fim dos dias” e que cada um dos metais simbolizava um reino, começando pela Babilônia e seguido pelos que viriam, o que, pelo desenvolvimento histórico, o próprio Daniel presenciou a queda de Babilônia e a ascensão do Império Medo-Persa (Dn 5.28-31), ficou comprovado o seguinte: o ouro, o da Babilônia, portanto, Nabucodonosor era representado pela cabeça da estátua; a prata, o da Pérsia; o cobre, o da Grécia; o ferro, o de Roma; o barro e o ferro representavam o último reino a se levantar, antes da segunda vinda triunfal de Jesus Cristo. Seu esmiuçamento por uma pedra (2.34) aponta para a divisão do reino: uma parte seria forte e a outra frágil (2. 41-43). Voltaremos a essa interpretação de Daniel, adiante. Por hora, desejamos apontar o momento do cumprimento da primeira etapa desse sonho que é a queda de Belsazar e a tomada de Babilônia, pelos medo-persas. Esse sonho e sua interpretação podem ser melhor visualizados na imagem abaixo:

O CUMPRIMENTO DA INTERPRETAÇÃO DE DANIEL

A grande estátua do sonho de Nabucodonosor (2.24-45) representava os quatro reinos que dominariam como potências mundiais. Reconhecemo-los como Império Babilônico, Império Medo-Persa, Império Grego e Império Romano. Todos estes serão subjugados e chegarão ao fim pelo Reino de DEUS, que continuará para sempre.

PARTE	MATERIAL	IMPÉRIO	PERÍODO DE DOMINAÇÃO
Cabeça	Ouro	Babilônico	606 a 539 a.C.
Braços e Peito	Prata	Medo-Persa	539 a 331 a.C.
Ventre e Coxas	Bronze	Grego	331 a 146 a.C.
Pernas e Pés	Ferro e Barro	Romano	146 a 476 d.C.

Extrair da Bíblia de Estudos Aplicação Pessoal. CPAD

O primeiro ano do reinado de Belsazar, de acordo com Wallace (1987), teve profundo significado para Daniel. Ele havia percebido que houvera mudanças no estilo, no espírito e na moral da Babilônia e das suas classes governantes. Isso fez com que Daniel reavaliasse a administração e a vida na corte. Essa reavaliação o fez perceber o demoníaco potencial para o mal que tem o sistema de controle imperial mundano. Desde o sonho de Nabucodonosor, ele já teve consciência da vaidade do homem no que diz respeito à edificação de um império.

Na ocasião em que dera uma grande festa na corte, e já tendo tomado bastante vinho, Belsazar mandou que lhe levassem os utensílios da Casa de Deus para que fossem utilizados no banquete. Beberam bastante vinho e “deram louvores aos deuses de ouro, de prata, de cobre, de ferro, de madeira e de pedra” (Dn 5. 4). Nesse momento, “apareceram uns dedos de mão de homem e escreviam, defronte do castiçal, na estucada parede do palácio real; e o rei via a parte da mão que estava escrevendo” (Dn 5.5). O semblante do rei foi alterado, pois ele ficou bastante perturbado. Mandou chamar todos os sábios e astrólogos para que pudessem decifrar a mensagem que aparecera, mas eles não conseguiram. Diante da impossibilidade de decifração da mensagem, a rainha se lembrou de um homem “que tem o espírito dos deuses santos” (Dn 5.11). Este, segundo o relato dela, nos dias de Nabucodonosor, havia explicado enigmas e resolvido dúvidas acerca dos sonhos dele. Daniel, então, foi levado à presença do rei e decifrou a mensagem:

esta, pois é a escritura que se escreveu: MENE, MENE, TEQUEL e PARSIM. Esta é a interpretação daquilo: MENE: Contou Deus o teu reino e o acabou. TEQUEL: Pesado foste na balança e foste achado em falta. PERES: Dividido foi o teu reino e deu-se aos medos e aos persas (Dn 5.25-28).

Nessa mesma noite, Belsazar morreu e Dario, o medo, “ocupou o reino”, (Dn 5.31).

A consciência da vaidade humana referente à edificação de um império se tornou mais forte, posteriormente, por ocasião do sonho

sobre os quatro animais imundos e cruéis que, de certa forma, é a repetição do sonho de Nabucodonossor. Cada animal que surgia era mais monstruoso que o anterior, de modo que eles provocavam cada vez mais a crueldade e o caos. O quarto animal ultrapassou, em selvageria, os animais apontados antes dele (Dn 7.7).

Se a mensagem do sonho de Daniel acerca dos quatro animais, que teve no primeiro ano de Belsazar, é a mesma do sonho da estátua de Nabucodonossor, o contexto histórico, também, é o mesmo, ou seja, ainda é o do império da Babilônia. A relação entre esses dois sonhos é a seguinte: o leão com asas de águia corresponde à cabeça de ouro da estátua e, portanto, se refere ao império babilônico; o urso corresponde ao peito e aos braços de prata e representa o império medo-persa; o leopardo com asas de ave e quatro cabeças corresponde ao ventre e às coxas de cobre e refere-se ao império grego e, finalmente, o quarto animal espantoso e forte com dentes de ferro corresponde às pernas de ferro e se refere ao império romano. Esse quarto animal, além de se referir ao império romano, segundo a leitura que temos feito do livro de Daniel, se refere, no futuro, ao domínio do anticristo. Esse quarto animal, de acordo com a visão de Daniel, possuía dez chifres e entre eles subiu outro pequeno:

Depois disso, eu continuava olhando nas visões da noite, e eis aqui o quarto animal, terrível, espantoso e sobremodo forte, o qual tinha grandes dentes de ferro; ele devorava, e fazia em pedaços, e pisava aos pés o que sobejava; era diferente de todos os animais que apareceram antes dele e tinha dez chifres. Estando eu a observar os chifres, eis que entre eles subiu outro pequeno, diante do qual três dos primeiros chifres foram arrancados; e eis que neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência (Dn 7.7-8).

Esse chifre pequeno simboliza, justamente, o último governante da Terra, o Anticristo (1Jo 2.18), o homem do pecado (2Ts 2.3, 8), a besta que abate três dos dez reis (Ap 13.7; 19.19-20). Ele guerreará contra os santos de Deus, vencê-los-á e falará palavras contra Deus.

Ainda no governo de Belsazar, no terceiro ano do seu reinado, Daniel teve outra visão: a de um carneiro e de um bode. O carneiro estava

diante de um rio e tinha duas pontas, mas uma era mais alta que a outra e “a mais alta subiu por último”, (8.3). O bode “vinha do ocidente sobre toda a terra, mas sem tocar no chão; e aquele bode tinha uma ponta notável entre os olhos” (8.5). Esse bode atacou com ímpeto o carneiro e o venceu. Depois disso, se engradeceu muito, mas logo sua ponta foi quebrada e “subiram no seu lugar quatro também notáveis, para os quatro ventos do céu”, (8.8). Dessas quatro pontas, uma cresceu muito e “por ele foi tirado o contínuo sacrifício”, (8.11). Diante dessa visão, Daniel procurou entendê-la, mas quem a fez entender foi o anjo Gabriel:

Aquele carneiro que viste com duas pontas são os reis da Média e da Pérsia; mas o bode peludo é o rei da Grécia; e a ponta grande que tinha entre os olhos é o rei primeiro; o ter sido quebrada, levantando-se quatro em lugar dela, significa que quatro reinos se levantarão da mesma nação, mas não com a força dela. Mas no fim do seu reinado, quando os prevaricadores acabarem, se levantará um rei, feroz de cara, e será entendido em adivinhações. E se fortalecerá a sua força, mas não pelo seu próprio poder; e destruirá maravilhosamente, e prosperará, e fará o que lhe aprouver; e destruirá os fortes e o povo santo. E, pelo seu entendimento, também fará prosperar o engano na sua mão; e, no seu coração, se engrandecerá, e, por causa da tranquilidade, destruirá muitos, e se levantará contra o príncipe dos príncipes, mas, sem mão, será quebrado, (Dn 8. 20-25).

Sobre o fim do reinado da Pérsia trata, claramente, também, o capítulo 11. Não só sobre o fim desse reinado, mas descreve, em linhas gerais, os acontecimentos que antecederiam a ascensão de Antíoco Epifânio, governante sírio que profanou o templo, mas também, refere-se a acontecimentos que dizem respeito ao final dos tempos. Sobre essa questão, ou seja, da profecia do capítulo 11, também R. N. Champlin (2000, p. 3421) está de acordo. Em *O Antigo Testamento Interpretado* (2000), ele assim se manifesta:

Com base na interpretação, parece que, tal como o sonho do capítulo 7, a visão do capítulo 8, esta visão diz respeito aos reinos que se seguirão sucessivamente até chegar o governo de Antíoco Epifânio (Antíoco IV). Seus atos atroztes faziam parte da grande tribulação

que ocorreria antes do fim. [...]. Quanto aos dispensacionalistas, naturalmente, Antíoco Epifânio é apenas um tipo de anticristo vindouro, e o fim será o fim da era presente, que passará quando o reino de Deus for inaugurado.

A Pérsia, antes de chegar ao declínio, ainda, teria três reis, que viriam depois de Ciro, rei na ocasião em que a visão foi dada (Dn 10.1), presumivelmente, segundo Champlin: Cambises, Dario I e Xerxes I. Um quarto rei, supõe-se que seja Xerxes³ (486 – 465 a.C.), lutaria contra a Grécia:

eis que ainda três reis se levantarão na Pérsia, e o quarto será cumulado de grandes riquezas mais do que todos; e, tornado forte por suas riquezas, empregará tudo contra o rei da Grécia. Depois se levantará um rei poderoso, que reinará com grande domínio e fará o que lhe aprouver (Dn 11.2-3).

Esse rei poderoso se refere a Alexandre Magno (336 – 323 a.C.), que morreu no auge do seu poder. Champlin (2000, p. 3421) está de acordo com essa afirmação: “Esse rei poderoso seria Alexandre, o Grande, cabeça do império greco-macedônio, que derrubou o império persa, fechando as páginas da história sobre aquela potência”. Seu reino foi dividido entre quatro dos seus principais generais:

mas, no auge, o seu reino será quebrado e repartido para os quatro ventos do céu; mas não para a sua posteridade, nem tampouco segundo o poder com que reinou, porque o seu reino será arrancado e passará a outros fora de seus descendentes (Dn 11.4).

Os generais, entre os quais o reinado foi dividido, foram os seguintes, segundo Hale: Laomedon, que tomou posse da Síria; Seleuco, que ficou com a Babilônia; e Ptolomeu Lagus (Soter), que ficou com o Egito. De acordo com Hale, o império de Alexandre Magno foi dividido entre seis generais, entretanto, os outros três não tinham relação com o povo judeu. Entre esses generais, houve muitos conflitos e o capítulo 11

³ O Xerxes aqui mencionado é o mesmo que Assuero, esposo de Ester (Et 1.1). A história chama-o Xerxes, enquanto a Bíblia chama-o Assuero. (LASOR, HUBBARD e BUSH, 2002, p. 606).

é bastante minucioso na descrição desses eventos históricos. Ainda de acordo com Hale (2001, p. 12), “dentro de dois anos, Ptolomeu e Seleuco derrotaram Laomedon, e os dois generais dividiram o território da Síria. A Palestina ficou sob o controle de Ptolomeu”. Já para Champlin (2000, p. 3421), a divisão seria a seguinte: “Seleuco (sobre a Síria e a Mesopotâmia; Ptolomeu (sobre o Egito); Lisímaco (sobre a Trácia e parte da Ásia Menor); Cassandro (sobre a Macedônia e a Grécia)”. Embora haja essa divergência de nomes, não há sobre a luta entre os reis do norte e do sul, respectivamente os selêucidas e os ptolomeus.

O rei do Sul, mencionado no versículo 5, se refere, segundo *Oxford Annotated Bible, apud Champlin*, (2000, p. 3421), a Ptolomeu I, Sóter, do Egito (323 – 285 a.C.) e o príncipe ou chefe militar é Seleuco I, Nicator (311 – 280 a.C.): “e se fortalecerá o rei do Sul, e um de seus príncipes; e este se fortalecerá mais do que ele e reinará, e domínio grande será o seu domínio”. Haveria um tempo em que esses dois príncipes se aliarão e isso se deu, de acordo com Champlin (2000), na ocasião do casamento de Berenice, filha de Ptolomeu II, do Egito, com Antíoco II. Este se divorciara de Laodice para se casar com Berenice. Depois da morte de Ptolomeu II, pai de Berenice, Laodice, a esposa traída, matara Berenice, Antíoco e o filho deles:

mas, ao cabo de anos, eles se aliarão, e a filha do rei do Sul virá ao rei do Norte para fazer um tratado; mas não conservará a força de seu braço; nem ele persistirá, nem o seu braço, porque ela será entregue, e os que a tiverem trazido, e seu pai, e o que a fortalecia naqueles tempos (Dn 11. 6).

O irmão de Berenice, ainda segundo Champlin (2000), Ptolomeu III, Evergetes, foi quem reinou em lugar de seu pai, Ptolomeu II, o Filadelfo. Ptolomeu III foi quem derrotou o rei do Norte, Seleuco II, Calínico, filho de Laodice (246 – 226 a.C.). Ptolomeu III entrou na fortaleza, provavelmente Antioquia da Síria, e levou para o Egito tanto as imagens siríacas quanto as egípcias que o rei persa, Cambises, quando conquistou o Egito, em 525 a.C., havia tomado. Ptolomeu III voltou ao Egito

com muitos despojos, mas não efetuou novos ataques contra Seleuco. Os versículos 7 – 9 é que tratam desses acontecimentos.

Os versículos 10 – 12 tratam dos dois filhos de Seleuco II que foram Seleuco III (226 – 223 a.C.) e Antíoco III, o Grande (223 – 187 a.C.). Ptolomeu IV, Filopátor (221 – 203 a.C.), derrotou Antíoco. Este perdeu quase 10.000 soldados sírios, no sul da Palestina. A luta prosseguiu cada vez mais renhida. Antíoco III atacou o Egito em 200 a.C., mas foi derrotado pelo rei do Sul, Ptolomeu V, Epifânio (203 – 181 a.C.). A seguir, Antíoco reuniu mais forças e conquistou a cidade de Sidom. Em 197 a.C., Antíoco já tinha subjugado a terra gloriosa, a Palestina (v. 16). Anos depois dessa conquista, “Antíoco III fez um campanha contra o Egito, tendo-se apossado da Palestina, e então selou a paz com o Egito, ao casar sua filha com o jovem Ptolomeu”, (*Orfoxd Annotated Bible*, apud Champlin, 2000, p. 3422). A seguir, Antíoco III avançou para o Norte, mas foi derrotado em Magnésia, na Ásia Menor, em 190 a.C. Posteriormente, em 187 a.C., procurou saquear um templo pagão na província de Elimais, e morreu na tentativa: “virará, então, o seu rosto para as fortalezas da sua própria terra, mas tropeçará, e cairá, e não será achado” (v. 19). Seu sucessor foi Seleuco IV, Filopátor (187 – 175 a.C.) e este foi assassinado pelo seu ministro de finanças, Heliodoro, de acordo com Hale (2001, p. 13), “Seleuco IV herdou o trono e a grande dívida de seu pai. Ele seguiu uma política mal orientada em seu tratamento com os judeus. Como resultado, seu tesoureiro, Heliodoro, assassinou-o em 175 a. C. De acordo com o relato bíblico, “e, em seu lugar, se levantará quem fará passar um arrecadador pela glória real; mas em poucos dias será quebrantado, e isso sem ira e sem batalha” (Dn 11. 20).

O versículo 21 relata o aparecimento de um homem vil, Antíoco IV, Epifânio (175 – 164 a.C.), irmão de Seleuco IV. De acordo com Champlin, “ele foi o mais poderoso e temido dos selêucidas. Cometeu mais atrocidades que todos os seus antecessores combinados” (2000, p. 3423). Este homem vil usurpou o trono que, legalmente, pertencia a Demétrio, filho de Seleuco IV. Antíoco, a ponta muito pequena registrada em 8.9-14, 23 – 25,

levou a efeito várias campanhas contra o Egito. Assassinou “o príncipe do concerto” (v. 22). Este diz respeito ao sumo sacerdote Onias que, segundo Eduard Lohse, em *Contexto e Ambiente do Novo Testamento* (2000, p. 19), “era um homem piedoso seguidor da lei. Tinha, porém, adversários no clero, sobretudo na pessoa do seu irmão Josua e entre os partidários da helenização”. Seus tratados com outras nações eram todos marcados pelo engano e pela intriga. Atacava cidades em tempo de paz e de improviso (v. 24). Seus ataques contra o Egito tiveram êxito, pois os que deviam ajudar o Egito não o fizeram. Antíoco retornou à Síria com muitas riquezas (vv. 25 – 28).

Antíoco tinha um ódio imenso dos judeus (v. 28) e da Lei de Deus. Acreditava que a língua e a cultura gregas eram melhores do que qualquer outra língua e cultura; além disso, pensava que os judeus eram muito exclusivistas, especialmente no que dizia respeito à religião. Em 168 a.C., frustrado pela derrota que sofreu do cônsul romano Haenas, na ocasião de outra invasão sua ao Egito, procurou vingar-se dos judeus, embora alguns destes o apoiassem. Esses judeus desgarrados da Lei do Senhor, convidaram Antíoco a introduzir entre eles a cultura e a religião gregas (v. 30). Antíoco lutou contra Jerusalém, sacrificou um porco no altar do templo e proibiu os sacrifícios diários, instituídos por Deus; no lugar santo, no templo, colocou uma imagem do deus Zeus. Esse altar de Zeus é a “abominação desoladora” que prefigura outra abominação que, segundo Jesus profetizou, ocorrerá nos últimos dias da presente era: “e sairão a ele uns braços, que profanarão o santuário e a fortaleza, e tirarão o contínuo sacrifício, estabelecendo a “abominação desoladora” (v. 31). Sobre essas ações de Antíoco Epi-fânio, assim se manifesta Hale (2001, p. 14):

Forçado a deixar o Egito em vergonha e ignomínia, Antíoco voltou para casa através da Palestina. Ele culpou os judeus por sua falha em tomar o Egito. Mais uma vez entrando em Jerusalém, ele sacrificou um porco no altar, um altar dedicado a Zeus foi colocado no Templo e as cópias da lei foram confiscadas e destruídas. A pena por se ter

uma cópia da lei e praticar-se a circuncisão era a morte. Qualquer observância do sábado foi declarada ilegal. No mês de dezembro de 168 a. C. do Templo cessou. A “abominação da desolação” referido em Daniel 9: 27 ocorrerá.

Porém, em oposição a essa “abominação desoladora”, que alguns judeus, inclusive apoiaram, havia o remanescente judeu fiel. Antíoco perseguiu esse remanescente que, sob a liderança de Judas Macabeu, da família sacerdotal hasmoneana, opusera forte resistência mediante uma luta armada que desgastou Antíoco e o obrigou a abandonar a luta. Depois disso, os sacerdotes purificaram o templo e acenderam, novamente, suas lâmpadas: “e aos violadores do concerto ele, com lisonjas, perverterá, mas o povo que conhece ao seu Deus se esforçará e fará proezas” (Dn 11. 32). Segundo Hale (2001, p. 14), “Judas provou ser um general capaz e levou o nome de Macabeu (“Martelador”). Depois de uma série de brilhantes vitórias, ele entrou em Jerusalém e rededicou o Templo, em 25 de dezembro de 165 a. C.”

O estudo mais minucioso do capítulo 11 de Daniel demonstra a graça que este homem alcançara diante de Deus. Deus revelou para ele acontecimentos históricos futuros, referentes a um futuro mais imediato, mas também a um futuro distante. Conforme pudemos observar, todas essas profecias do capítulo 11, ressaltadas até agora, já foram cumpridas, mas as que estão registradas a partir do versículo 36 se cumprirão no futuro, pois a menção da expressão “fim do tempo” aponta para isso. Nesse caso, essa profecia indica um futuro mais distante, ou seja, o fim dos tempos e se refere à personagem que o próprio Antíoco tipifica, ou seja, ao anticristo, pois este será um governante ditador que se proclamará mais importante e mais poderoso do que Deus e este blasfemarà contra o Deus verdadeiro. Ele prosperará por algum tempo, mas, por fim, será derrotado para sempre: “e armará as tendas do seu palácio entre o mar grande e o monte santo e glorioso; mas virá ao seu fim, e não haverá quem o socorra” (Dn 11. 45).

Com essas visões e interpretações, Daniel compreendeu que os sistemas políticos carregam consigo as sementes de sua própria decadência, ou seja, as sementes de uma influência demoníaca. Esse desenvolvimento pode ser compreendido se pensarmos na rebelião de Lúcifer. Desde esse momento, Lúcifer⁴ possui um anseio muito grande pelo poder e isso será demonstrado, de forma mais explicativa, posteriormente; mas de forma geral, já devemos adiantar que, desde a constituição do primeiro império da Terra, o de Ninrode, até o último, o do próprio Anticristo, houve sempre a tentativa de uma dominação em nível mundial, resultante do desejo de Satanás de dominar o mundo.

Retomando a explicação que Daniel deu ao rei Nabucodonosor, ele diz, essa afirmação converge com o que está dito a partir do versículo 36, do capítulo 11, visto que aponta para o futuro, “mas nos dias desses reis, Deus levantará um reino que não será jamais destruído; e esse reino não passará a outro povo; esmiuçarà e consumirá todos esses reinos e será estabelecido para sempre” (Dn 2.44). Nabucodonosor engrandeceu a Daniel, deu-lhe muitos presentes e “o pôs por governador de toda a província de Babilônia” (Dn 2.48).

No versículo 17, do capítulo 1, está registrado que Deus retribuiu aos amigos de Daniel dando-lhes conhecimento e inteligência em toda cultura, mas a Daniel deu “inteligência de todas as visões e sonhos”. Na realidade, a interpretação de Daniel nos faz perceber que Deus estava dando a ele um novo entendimento dos Seus planos, dos Seus propósitos e dos Seus assuntos que estavam totalmente ocultos aos homens. Segundo Wallace (1987, p. 47-48), “o sonho de Nabucodonosor é a primeira dessas visões simbólicas acerca deste mistério, e um esboço preliminar de um aspecto do curso total da História que culmina no reino de Deus”. Deus estava revelando a Daniel o modo, a maneira pela qual Ele cumprirá a promessa dada a Abraão, ou seja, Deus deu a Daniel a compreensão futura dos desdobramentos dos fatos históricos. Isso significa

⁴ Lúcifer, de acordo com a explicação de Ricardo Quadros Gouvêa, em *O anticristo: na Bíblia e na História*, não é um nome bíblico, mas latino. Esse nome latino para Satanás aparece no *Paraíso Perdido*, de John Milton (1608-1674), poeta inglês, apoiador da causa puritana (2011, p. 63; 67).

que Daniel estava recebendo o entendimento de que a ação de Deus não se restringia ao povo de Israel, mas abrangia o mundo todo. Essa mensagem do sonho de Nabucodonosor foi repetida no capítulo 7, conforme vimos, parte dela, com mais detalhes, nos capítulos 8 e 11.

Portanto, esses sonhos e visões trouxeram, a Daniel, o entendimento do problema central dos grandes impérios: a sua origem e o seu destino, ou seja, de onde eles provinham e para onde se dirigiam? Sobre essas questões, é preciso destacar algumas considerações de Ronald S. Wallace. De acordo com esse autor, a Babilônia da época de Daniel tinha uma concepção dualista da existência que se opunha à monista, que é bíblica. Embora não haja evidência dessa influência na vida de Daniel, percebe-se que, pelos registros bíblicos, a visão dada por Deus fez com que Daniel se sentisse confiante acerca do domínio de Deus sobre a história. Para uma melhor compreensão das concepções dualista e monista, destacamos um trecho de seu livro:

Este conceito sobre a realidade é freqüentemente chamado de conceito dualista do bem e do mal, ao passo que a visão bíblica, chamada monista, indica que *no princípio* está o próprio Deus, sozinho, com Sua bondade e Seu amor. O conceito dualista nos diz que, em contraste com o próprio Deus, há também uma força maligna equivalente, ou um deus maligno igual, de modo que, como base da constituição deste Universo, há uma eterna luta entre o bem o mal. Este ponto de vista é profundamente deprimente e pessimista. Levá-lo a sério significaria que tudo quanto é puro e bom estaria eternamente sujeito à ameaça; e que a História não tem outro curso a não ser continuar indefinidamente na turbulência de uma guerra em que nenhum dos dois lados pode esperar uma vitória definitiva. Certamente, com tais pressuposições, o mal nunca poderia ter um fim, já que nunca teve um princípio (WALLACE, 1987, p. 128-129).

A compreensão de que haveria uma dominação maligna, mas, por fim, Deus daria fim a todo mal, fez com que Daniel se restabelesse e voltasse toda a sua confiança para Deus. As visões que Daniel recebeu abalaram-no profundamente: “quanto a mim, Daniel, o meu espírito foi alarmado dentro de mim, e as visões da minha cabeça me

perturbaram [...] quanto a mim, Daniel, os meus pensamentos muito me perturbaram, e o meu rosto se empalideceu; mas guardei estas coisas no coração” (Dn 7.15, 28).

Daniel voltou à sensatez e à verdade porque a visão, embora tivesse demonstrado o domínio demoníaco dos impérios, declarou a soberania do Deus de Israel antes da criação, no decorrer de toda história e por toda a eternidade: “Estes grandes animais, que são quatro, são quatro reis que se levantarão da Terra. Mas os santos do Altíssimo receberão o reino e o possuirão para todo o sempre, de eternidade em eternidade” (7.17-18). Fica evidente, portanto, na visão, o controle de Deus sobre o mal e a exata justiça do Seu propósito, visando a um bem final, pois o reino vindouro e final não será de opressão e de crueldade, mas de paz, de alegria e de justiça.

PROFECIAS PARA ISRAEL

Este tópico tem como objetivo descrever as visões de Daniel, a partir do capítulo 8. Ao contrário dos sonhos e visões anteriores, estes são interpretados, a Daniel, pelo anjo Gabriel. A partir desse capítulo, conforme já mencionado, a língua utilizada na escrita volta a ser a hebraica.

Ainda no reinado de Belsazar, agora no terceiro ano, Daniel teve outra visão. Dessa vez viu um carneiro e um bode. O carneiro que tinha duas pontas representava o império medo-persa: “aquele carneiro com dois chifres, que viste, são os reis da Média e da Pérsia” (8.20) e o bode que vinha do Ocidente era o império grego e sua ponta notável representava Alexandre, o Grande, que morreu muito cedo, no auge do seu poder, visto que morreu apenas com 32 anos. Sobre essa afirmação, assim se manifesta Hale (2001, p. 12):

Alexandre morreu em 323 a. C., com a idade de 32 anos. Sua maior consecução não é considerada ser seu gênio militar (por grande que fosse). Ele é lembrado principalmente por sua qualidade de estadista. Ele é responsável pela fusão do Ocidente com o Oriente. Derrubando a parede que estava entre o Oriente e o Ocidente, ele foi capaz de abrir as portas do comércio.

Logo após a morte repentina de Alexandre, seu império foi dividido entre seus generais: “mas o bode peludo é o rei da Grécia; o chifre grande entre os olhos é o primeiro rei; o ter sido quebrado, levantando-se quatro em lugar dele significa que quatro reinos se levantarão deste povo, mas não com força igual à que ele tinha” (Dn 8.21-22). Essa visão foi bem mais específica e precisa. Fizemos menção ao esplendor do Império Babilônico, anteriormente, e o próprio Daniel teve a oportunidade de ver a decadência desse império. O registro do milagre de Deus feito a Daniel, referente à cova dos leões, já não diz mais respeito ao contexto histórico da Babilônia, mas ao do Império Medo-Persa. Depois da visão do carneiro e do bode, este foi o estado de Daniel: “eu, Daniel, enfraqueci e estive enfermo alguns dias; então, me levantei e tratei dos negócios do rei. Espantava-me com a visão, e não havia quem a entendesse” (Dn 8.27).

Um homem com a cultura de Daniel e com o conhecimento e a sabedoria que Deus lhe havia dado, por certo, não se conformaria em não entender com profundidade o que sucederia no futuro. Ele foi, antes de tudo, um grande observador da história humana e, cada vez mais, quis compreendê-la nos seus mais diversos desdobramentos; por isso, continuou sua incessante busca. Daniel queria compreender o tempo do fim e como não bastavam seus conhecimentos seculares, buscou conhecimento, também, nos livros dos profetas.

No capítulo 9 de Daniel está registrada a oração dele pelo seu povo. Nessa ocasião, o contexto histórico é o Império Medo-Persa e não o babilônico. Isso significa dizer que Daniel já presenciara o cumprimento de uma das profecias dadas a ele, por Deus. Sendo assim, mais do que nunca, estava desejoso de apreender os conhecimentos históricos futuros. Foi nessa ocasião que entendeu que o tempo do cativo do povo judeu estava chegando ao fim: “eu, Daniel, entendi, pelos livros, que o número de anos, de que falara o Senhor ao profeta Jeremias, que haviam de durar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos” (Dn 9.2). Sendo assim, se dirigiu a Deus com rogos e oração. Fez uma longa oração e

confessou os pecados de seu povo. Era desejo de Daniel compreender o que aconteceria depois do cativeiro. Então, o anjo Gabriel veio até ele e disse-lhe que havia vindo para fazer-lhe compreender o que aconteceria no final dos tempos.

A partir do versículo 24, o anjo fala-lhe sobre as 70 semanas que estão determinadas sobre o povo de Israel para a extinção da transgressão. As 70 semanas começaram a ser contadas a partir do edito de Ciro, autorizando os judeus a retornarem a Jerusalém. Do edito até o Messias seriam 7 semanas mais 62 semanas, ou seja, 49 anos mais 434 anos, porque cada semana corresponde a 7 anos. Depois de 62 semanas o Messias seria retirado e Jerusalém destruída. As 7 mais as 62 semanas dão um total de 69, ou 483 anos, portanto, já se cumpriram 69 semanas e resta, apenas, uma para se cumprir. A figura abaixo sintetiza o que acabamos de expor:



Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=as+70+semanas+de+daniel>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

Em 444 a.C., o rei da Pérsia decretou a permissão do retorno dos judeus para a reconstrução de Jerusalém. O período de reconstrução vai até o ano 395 a.C. Da finalização da construção até a morte do Messias passaram-se 62 semanas ou 434 anos. Sendo o Messias rejeitado pelos judeus, começou o período da igreja, ou seja, o da dispensação da graça. O período da igreja pode ser considerado um parêntese na contagem das 70 semanas. Na realidade, o que ocorreu é que Deus suspendeu a contagem das semanas e esta só recomeçará na ocasião

em que finalizar o período da igreja na Terra. Sendo assim, depois do arrebatamento da igreja⁵ começará a contagem da última semana que

⁵ Há correntes teológicas que afirmam que a igreja passará por um período de Grande Tribulação, Mesotribulacionismo, e por toda a Grande Tribulação, Pós-tribulacionismo. Para nós, isso, em si, não é essencial visto que se permanecermos fiéis até o fim, qualquer que seja o tempo do arrebatamento, seremos arrebatados. Porém, embora tenhamos a certeza de que a igreja sofrerá os reflexos da Grande Tribulação, especialmente pela aceleração da apostasia, nosso posicionamento é que a igreja não enfrentará as agruras dessa 70ª semana de Daniel, pois, nesse tempo, cremos, estaremos festejando as bodas do Cordeiro. Não temos o objetivo, neste trabalho, de defender a visão pré-tribulacionista, embora nossa leitura das profecias de Daniel, articuladas ao livro de Apocalipse, a pressuponha, mas precisamos explicitar, ainda que de forma sucinta, o motivo da nossa escolha: ela nos parece mais coerente e dá conta de articular um número maior de textos bíblicos; além disso, ela tem uma postura mais literal na abordagem das últimas coisas, o que limita as viagens interpretativas. Para os pós-tribulacionistas, a igreja enfrentará a tribulação, portanto, o texto de 1 Ts 4.13-18 não se refere ao momento do arrebatamento, mas à segunda vinda de Jesus, após a tribulação. O fato de os pós-tribulacionistas não distinguirem, literalmente, Israel da Igreja, mas considerarem que a igreja “tomou o lugar do Israel nacional como povo da aliança de Deus” segundo apontado por Erickson (ERICKSON, 2010, p.182) faz com que eles não diferenciem o público do texto de Mt 24, com o qual Jesus falava, os judeus, do de 1 Ts 4.13-18, com o qual Paulo falava, a igreja. Além disso, não consideram importante o fato de Jesus está respondendo a uma pergunta: “Dize-nos quando serão essas coisas e que sinal haverá da tua vinda e do fim do mundo?”. Nessa ocasião, ele diz no versículo 30 que “todas as tribos da terra se lamentarão e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória”. Por que Jesus não fala da transformação dos vivos que serão “arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar com o Senhor nos ares”? Nosso entendimento é que Ele estava falando com os judeus acerca de sua segunda vinda e Paulo com a igreja de Tessalônica sobre o arrebatamento da igreja. Ainda, de acordo com a exposição de Erickson acerca do texto que se encontra em 2 Ts 2.6-7, os pós-tribulacionistas interpretam a passagem que se refere “ao que detém” de duas maneiras: “(1) aquele que detém é o Espírito Santo, mas sua retirada não acarreta a remoção da igreja; ou (2) aquele que detém não é o Espírito Santo. As duas interpretações concordam, no entanto, que a remoção daquele que detém não é o arrebatamento da igreja.” (ERICKSON, 2010, p.195). Consideremos que seja o Espírito Santo, numa visão pré-tribulacionista, com a retirada dele vai a igreja arrebatada, mas numa visão pós-tribulacionista a igreja permanece sem o consolador, sem o que nos convence do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16. 7-13). A igreja ficará sem o penhor da sua herança (Ef 1. 14). Seria possível a permanência da igreja sem o Espírito Santo? Não sendo o Espírito Santo, de acordo com Ladd, citado por Erickson, será o próprio Deus. Em outra consideração de Erickson, segundo nosso ponto de vista contraditória, os pós-tribulacionistas consideram a interpretação dos pré-tribulacionistas incongruente porque, segundo eles, Jesus deixou claro que o Espírito Santo estará presente durante a tribulação e citam para comprovação o versículo 11, de Marcos 13. Entretanto, Jesus estava falando de acontecimentos que breve se cumpririam como foi o caso da destruição de Jerusalém em 70 d. C. A continuidade de sua exposição, Erickson aponta, então, segundo o posicionamento dos pós-tribulacionistas, que o Espírito Santo dará poder aos crentes para evangelizar. Nesse ponto, caminho para finalização com duas perguntas: como então articularmos os textos de Paulo acerca da apostasia da igreja nos últimos tempos? (1 Tm 4. 1-5). E quem crerá na mentira, conforme 2 Ts 2. 11-12? Paulo diz aos tessalonicenses que, depois de retirado o que “resiste”, o iníquo será revelado e este opera segundo a eficácia de Satanás com muito poder e prodígio. Com esse poder, enganará os “que não receberam o amor da verdade para se salvarem” e porque não receberam esse amor, o próprio Deus, segundo Paulo, “enviará a operação do erro, para que CREIAM NA MENTIRA, para que sejam julgados todos os que não creram na verdade; antes tiveram prazer na iniquidade”. Pelo exposto, podemos até concluir que a igreja

será a da grande tribulação e, portanto, a 70ª semana de Daniel. Ao final dela é que ocorrerá a Batalha do Armagedom e a segunda vinda de Cristo, quando Ele destruirá o iníquo. Sobre essa questão de a igreja ser considerada um parêntese na contagem das 70 semanas de Daniel, assim se manifesta Erickson (2010, p. 145), quando expõe o posicionamento dos dispensacionalista:

Isso significa que a igreja não é mencionada em lugar algum do Antigo Testamento, não é profetizada em lugar algum. É um “parêntese” que se encaixa, especificamente, entre a sexagésima nona semana e as septuagésima semana de Daniel. Nenhuma profecia foi cumprida desde o tempo de Cristo. O relógio profético não moveu os ponteiros desde o Pentecoste.

O Anticristo ascenderá e fará uma aliança de paz e proteção com Israel. Nesse tempo, o sistema sacrificial será restaurado. Na metade da semana, ou seja, após 3 anos e meio, haverá o rompimento da aliança do Anticristo com Israel e a exaltação dele como grande líder do sistema religioso. Nessa ocasião, Israel sofrerá grande perseguição, até que clame pelo Messias e Ele venha para libertá-lo, já na ocasião da Batalha do Armagedom.

Para termos uma visão sumariada e global do livro de Daniel, segue um quadro que nos demonstrará que as profecias encontradas nos sete primeiros capítulos se referem às nações gentias. As profecias registradas nos demais capítulos, ou seja, do 8 ao 12, se referem ao povo de Israel. Esse quadro nos mostrará a referência bíblica, a descrição da visão ou sonho profético e a interpretação e o cumprimento. A observação desse quadro servirá, dentre outras coisas, para aumentar o nível da nossa fé, da nossa esperança e do nosso temor. Da nossa fé porque teremos a oportunidade de perceber o quanto Deus é fiel e cumpre a Sua palavra dentro do universo dos acontecimentos históricos. Da nossa esperança porque teremos a convicção de que se Deus já

passará pela tribulação, mas considerando que vão crer na mentira, nos sinais e prodígios do Anticristo, pensamos ser a igreja apostatada, pois ela não recebeu o amor de Deus e teve mais prazer na iniquidade.

cumpriu tantas profecias no passado, por certo, cumprirá as que, ainda, se referem ao futuro e breve chegará o tempo de paz e de justiça no mundo. E, do nosso temor, porque, sabendo da fidelidade e da justiça de Deus, teremos que viver, cada vez mais, segundo os parâmetros bíblicos, pois, caso contrário, ao invés de participarmos das bodas do Cordeiro, participaremos do juízo final.

Principais Profecias Referentes às Nações Gêntias em Daniel 1 – 6		
Referência	Descrição da Visão ou Sonho Profético	Interpretação e Cumprimento
2.31-45	Uma estátua em pé, com a cabeça de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre e os quadris de bronze, as pernas de ferro e os pés de ferro e de barro. Uma pedra é cortada sem o auxílio de mãos e destrói a estátua batendo contra os seus pés. Os restos da estátua são levados pelo vento, e a pedra se transforma numa grande montanha que enche toda a Terra.	As partes da estátua representam quatro impérios mundiais sucessivos que haviam de governar sobre o povo de Israel: o ouro é a Babilônia (586 – 539 a.C.); a prata, os medo-persas (539 – 332 a.C.); o bronze, os gregos (332 – 63 a.C.); e o ferro e o barro representam os romanos (início em 63 a.C.). A pedra é Jesus (1Pe 2.6-8), que conquistará e reinará sobre todos os reinos durante o reino milenário (Ap 11.15; 19.11 – 20.6).
4.10-33	Uma grande árvore é cortada, restando apenas um toco e, depois de personificada, recebe a mente de um animal.	A árvore cortada representa Nabucodonosor, que foi humilhado diante de Deus e que recebeu de homens comida de animais.
5.5-31	Uma mão escreve uma mensagem cifrada na parede do palácio de Belsazar, rei da Babilônia: “Mene, Mene, Tequel, Parsim”.	As palavras foram interpretadas do seguinte modo: “Contado, contado, pesado, dividido”. Deus pesou Belsazar, e, visto que ele foi achado em falta, seu reino seria dividido. Na mesma noite, Belsazar foi morto, e os medo-persas assumiram o controle do império babilônico.

Principais Profecias Referentes às Nações Gêntias em Daniel 7		
Referência	Descrição da Visão ou Sonho Profético	Interpretação e Cumprimento
7.1-7, 15-17, 19, 23	Quatro animais: um leão, um urso, um leopardo e um “quarto animal, terrível, espantoso e sobremodo forte”, com dez chifres, subiram do mar.	Os quatro animais representam a mesma sucessão de impérios mundiais vista no sonho registrado em Dn 2: os babilônios, os medo-persas, os gregos e os romanos.
7.8, 20-21, 24-25	Um pequeno chifre com olhos humanos e uma boca que falava com insolência surge dentre os dez chifres e arranca três deles. Este chifre “cuidará em mudar os tempos e a lei” (v. 25), falando contra Deus e perseguindo os santos “por um tempo, dois tempos e metade de um tempo”.	Os dez chifres representam dez impérios que se levantarão como um império Romano redivivo, antes da segunda vinda de Cristo. Um governante mundial, o Anticristo, surgirá do meio deles e subjugará três dos dez reinos. Ele instituirá um novo sistema de governo e perseguirá Israel durante a grande angústia por um período de três anos e meio.
7.13-14	Um como o Filho do Homem receberá do Ancião de Dias autoridade sobre todos os reinos.	Jesus Cristo, que clamou para Si o título de Filho do Homem (Jo 1.51), receberá de Deus autoridade sobre todos os reinos da Terra na Sua segunda vinda (Ap 11.15).
7.18, 22, 27	Os santos recebem o reino para sempre.	Os judeus e a Igreja reinarão com Cristo no reino milenário e participarão das alegrias do Céu para sempre.
7.26	O pequeno chifre será destruído.	O Anticristo será jogado no lago de fogo (Ap 19.20).

Principais Profecias Referentes a Israel em Daniel 8 – 12		
Referência	Descrição da Visão ou Sonho Profético	Interpretação e Cumprimento
8.3-12, 20-25	Um carneiro com dois chifres é derrotado por um bode com apenas um chifre. O único chifre do bode se quebra e é substituído por outros quatro chifres. Desses quatro chifres surge um pequeno que exalta a si mesmo e profana o templo, mas ele será destruído “sem esforço de mãos humanas” (v. 25).	O carneiro representa os medo-persas; o bode representa a Grécia, e o único chifre, Alexandre, o Grande. Os quatro chifres representam a divisão do império entre quatro generais depois da sua morte. O pequeno chifre representa Antíoco Epifânio IV, que profanou o templo de Jerusalém em 167 a.C. Antíoco morreu por doença, um ato de Deus, em 164 a.C.
9.24	Setenta “semanas” (literalmente, setenta “setes” deverão se passar, até que os pecados de Israel terminem e a justiça eterna seja estabelecida.	Setenta “semanas” de sete anos cada (o que equivale a 490 anos) se passarão até que o pecado de Israel seja removido, na segunda vinda de Cristo (Rm 11.20-27). (Haverá um longo espaço de tempo entre a 69ª e a 70ª “semana”).
9.25	Sete “semanas” e sessenta e duas “semanas” (num total de sessenta e nove “semanas”) irão passar desde a ordem de restaurar Jerusalém até a chegada do Messias.	Da ordem de reconstruir Jerusalém, expedida por Artaxerxes em 444 a.C. (Ne 2.1-8), até a data da entrada triunfal de Cristo (33 d.C.) se passaram 483 anos (69 x 7) de 360 dias, com base no calendário lunar judaico.
9.26	Depois de sessenta e duas “semanas”, o Messias será morto, e a cidade e o templo serão destruídos, “e até ao fim haverá guerra; desolações são determinadas”.	Cristo foi crucificado em Jerusalém, e o templo foi destruído pelo general romano Tito no ano 70 d.C. (cf. Mt 23.38). A “desolação” de Israel continuará até a segunda vinda de Cristo.
9.27	O “príncipe que há de vir” (v. 26) fará uma “aliança com muitos, por uma semana”, mas, no meio dessa “semana”, ele interromperá os sacrifícios.	O Anticristo firmará uma aliança com Israel por sete anos, mas se voltará contra Israel depois de três anos e meio. A septuagésima “semana” começará após o arrebatamento da Igreja.
11.3	Depois do governo da Pérsia (v. 2), um poderoso rei se levantará.	Alexandre, o Grande, derrotou o império Persa em 334 – 330 a.C.
11.4	O reino do poderoso rei será dividido entre outros.	Logo depois da morte de Alexandre, em 323 a.C., seu reino foi dividido entre quatro de seus generais, incluindo Ptolomeu (Egito) e Seleuco (Síria).
11.5-35	Vários reis do Sul e vários reis do Norte lutarão entre si com força e muitas intrigas.	Uma prolongada luta na terra de Israel entre o reino Ptolomaico, do Egito (os reis do Sul), e o reino Selêucida, da Síria (os reis do Norte), levou à profanação do templo de Jerusalém, em 167 a.C., pelo rei selêucida Antíoco Epifânio IV. Esta profecia também aponta para os grandes conflitos militares que acontecerão durante o tempo da angústia.
11.36-39	Um rei se exaltará acima de todos os poderes, humanos ou divinos, e blasfemar contra Deus “até que se cumpra a indignação” (v. 36).	Apesar de alguns sustentarem que este rei seja Antíoco Epifânio IV, outros creem que ele é o Anticristo, que reinará durante o tempo da angústia.
11.40-45	“No tempo do fim”, o rei do Sul atacará o rei do Norte. Este rei (o de 11.36) invadirá a terra gloriosa e governará ali, mas será destruído.	O Anticristo invadirá Israel em função das batalhas que se travarão ali entre os aliados do Egito e os poderes do Norte. O Anticristo reinará em Israel, mas será derrotado no fim do tempo da angústia.
12.1	Miguel libertará o “teu povo” de um tempo de angústia, “qual nunca houve, desde que houve nação”.	O arcanjo Miguel intervirá para libertar Israel da grande tribulação na batalha do Armagedom (Ap 16.12-16).
12.2-3	Os mortos ressuscitarão, alguns para a vida eterna e outros para a condenação eterna.	Os justos serão ressuscitados para reinar com Cristo no reino milenário (Ap 20.4). Os ímpios serão ressuscitados depois do milênio para a condenação eterna (Ap 20.5).

Fonte: *Bíblia de Estudo das Profecias*

O capítulo 12 de Daniel revela que haverá um tempo de intensa angústia para o povo de Israel, mas o propósito de Deus é salvar esse povo. Esse tempo de angústia, também, foi predito pelo profeta Jeremias (Jr 30.7). Em Daniel, assim está registrado:

e, naquele tempo, se levantará Miguel, o grande príncipe, que se levanta pelos filhos do teu povo, e haverá um tempo de angústia, qual nunca houve, desde que houve nação até àquele tempo; mas, naquele tempo, livrar-se-á o teu povo, todo aquele que se achar escrito no livro (Dn 12.1).

O versículo 2, do mesmo capítulo, contém a referência mais clara do Antigo Testamento, no que diz respeito à ressurreição dos justos e dos ímpios, portanto, revela que há, apenas, dois destinos para toda a humanidade: “uns ressuscitarão para a vida eterna, e outros para a vergonha e desprezo eternos” (Dn 12.2).

Mas, depois dessas revelações, Daniel recebe a ordem de selar o livro, pois elas não seriam cumpridas nos dias do profeta, mas somente nos tempos do fim, no tempo em que a ciência se multiplicaria: “e, tu, Daniel, fecha estas palavras e sela este livro, até ao fim do tempo; muitos correrão de uma parte para outra, e a ciência se multiplicará” (Dn 12.4). Daniel ficou como que pasmado diante dessas revelações e foi sincero em dizer que não as entendia: “eu, pois, ouvi, mas não entendi; por isso, eu disse: Senhor meu, qual será o fim dessas coisas?” (Dn 12.8). A essa pergunta, o Homem vestido de linho lhe respondeu que *estas palavras estão fechadas e seladas até ao “tempo do fim”* (Dn 12.9) e, nesse tempo, os sábios as entenderiam. Isso significa dizer que uma revelação como essa de Daniel só seria plenamente compreendida pelos sábios que vissem no tempo do cumprimento das palavras, porque os acontecimentos históricos nos permitem entender melhor as profecias.

Não é nosso interesse nos autonearmos de *sábios*, porém, devemos reconhecer que temos nos esforçado para receber de Deus a compreensão necessária dos acontecimentos dos tempos do fim. Por isso, temos

procurado compreender e demonstrar que o cumprimento das profecias do profeta Daniel está relacionado à formação de um Império Mundial e, por consequência, à ascensão de um líder mundial.

A Daniel foi dado um grande desafio: deixar de olhar para os acontecimentos do futuro iminente, ou seja, para a libertação do povo de Israel da Babilônia, para olhar para eventos muito mais distantes, ou seja, para os referentes ao fim de todas as coisas. Mas Daniel teve suas limitações, pois não pôde ver os acontecimentos tais quais ele viu referentes aos impérios da Babilônia e da Pérsia. Mas, nós, segundo Wallace (1987), temos um importante papel que é descobrir as semelhanças entre os panoramas que nos foram descortinados e a nossa atual conjuntura. Isso significa que o nosso papel é verificar o cumprimento das profecias no passado e analisar como o cenário mundial está sendo preparado para que surja o maior império que a humanidade já viu, que é o império do Anticristo. Em outras palavras, significa dizer que o que precisamos compreender é a rebelião de Satanás e as suas várias tentativas em estabelecer grandes impérios, pois, em função da sua oposição a Deus, ele sempre desejou dominar o mundo. Sendo assim, nos próximos capítulos, faremos um percurso histórico abrangente para observarmos as várias tentativas de constituição de impérios mundiais: o percurso começará pela pré-história, passará pelos impérios do Egito, da Assíria, da Babilônia, da Pérsia, da Grécia e de Roma; esses impérios se deram no contexto histórico da Antiguidade e, acerca deles, a Bíblia fala claramente. Se nos recordarmos, veremos que acerca dos impérios da Babilônia, da Pérsia, da Grécia e de Roma, Daniel profetizou e acerca desses só temos que contemplar o cumprimento da Bíblia e faremos isso, no segundo capítulo, quando abordaremos os impérios da Antiguidade. Esse retrocesso que faremos na história é necessário para investigarmos o que tem sido a hipótese deste trabalho: há processo contínuo de expansão civilizatória, da pré-história, passando pela formação das cidades, pela das cidades-estado, à formação do primeiro reino, Egito. A partir da formação desse reino, veremos, cada império subsequente

expande mais os limites territoriais até chegar à impossibilidade de expansão e, portanto, o que resultará na ascensão do anticristo, que dominará mundialmente. Agora, nosso grande desafio será compreender as bases do mundo para a consolidação desse governo mundial. Para isso, teremos, também, que observar a constituição de alguns impérios no contexto histórico da Baixa Idade Média e da Idade Moderna, o que será feito no último capítulo.

O SURGIMENTO DOS GRANDES IMPÉRIOS DA ANTIGUIDADE, À LUZ DAS REVELAÇÕES DE DANIEL

Vimos, no capítulo anterior que o contexto histórico de Daniel era o do Império Babilônico e, nesse império, ele interpretou o sonho do rei Nabucodonossor e, também, teve uma visão dos animais que corresponde aos mesmos acontecimentos históricos da visão do rei da Babilônia. Neste capítulo, nosso objetivo é apontar, do ponto de vista histórico, o cumprimento desse sonho e dessa visão. Temos que retomar a nossa tese neste trabalho: processo contínuo de expansão do domínio mundial, até a ascensão do Anticristo. Esse processo não está desvinculado da expansão civilizatória da humanidade. Na realidade, essa expansão, de certa forma, é o fio condutor deste trabalho. Para evidenciar essa expansão, ao final da exposição de cada império, inseriremos um mapa para que seja observado como, cada império, é maior que o seu antecessor.

O autor Jaime Pinsky, em sua obra *As primeiras civilizações* (2012), aponta essa expansão, a partir de três importantes civilizações antigas: a mesopotâmica, a egípcia e a hebraica. Segundo ele, de uma prática de vida nômade, homem vivia da caça e da pesca, passando pela descoberta do fogo e pela agricultura, os homens criaram cidades-estados, até chegar à constituição do primeiro reino que a história reconhece: o Império Egípcio. Conforme temos afirmado, há, na história, um processo de expansão, embora descontínuo, gradual até chegar ao império do Anticristo. De acordo com esse autor, “a agricultura inicia-se no Oriente Próximo, a urbanização também” (PINSKY, 2012, p. 43). Ele explica os fatores possíveis que fazem com que uma região se urbanize e outras

não. Segundo ele, “no Egito e na Mesopotâmia havia, portanto, condições altamente favoráveis à agricultura, condições essas, entretanto, que precisavam ser aproveitadas com um trabalho sistemático, organizado e de grande envergadura”. A abundância de alimentos, como resultado da agricultura, é, então, a “base das primeiras civilizações”, (PINSKY, 2012, p. 45). Para ele, não se pode falar de civilização, sem que cidades tenham sido constituídas e delas chega-se à constituição das cidades-estados e, por fim, à dos reinos e à dos impérios. Nas palavras dele,

uma civilização, via de regra, implica uma organização política formal com regras estabelecidas para governantes (mesmo que autoritários e injustos e governados; implica projetos amplos que demandem trabalho conjunto e administração centralizada (como canais de irrigação, grandes templos, pirâmides, portos, etc.); implica a criação de um corpo de sustentação do poder (como a burocracia de funcionários públicos ligados ao poder central, militares, etc.); implica a incorporação das crenças por uma religião vinculada ao poder central, direta ou indiretamente (os sacerdotes egípcios, o templo de Jerusalém, etc.); implica uma produção artística que tenha sobrevivido ao tempo e ainda nos encante (o passado não existe em si, senão pelo fato de nós o reconstruirmos; implica a criação ou incorporação de um sistema de escrita (os incas não preenchem esse quesito, e nem por isso deixam de ser civilizados); implica, finalmente, mas não por último, a criação de cidades (PINSKY, 2012, p. 46).

Depois do surgimento das cidades, como resultado da abundância de alimentos, surgem os soldados para proteção das mercadorias que eram levadas para o comércio, os escribas para registrar todos os negócios, os funcionários do Estado para fazer a conciliação de interesses etc. A liderança, nesse contexto, já não deve ser mais provisória, mas é preciso que alguém lidere em nome da coletividade, daí surge a figura do rei, que tem em vista o bem comum, a origem divina, no caso dos faraós ou a legitimação divina, como é o caso dos israelitas. A necessidade do rei, além dos dirigentes que estavam ligados aos templos, surge por conta da quantidade de empreendimentos e trabalhos públicos. Com um rei, os povos passam a ter liderança para a guerra e, portanto, para obtenção de

novos domínios territoriais. Então, muito cedo há a luta pela hegemonia. Deve-se, então, apontar que a unificação de um reino pressupõe um nível mínimo de desenvolvimento material e de organização social.

A expansão das cidades se dá por meio do comércio que nasce das necessidades dos próprios povos, especialmente, das de matérias-primas. Com isso, até mesmo aldeias vão se transformando em cidades. De acordo com PINSKY (2012, p. 53), “grande número de núcleos urbanos que se desenvolvem ao longo do Tigre e do Eufrates, no terceiro milênio a.C.” Adiante segue mapa para melhor visualização dessa região tão importante na história da civilização:



Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crescente_F%C3%A9rtil>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

O QUE É UM IMPÉRIO?

A origem dos povos está relacionada à dominação do mais forte sobre o mais fraco. O termo império tem origem na palavra latina *imperium* que, na Roma antiga, indicava poder supremo, tanto bélico quanto legislativo. Portanto, desde os tempos de Roma, essa palavra tem sido

utilizada para descrever comando sobre vastos territórios. De acordo com Anthony Pagden (2002, p. 24), em Povos e Impérios: uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade, esse termo

sugere a impiedosa exploração de povos um tanto indefesos e desprovidos de sofisticação tecnológica, pela força dos que detêm tecnologia sofisticada; isso significa dizer que **império** é representado como um modo de opressão política, como a negação dos direitos imposta por um povo a inúmeros povos, acima de todo o direito de autodeterminação.

Nesse caso, a constituição de um império é uma construção artificial e os conquistadores sempre se empenham para manter em subserviência os conquistados e, por isso, criam falsas ideias que justificam suas práticas de exploração e dominação; no caso do Império Romano, as ideias que se utilizavam eram as relacionadas à civilização, ou seja, o império dominava e utilizava o discurso de que estava levando a civilização aos povos bárbaros; esse mesmo discurso, mais o discurso da fé cristã, ou seja, o discurso da salvação da alma dos homens, justificou, por séculos, os impérios espanhol, holandês e britânico; mais recentemente, o discurso que justifica o domínio dos Estados Unidos, mais as nações aliadas a eles, é a proteção que eles pretendem dar ao mundo contra o terrorismo. Segundo Padgen (2002, p. 24),

o império tem sido um estilo de vida para a maioria dos povos do mundo, sejam eles conquistadores ou conquistados, e os chamados impérios, além de apresentar variações de acordo com a região e a época a que pertencem, também marcaram as vidas daqueles a quem subjugarão, às vezes de maneiras radicalmente diferentes.

Os impérios, por sempre buscarem a conquista de extensos territórios, sempre abarcaram povos de diferentes costumes e crenças, além de, evidentemente, diferentes idiomas; isso sempre causou muitos conflitos e muitas revoltas; adiante, veremos que Satanás tem mudado suas estratégias de dominação, o que tem facilitado seu domínio nos últimos tempos. Ainda de acordo com Padgen (2002, p. 26),

graças à sua extensão e diversidade, a maioria dos impérios, pouco a pouco, tornaram-se sociedades internacionais e cosmopolitas. Com o intuito de governar territórios amplos e distantes entre si, os governos imperiais, de modo geral, viram-se na obrigação de tolerar, consideravelmente, diversidade de cultura e algumas vezes de credo, desde que não constituíssem ameaça à autoridade.

Tendo em vista que, segundo Padgen, a origem da história da civilização é caracterizada pelo domínio do mais forte sobre o mais fraco é que faremos menção aos impérios que foram mais significativos em função da abrangência mundial. Sendo assim, mencionaremos os seguintes impérios, na ordem de ascensão e de queda: na Antiguidade: o primeiro Império Babilônico, o Egípcio, o Assírio, o segundo Babilônico, o Persa, o Grego, o Romano. Nosso objetivo não é tratar da história de cada um desses impérios no sentido de dar conta dela, mas tratá-la ao ponto de evidenciar a relação inseparável dela com a história do povo de Israel. De acordo com Herbert DONNER, em *História de Israel e dos povos vizinhos* (1997, p. 5), o título do seu livro não faz mais do que apontar o “fato historicamente indiscutível de que a história de Israel não pode ser tratada independentemente da do Oriente Antigo, mas constitui, sob todos os aspectos, parte inseparável dela”.

A CONSTRUÇÃO DE BABEL E O PRIMEIRO IMPÉRIO BABILÔNICO

Dando vazão aos seus impulsos de dominação, os homens decidiram seguir o caminho e o espírito de Caim. Apesar de Deus ter ocasionado a confusão da língua, através da qual os homens se comunicavam, os homens conseguiram vencer a diversidade linguística e estabeleceram o que viria a ser, no futuro, o imperialismo. Em Gênesis 14. 1-9 estão registrados alguns nomes de grandes homens desse tempo; um dos mais notáveis foi Amrafel, rei de Sinar, conhecido na história como Hammurábi, autor do mais antigo e famoso código de leis: o código de Hammurábi; porém, antes desse grande império, gostaríamos de fazer menção ao domínio de Ninrode, descendente de Cam, que a Bíblia diz que *começou*

a ser poderoso na terra, Gn 10.8. Informações sobre o domínio desse homem podem ser encontradas no museu do Louvre: www.louvre bible.org.

Seu império teve início com a construção de Babel, mas construiu mais sete cidades (Gn 10.10,11). O termo Babel significa confusão e veio da raiz hebraica *bâlal* que significa *confundir* (www.louvre bible.org). A forma grega de Babel é Babilônia. Em assírio, significa *porta de Deus*, que se escreve *babilu* (www.louvre bible.org). Babel foi construída com o intuito de os homens não serem espalhados pela face da terra, desobedecendo, assim, a ordem do Senhor, que indicava o espalhamento dos homens (Gn 9.1; 11.4). A Torre de Babel foi uma construção que não se findou. Tinha como objetivo, possivelmente, ser uma torre de observação ou centro religioso, como um Zigurate, naquela região. Foi planejada pelos homens, talvez, pelo medo de Deus destruir a terra da forma como havia feito antes, na ocasião do dilúvio. Isso demonstra não só a falta de confiança nas promessas que Deus havia feito, mas também, mostra a autoexaltação ou a autosuficiência que entrou no coração do homem (Gn 11.4). A punição de Deus contra esse ato foi, conforme vimos, a diversidade das línguas e povos (Gn 11.7-8).

O nome Ninrode deriva de Marad que significa ele se rebelou, rebelde (www.louvre bible.org). Este homem foi neto de Cão, filho de Noé e o verdadeiro fundador do sistema babilônico que até hoje domina o mundo - Sistema de Competição Organizado: de impérios e governos construídos pelo homem, baseado no sistema econômico de competição e de lucro. Ninrode construiu a Torre de Babel, a Babilônia primitiva, a antiga Nínive e muitas outras cidades. Ele organizou a primeira tentativa de reino deste mundo. Sabe-se bastante de muitos documentos antigos, de acordo com as informações do museu do Louvre, que registram acerca desse indivíduo que se afastou de Deus, que começou a grande apostasia profana e bem organizada, que tem dominado o mundo até hoje.

Na região mesopotâmica - que em grego significa região entre rios - viveram muitos povos e sempre houve conflitos entre eles, em função do

desejo de dominação (Arruda e Piletti, 1999). Essa região está localizada entre os rios Tigre e Eufrates, o que a tornava fértil e possibilitava a fixação de povos e a formação de cidades. Em épocas sucessivas, sumérios, acádios e assírios impuseram sua dominação e conquistaram a hegemonia entre os povos mesopotâmicos. Inicialmente, os sumérios dominaram; posteriormente, os semitas construíram a cidade de Acade; os acádios venceram e unificaram as cidades sumérias e deram origem ao Primeiro Império Babilônico (1800-1600 a. C.). Em Gênesis 10. 10,11 estão registradas as conquistas de Ninrode e, por isso, sabemos que a cidade de Acade e Nínive, esta, posteriormente, capital da Assíria, foram conquistadas por ele. Portanto, já sabemos que os dois grandes impérios da Antiguidade, o babilônico e o assírio, que subjugaram o povo de Israel, tiveram o mesmo fundador, ou seja, Ninrode. De acordo com Arruda e Piletti (1999, p. 24), em *Toda a História: História Geral e História do Brasil*,

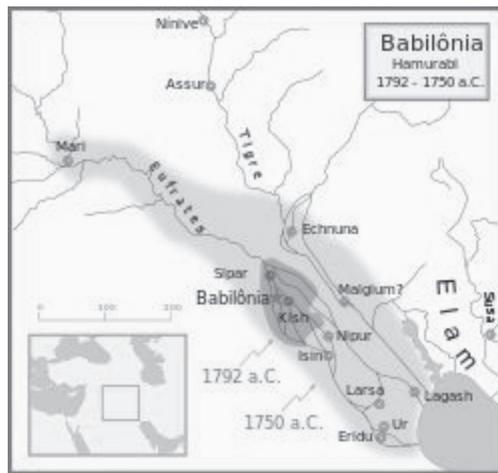
o enfraquecimento das cidades sumérias possibilitou a ascensão dos semitas, que estavam concentrados em torno da Babilônia. Um dos primeiros reis babilônicos foi Hamurabi (1728-1689 a. C.), que ampliou o Império, estendendo as fronteiras até o golfo Pérsico. [...] Hamurabi garantiu ao Império ainda uma administração eficiente; transformou a língua acádia em língua oficial e Marduk no primeiro deus supremo da Mesopotâmia.

Sobre esse rei Hamurabi, já nos referimos anteriormente e sabemos que se trata de Amrafel, rei de Sinear, registrado em Gn 14.1. De acordo com Pinsky (2012, p. 62):

Depois, verificou-se que Hamurábi não criara novas leis e que seu código não era propriamente inovador, já que revelava apenas práticas sociais comuns, encontradas em documentos de outros povos da região. E passou-se a minimizar sua importância. Hoje podemos ter uma visão mais equilibrada do assunto. Hamurábi, grande chefe militar do século XVIII, teve a preocupação, após efetuar importantes conquistas militares, de unificar a legislação.

Com esse código, há uma transformação intensa na economia, visto que se estabelecem regras para o trabalho, valores dos aluguéis e

normas de conduta de um modo geral acerca de todas as relações estabelecidas no comércio. Entretanto, segundo Pinsky, ainda não era um estado consolidado, conforme seria o Egito, considerado o primeiro reino constituído como resultado das relações entre os homens. Esse fato é explicado porque, na Mesopotâmia, houve vários reinos e não um Estado solidamente unificado como no Egito. Mesmo entre os gregos, considerados o berço da civilização ocidental, não havia esse tipo de governo centralizado. Conforme veremos, é com Alexandre, o Grande, que dá continuidade aos trabalhos de seu pai, Felipe, da Macedônia, que haverá o processo de unificação das cidades-estados e a constituição de um grande império. Adiante, segue o mapa para a visualização dos limites do primeiro Império Babilônico:



Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Paleobabil%C3%B4nico. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

O IMPÉRIO EGÍPCIO (3200 A.C. A 1085 A. C.)

O Egito foi, segundo Pinsky (2012), uma das civilizações mais importantes da história Antiga que se desenvolveu na região do Crescente Fértil. Formou-se no nordeste da África, uma região caracterizada pela existência de desertos e pela vasta planície do rio Nilo. A parte fértil do Egito não é senão um oásis muito alongado, proveniente das aluviões

depositadas pelo rio. Nas nascentes do Nilo, caem abundantes chuvas nos meses de junho a setembro provocando inundações em diversas áreas. Com a baixa do Nilo, o solo libera o humo fertilizante que facilita a prática da agricultura. Para controlar as enchentes e aproveitar as áreas fertilizadas, os egípcios tiveram de realizar grandes obras de drenagem e de irrigação, com a construção de açudes e de canais, o que permitiu a obtenção de várias colheitas anuais.

O Egito, inicialmente, estava dividido, segundo Arruda e Piletti (1999) num grande número de pequenas comunidades independentes: os nomos que, por sua vez, eram liderados pelos nomarcas. Essas comunidades uniram-se e formaram dois reinos: o Alto e o Baixo Egito. Por volta de 3200 a.C., o rei do Alto Egito, Menés, unificou os dois reinos. Com ele nasceu o Estado egípcio unificado, que se fortaleceu durante seu governo com a construção de grandes obras hidráulicas, o que atendia aos interesses agrícolas da população. Menés tornou-se o primeiro faraó e criou a primeira dinastia.

Os egípcios, conforme aponta Pinsky (2012) adoravam Faraó como se ele fosse um verdadeiro deus⁶, a quem pertenciam todas as terras do país e para quem todos deveriam pagar tributos e prestar alguns serviços. O governo de Faraó era uma monarquia teocrática, ou seja, uma monarquia considerada de origem divina. Como chefe político de um Estado poderoso, Faraó tinha imenso poder sobre tudo e sobre todos. Na prática, era obrigado a obedecer às leis, muitas das quais haviam sido criadas séculos antes da unificação dos nomos, o que limitava em parte os seus poderes. O império egípcio é dividido em três grandes momentos: o Antigo Império, o Médio e o Novo. Foi durante o Médio Império que os descendentes de Abraão chegaram ao Egito, sob a liderança de Moisés; e durante o Novo é que começaram a ser perseguidos e escravizados, pois os hicsos, povos que dominaram o Egito, anteriormente, e conheceram José, foram expulsos de lá.

⁶ Faraó, soberano todo poderoso, considerado deus vivo, filho de deuses e intermediário entre estes e os homens. Era objeto de culto e sua pessoa era sagrada. Faraó tinha autoridade absoluta: concentrava em si os poderes político e espiritual. Ele ocupava o topo da hierarquia social, filho de Amon-Rá, o deus-sol, e encarnação de Hórus, o deus-falcão. Por isso, esse governo é chamado de teocrático.

ANTIGO IMPÉRIO (3200 A.C. A 2000 A. C.)⁷

Um Estado pacifista e dedicado à construção de obras de drenagem e irrigação, que impulsionaram o desenvolvimento da agricultura. Foram construídas as célebres pirâmides de Gizé: Quéops, Quéfren e Miquerinos. A autoridade do faraó é enfraquecida pela ação dos nomarcas, apoiada pela nobreza. De acordo com Pinsky (2012, p. 69), “a enorme duração da civilização egípcia fez com que vivesse durante muito tempo à sombra das pirâmides seculares. As grandes pirâmides datam, efetivamente, do Antigo Império egípcio; a de Quéops deve ter sido construída por volta de 2 800.”

MÉDIO IMPÉRIO (2000 A.C. A 1580 A. C.)

Os Faraós reconquistaram o poder. Príncipes do Alto Egito restauraram a unidade política do Império e estabeleceram em Tebas a nova Capital. A massa camponesa, através de revoltas sociais, conseguiu o atendimento de algumas reivindicações, como, por exemplo, a concessão de terras, a diminuição dos impostos e o direito de ocupar cargos administrativos, até então reservados às camadas privilegiadas. De acordo com Pinsky (2012, p. 73), acerca do isolamento e da expansão do Egito,

Acredita-se que durante o Antigo Império e até o Médio o isolamento do território deve ter sido mantido, exceto poucas e menos significativas incursões. Já no Novo Império, o Egito torna-se expansionista, desempenhando papel militar e político na região. Mesmo em tempo de paz, torna-se necessário prevenir e cuidar para que não ocorram as guerras. O faraó cuidava do policiamento das rotas, vigilância das fronteiras e portos. Produtos básicos tinham que chegar de outras regiões, e comerciantes precisavam ser protegidos, sempre. Ramsés II e Tutmés III, ambos do Novo Império, são os nomes mais famosos de faraós que ampliaram as fronteiras do país, levando-as durante algum tempo até o Eufrates.

⁷ As datas sempre variam, dada a falta de precisão dos próprios documentos pesquisados pelos historiadores, essa nossa datação é segundo os historiadores Arruda e Piletti, citados anteriormente.

NOVO IMPÉRIO (1580 A.C. A 1085 A. C.)

O período iniciou-se com a expulsão dos hicsos e foi marcado por numerosas conquistas. Outra característica fundamental desse período foi o expansionismo e o poderio militar, pois a luta contra o invasor desenvolveu no Egípcio um espírito militar conquistador. No governo de Tutmés III, o domínio egípcio chegou a se estender até o rio Eufrates, na Mesopotâmia. De acordo com Donner (1997), esse império é representado por Cão, filho de Noé.

O governo do Faraó Ramsés II (1320 - 1232 a. C.) enfrentou novo obstáculo: a invasão dos hititas, inimigos que ameaçavam as fronteiras; a resistência era enfraquecida pela rivalidade entre o faraó e grandes senhores enriquecidos pela guerra. Apesar de nesse momento começar as dificuldades dos egípcios, Pinsky (2012, p. 69), assim se manifesta sobre a permanência desse império:

Ramsés II, do Novo Império, um dos momentos de glória do Egito, reinou no século XVIII, ou seja, mil e quinhentos anos após a construção da grande pirâmide! E a civilização egípcia duraria ainda muito mais, apesar de muitas vezes alterada por invasões ou conquistas pacíficas. Testemunho silencioso de um passado de grandeza, as pirâmides e outros monumentos misturavam mito com realidade, reproduzindo idéias de imortalidade de permeio com a cultura egípcia e lembrando da força que se baseava na unidade.

Depois desse período de esplendor e de expansão, o império egípcio começa a entrar em declínio e, por volta do século VII a. C., os assírios invadiram o país. Em 525 a. C., o rei persa Cambises derrotou o Faraó Psamético III, colocando fim à independência egípcia. Os povos do Nilo seriam ainda dominados pelos gregos e, a partir de 30 a. C., pelos romanos. Entretanto, de acordo com Pinsky (2012), embora dominados, ainda há a permanência da cultura egípcia.

O enfraquecimento do Egito, por conta das guerras com os hititas, que venceram os hurritas e fizeram com que Mitani deixasse de existir, provocou, segundo Lasor, Hubbard e Bush (2002), um vácuo no poder e

foi durante esse vácuo que Deus constituiu a nação de Israel que ficou no domínio das nações até o fortalecimento do Império Assírio. Esse fortalecimento coincide com o tempo de desobediência do povo de Israel à lei de Deus. Conforme a lei, a desobediência resultaria na perda da terra, o que ocorreu, após a divisão de Israel, com o domínio da Assíria, que levou cativas as dez tribos de Israel, e com o domínio da Babilônia, que levou cativas as duas tribos restantes. Esse é o momento histórico de Daniel, conforme evidenciado no capítulo anterior. Desde, então, mesmo havendo o retorno do povo, após 70 anos de cativo, conforme profetizado pelo profeta Jeremias, sob o domínio de Ciro, rei medo-persa, a nação de Israel sempre esteve sob domínio de outras nações, conforme mostrado a Daniel. A nação se restabelecerá, por fim, após o domínio do Anticristo. Adiante, está o mapa, mostrando a extensão do Império Egípcio. Conforme temos apontado, cada império será mais extenso do que o anterior:



Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Antigo_Egito. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

O IMPÉRIO ASSÍRIO (1875-612 A. C.)

Os assírios eram semitas que habitavam o Norte da Mesopotâmia, tendo uma longa história na região. De acordo com Donner (1997), Sem é o representante desse povo⁸. Ao longo dessa história, eles estiveram sob

⁸ Donner assevera que, embora Israel não apareça na tabela dos povos que povoaram a terra,

o jugo dos reinos mais poderosos da região Sul. Sob o monarca Shamshi-Adad, os assírios tentaram começar a construir seu próprio império, mas Hamurabi, da Babilônia, logo acabou com tal ambição. A partir desse acontecimento, os assírios começaram uma longa rivalidade com a Babilônia.

Após séculos de tentativas de independência, os assírios, finalmente, conseguiram formar um estado independente. Nos séculos subsequentes, o equilíbrio de poder mudou do sul para o Norte. As conquistas assírias, ainda segundo Donner (1997) começam com o monarca Tukulti-Ninurta (1235-1198 a.C.), com a conquista da Babilônia. Mas o sonho de um império assírio começou com o monarca Tiglat-Pileser (1116-1090 a. C.), que estendeu o domínio assírio até a Síria e a Armênia.

Entretanto, o grande período de conquistas ocorreu entre 883 e 824, nos reinados de Assurnazirpal II (883-859 a.C.) e Shalmaneser III (858-824 a.C.), que conquistou a Síria, a Palestina, a Armênia e a Babilônia. Os conquistadores assírios inventaram uma nova política em relação aos povos conquistados: a fim de evitar as revoltas nacionalistas dos povos dominados, os assírios forçaram os povos a migrarem em grandes números para outras áreas do império; o que, também, ajudava a garantir a segurança de um império construído à base de conquistas de povos de culturas e idiomas diferentes. Essas deportações em massa das populações do Oriente Médio, Mesopotâmia e Armênia tornaram a região num caldeirão de diversas culturas, religiões e idiomas. Havia muito pouco desse tipo de contato em tempos anteriores ao dos assírios. Foi o imperador assírio Sargão II (721-705 a.C.) quem primeiro deportou os judeus do reino do norte. Apesar de essa não ter sido uma deportação muito grande, nos moldes da Assíria, ela marca o início da diáspora dos judeus.

Os monarcas da Assíria destruíram a Babilônia e mudaram a capital do império para Nínive. Mais tarde, porém, sentindo que Marduk, o maior deus dessa cidade, poderia estar de má vontade para com eles, os assírios reconstruíram a cidade. Esarhaddon foi o reconstrutor

após o dilúvio, o modo como a Bíblia trata a genealogia de Sem, em Gn 11. 10-26, faz com que se reconheça Sem como seu ancestral. Esse fato resulta, conforme DONNER (1997, p. 62), “no mínimo de comunhão e um máximo de separação entre Canaã e Israel”.

da Babilônia. O último grande monarca assírio foi Assurbanipal (668-626 a.C.), que não apenas estendeu o império, mas também começou um projeto de reunir uma biblioteca de tábuas de argila contendo toda literatura da Mesopotâmia. Trinta mil tábuas de argila, segundo Donner (1997) ainda permanecem na Grande Biblioteca de Assurbanipal na cidade de Nínive⁹.

Após Assurbanipal, o grande império assírio começa a rachar. Maior pressão foi da parte dos velhos inimigos da Assíria, como os babilônicos. Contando com a ajuda de outro povo de origem semita, os Medos, auxiliados pelos babilônicos, liderados por Nabuplassar conquistaram a capital assíria de Nínive, incendiando-a completamente, desta forma acabando para sempre com o grande império assírio. Porém antes disso, houve muita tentativa de manutenção desse império. Sobre esse momento, assim se manifesta Donner, (2000, p. 405):

Depois da conquista de Nínive pelos babilônios e medos unificados, no ano de 612 a.C., a chama de vida do império assírio ainda não estava completamente apagada. Houve ainda um poslúdio, pouco significativo para a história da Assíria, mas tanto mais importante para o corredor siro-palestinense. Unidades assírias dispersas juntaram-se sob a liderança do príncipe *Ashur-ubalit* II na Mesopotâmia Superior e, com apoio egípcio, constituíram um efêmero resto de Estado assírio com centro em *Harran*, na curva do Eufrates. Mas já em 610, os adversários conseguiram expulsar *Ashur-ubalit* de seu ninho de defesa, correndo com ele até a Síria Setentrional. Com isso o epílogo assírio poderia ter acabado. Entretanto, no ano de 609 aconteceu mais uma vez uma virada a favor dos assírios. Era o segundo ano do faraó egípcio Neco II (610-595), filho de Psamético I, que estava disposto a continuar seguindo a política pró-assíria de seu pai. Ele estava interessado em manter o que restava do império assírio contra os babilônios e medos, que haviam se tornado ameaçadoramente fortes, e, nessa oportunidade, também em substituir a velha pretensão de hegemonia assíria sobre a Palestina e a Síria Central pela egípcia, mais antiga ainda.

⁹ Essas tábuas, segundo Donner (1997) de argila são nossa única e maior fonte de conhecimento sobre a cultura, os mitos e a literatura da Mesopotâmia.

Durante esse período histórico, os porta-vozes de Deus são Jeremias e Ezequiel. Eles é que presenciaram os últimos momentos da luta entre Judá e Babilônia.

Após a morte do rei Josias, Jeoacaz o sucedeu (2 Cr 36. 1), mas, após três meses de reinado, foi deposto e exilado por Neco. Seu irmão, Jeoaquim, sucede-o no trono e é obrigado a pagar tributos para o Egito, pois foi este, através do seu faraó Neco, que o colocou no trono (2 Cr 36. 3-4). Nesse período, Jeremias denuncia o paganismo existente entre os judeus.

Em 605 a.C. o faraó Neco morre na batalha de Carquemis quando enfrentava o Império Babilônico. A partir desse acontecimento, Judá não tem outra opção senão servir à Babilônia, pagando-lhe impostos. Após esse período, houve uma revolta em Judá e Jeoaquim, rei de Judá, foi levado cativo para a Babilônia, juntamente com as pessoas mais destacadas do país, dentre elas Daniel e seus companheiros. Assim diz a Bíblia em Dn 1.1-4:

No ano terceiro do reinado de Jeoaquim, rei de Judá, veio a Nabucodonosor, rei da Babilônia, a Jerusalém e a sitiou. O Senhor lhe entregou nas mãos a Jeoaquim, rei de Judá, e alguns dos utensílios da Casa de Deus; a estes, levou-os para a terra de Sinar, para a casa do seu deus, e os pôs na casa do tesouro do seu deus. Disse o rei a Aspenaz, chefe dos seus eunucos, que trouxesse alguns dos filhos de Israel, tanto da linhagem real como dos nobres, jovens sem nenhum defeito, de boa aparência, instruídos em toda a sabedoria, doutos em ciência, versados no conhecimento e que fossem competentes para assistirem no palácio do rei e lhes ensinasse a cultura e a língua dos caldeus.

Esse é o contexto histórico que vimos no capítulo anterior. Nesse império Daniel é deportado e levado para a Babilônia. Depois da deportação do rei de Judá, Nabucodonosor entregou o reino de Judá nas mãos de Matanias, que teve seu nome mudado para Zedequias, tio de Jeoaquim (2 Rs 24. 17).

Novamente a sociedade se movimenta para revoltar-se contra a Babilônia. É nessa ocasião que se dá um debate entre Jeremias e Hananias, pois este defende outra aliança com o Egito e aquele não (Jr 28).

Em 596 a.C., os babilônios empreendem outra deportação e são levados mais de 11.000 exilados, dentre eles, o profeta Ezequiel; e, em 586 a.C., o restante dos habitantes de Judá, também, foram para o cativeiro, exceto Jeremias e os mais pobres. Jeremias contava com a benevolência dos babilônios porque ordenara, da parte de Deus, que os judeus se rendessem.

Gedalias, nomeado por Nabucodonosor para governar Judá, foi assassinado por um grupo de conspiradores chefiados por Ismael (Jr 39.1-14). Jeremias, com o resto do povo, se dirige ao Egito. Nesse tempo, o culto a Deus foi esquecido. Vejamos o que nos diz Donner (2000, p. 410) acerca desse império:

O século entre o ocaso do império neo-assírio (aproximadamente 630-612) e a conquista de Babilônia pelo rei persa Ciro II (539) é designado como “período babilônico” com razão e por vários motivos. Por um lado, foi o império neobabilônico, sob a dinastia dos caldeus, que assumiu a herança da Assíria em amplas partes do antigo Oriente Próximo. Por outro lado, foi justamente esse império que deve ser tido como fator de poder determinante na história antiga do Oriente naquele período: uma estrutura e poder que colocou em segundo plano todas as outras potências orientais maiores e menores. E, por fim, não se pode ignorar a extraordinária influência cultural que se irradiava da Babilônia para os países do Oriente Próximo, de certo modo centrada e representada simbolicamente na cidade de Babilônia, constituída com enorme luxo e esplendor, a capital do mundo de então.

Depois, então, de termos apontado esse processo de expansão civilizatório que antecedeu ao contexto histórico de Daniel, chegamos ao contexto histórico dele, do qual tratamos especificamente no capítulo anterior. A partir desse ponto, Deus revelou a Daniel acontecimentos que ele próprio presenciaria, como foi o caso da queda do Império Babilônico e o da ascensão do Medo-Persa, bem como os que viriam após a queda do Medo-Persa e, assim, sucessivamente, até a ascensão e a queda do império do Anticristo que é o que estamos aguardando o cumprimento. Adiante, segue o mapa que mostra o Segundo Império da Babilônia:



Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Neobabil%C3%B4nico. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

O IMPÉRIO MEDO-PERSA (678 A. C. A 549 A. C.)

A civilização persa conheceu grande esplendor com a dinastia aquemênida, que manteve longa disputa com as cidades gregas pela hegemonia na Anatólia e no Mediterrâneo oriental. O território central da civilização persa foi o planalto do Irã, entre o mar Cáspio e o golfo Pérsico, um dos grandes focos de civilização do rio Indo e da Mesopotâmia. A base das nossas considerações sobre esse império é Arruda e Piletti (1999).

Desde tempos ancestrais, sucessivos grupos étnicos estabeleceram-se na região. Ao longo do terceiro e do segundo milênios anteriores à era cristã foram formados os reinos dos guti, dos cassitas e dos elamitas, entre outros. No segundo milênio, surgiram também as primeiras tribos indo-europeias, provavelmente originárias das planícies do sul da Rússia; e, no início do primeiro milênio, ocorreu a segunda chegada de povos indo-europeus procedentes da Transoxiana e do Cáucaso, entre os quais estavam os medos e os persas. Os dois grupos são mencionados, pela primeira vez, em inscrições da época do rei assírio Salmanasar III, por volta do ano 835 a.C. Entre os séculos IX e VII a.C. ocorreu o

estabelecimento, em solo iraniano, de povos citas chegados através do Cáucaso. Acredita-se que os citas já tivessem se diluído entre os povos árias quando surgiu a figura de Ciaxares, que levou os medos ao auge de seu poderio. Rei dos medos entre 625 e 585 a.C., Ciaxares reorganizou o exército - com a adoção de unidades de arqueiros montados - e, depois de unir suas forças às da Babilônia, enfrentou o poder hegemônico da região, o da Assíria, cuja capital, Nínive, foi destruída em 612. Medos e babilônios dividiram entre si o império assírio. Astíages, que reinou de 585 a 550 a.C., herdou do pai um extenso domínio, que compreendia a planície do Irã e grande parte da Anatólia.

O rei persa Ciro o Grande, da dinastia aquemênida, rebelou-se contra a hegemonia do império medo e em 550 a.C. derrotou Astíages, apoderou-se de todo o país e, em seguida, empreendeu a expansão de seus domínios. A parte ocidental da Anatólia era ocupada pelo reino da Lídia, ao qual estavam submetidas as colônias gregas da costa da Anatólia. Uma hábil campanha do soberano persa, que enganou o rei lídio Croesus com uma falsa operação de retirada, teve como resultado sua captura, em 546 a.C. A ocupação da Lídia se completou mais tarde com a tomada das cidades gregas, as quais, à exceção de Mileto, resistiram durante vários anos. A ambição de Ciro voltou-se, então, para a conquista da Babilônia, a poderosa cidade que dominava a Mesopotâmia.

Ciro tirou proveito da impopularidade do rei babilônio Nabonido e apresentou-se como eleito pelos deuses da cidade para reger seu destino, e, apoiado pela casta sacerdotal, dominou-a, facilmente, em 539 a.C. Sucedeu a Ciro, o Grande, seu filho Cambises II que, em seu reinado, de 529 a 522 a.C., empreendeu a conquista do Egito, então governado pelo faraó Ahmés II, da XXVI dinastia. Ahmés tentou defender suas fronteiras com a ajuda de mercenários gregos, mas, traído por estes, abriu as portas do Egito a Cambises, que cruzou o Sinai e destroçou o exército de Psamético III, sucessor de Ahmés, na batalha de Pelusa. A capital egípcia, Mênfis, caiu em poder dos persas e o faraó foi aprisionado e deportado. Do Egito, Cambises tentou levar a cabo a conquista de Cartago, o poderoso império

comercial do Mediterrâneo ocidental, mas a frota fenícia negou-se a colaborar com a campanha, o que a inviabilizou.

Ao retornar de uma vitoriosa expedição à Núbia, o exército persa foi dizimado pela fome. Enquanto isso, um impostor, fazendo-se passar por irmão de Cambises, apoderou-se da parte oriental do império. Cambises morreu quando descia o Nilo com o resto de suas tropas. Dario I reinou entre 522 e 486 a.C. Um conselho de nobres persas decidiu reconhecer como herdeiro de Cambises um príncipe da casa real, Dario, que se distinguira como general dos exércitos imperiais por mais de um ano. Os esforços para consolidar-se no trono ocuparam o novo *rei dos reis*, que soube manejar, habilmente, o castigo e o perdão, até que as forças inimigas foram dizimadas em todo o império. Tão logo se livrou de seus adversários, Dario prosseguiu com a política de expansão e incorporou a seus domínios grandes territórios do noroeste do subcontinente indiano (mais tarde o Paquistão). Depois, as tropas persas tentaram, com pouco êxito, estabelecer o controle das terras litorâneas do mar Negro, para opor obstáculo ao comércio grego.

Em 500 a.C., as colônias helênicas da Anatólia se rebelaram contra a autoridade imperial, apoiadas por Atenas. A reação tardou vários anos, mas depois da derrota da frota grega em Mileto, o exército persa recuperou todas as cidades rebeldes. Quando, no entanto, o imperador persa tentou tomar as cidades da Grécia européia, sofreu a derrota de Maratona, em setembro de 490 a.C. Dario começou a recrutar um enorme exército para dominar a Grécia, mas morreu em 486, ao tempo em que a rebelião do Egito proporcionava um repouso aos helênicos. As principais atividades de Dario, o Grande, à frente do império persa foram as de organização e de legislação. Dividiu o império em satrapias (províncias), a cada uma das quais fixou um tributo anual. Para desenvolver o comércio, unificou a moeda e os sistemas de medidas, construiu estradas e explorou novas rotas marítimas. Respeitou as religiões locais e parece ter, ele mesmo, introduzido o zoroastrismo como religião estatal. Deslocou a capital para Susa e construiu um palácio em Persépolis.

O exército persa, antes formado mediante recrutamento em tempo de guerra, foi reorganizado por Ciro e, depois, por Dario, que criaram um exército profissional e permanente, só reforçado por recrutamento geral em caso de guerra. A elite do exército profissional era constituída pelos dez mil imortais, guerreiros persas ou medos, dos quais mil integravam a guarda pessoal do imperador.

Imperador entre 485 e 465 a.C., Xerxes, filho de Dario I, reprimiu duramente a revolta que abalou o Egito no momento em que subiu ao trono, e abandonou a atitude respeitosa de seu pai frente aos costumes das províncias. Nova revolta, na Babilônia, foi dominada em 482 a.C. Conseguida a pacificação do império, o exército de Xerxes invadiu a Grécia dois anos mais tarde. Depois de vencerem a resistência grega nas Termópilas, os persas tomaram e incendiaram Atenas, mas foram derrotados na batalha naval de Salamina. A derrota de Platéias, em 479 a.C., conduziu ao abandono da Grécia pelas tropas persas. O próprio imperador perdeu o interesse por novas conquistas e dedicou-se à vida palaciana nas capitais do império até 465 a.C., quando foi assassinado.

Artaxerxes I, imperador de 465 a 425 a.C., teve que enfrentar uma nova rebelião no Egito, que levou cinco anos para ser dominada. Depois do breve reinado de Xerxes II, que governou de 425 a 424 a.C., subiu ao poder Dario II, ocasião em que os governadores da Anatólia souberam aproveitar habilmente a rivalidade entre Esparta e Atenas. Nas guerras do Peloponeso, inicialmente a Pérsia ajudou Atenas, mas depois da desastrosa campanha ateniense contra a Sicília, o império aquemênida contribuiu para o triunfo final de Esparta.

Artaxerxes II reinou de 404 a 359 a.C. e manteve a política de dividir as cidades gregas. Uma revolta levou à independência do Egito, e o império começou a se debilitar. No ano 401 a.C., pela primeira vez, uma força militar grega internou-se até o centro do império persa. Dez mil mercenários, sob o comando de Xenofonte, deram apoio a Ciro, o Jovem, que se rebelara contra Artaxerxes II. Depois da derrota de Cunaxa, tiveram que empreender uma longa retirada, narrada por Xenofonte em Anábasis, até voltarem a sua pátria.

O IMPÉRIO GREGO (336 A 323 A.C.)

A história dos povos da Europa, segundo Anthony Pagden (2001), começa com os gregos, portanto, na Grécia Antiga. Esses povos eram verdadeiros viajantes e, como se sabe, as viagens ampliam, consideravelmente, a mente. Os gregos, a partir da pessoa de Sólon, foram os primeiros a estabelecer uma relação entre viagem e sabedoria e, portanto, criaram a primeira e verdadeira sociedade política na história da Europa, uma vez que Sólon legislou para os atenienses. Isso significa dizer que além das conquistas, já características dos impérios anteriores, a Grécia normatizou a conduta de seus súditos, através das leis racionais, criadas pelo homem¹⁰.

Relacionada às viagens estava, então, a busca do conhecimento. Essa relação permitiu aos gregos serem não apenas grandes viajantes, mas também grandes colonizadores, visto que conseguiram impregnar a cultura grega entre os povos colonizados, ou seja, dominados.

De acordo com Pagden (2001), as guerras se distinguem umas das outras. Algumas existem porque disputam alguns ganhos materiais ou vingam alguma ofensa, mas outras porque seus conquistadores pretendem mudar o mundo. Além disso, as guerras se diferenciam pelas descobertas e invenções de instrumentos que permitem a destruição mais intensa do outro. Segundo Pagden (2001, p. 34),

Todas [histórias] exaltam o momento em que um grupo adquire meios que lhe permitem usufruir o mundo que lhe pertence. No mundo mediterrâneo, esse momento tornou-se possível pela descoberta e invenção de metais duros, resistentes, como o bronze e, mais tarde, o ferro, que, depois de amolados, não perdiam o fio [...]. Com os novos artefatos bélicos, surgiu um novo tipo de combate [...] a coesão, a organização, a impressionante determinação, a capacidade de saber esperar o momento certo de desferir o golpe vitorioso. Tudo isso faltava aos primeiros bandos de guerreiros.

O que se percebe é que, ao longo da história, houve um aperfeiçoamento das estratégias de guerra. Segundo Pagden (2001), a sofisticação das

¹⁰ Evidentemente, os outros impérios tinham leis, mas foram considerados teocráticos porque as leis, segundo a convicção deles, vinham diretamente dos deuses.

estratégias de guerra explica porque grandes impérios como o Asteca, por exemplo, foram destruídos pelas potências européias: “a máquina da guerra, capaz de transformar grandes contingentes de homens num só instrumento de destruição, foi fator decisivo no chamado triunfo do Ocidente” (PAGDEN, 2002, p. 34-35) e Alexandre, o Grande, foi quem mais se beneficiou das novas tecnologias de poder para criar, na Antiguidade, o Império Grego, que é considerado o primeiro dos grandiosos impérios europeus.

O mapa do Império de Alexandre nos demonstra que ele foi o maior império até então construído¹¹. O seu império não durou muito, mas conseguiu transformar o mundo de tal forma que trouxe consequências à história de todos os povos da Europa. Foi Alexandre quem destruiu o grande Império Persa da dinastia Aquemênida, que era uma ameaça constante às cidades da Grécia, desde os ataques de Xerxes a Atenas em 480 a.C. Ele conseguiu unir a Europa e a Ásia, apesar de que essa união durou muito pouco, e também uniu os Estados gregos que eram independentes e viviam, constantemente, em conflitos. Ao fazer isso, Alexandre destruiu o governo democrático das cidades-estados gregas. Segundo Pagden (2002, p. 36),

(...) o imperador privou-os não apenas da independência, mas também do raro modelo de governo democrático que adotavam. Daí em diante, até que esse tipo de governo ressurgisse, mais tarde, no século XVIII, a vontade da maioria ficou subordinada à vontade de um só indivíduo.

Sobre essa questão de governar, Aristóteles, um dos grandes filósofos gregos, escreveu em sua obra *Política* (2014) que o Estado ideal deveria ter uma constituição mista que combinasse democracia, aristocracia e monarquia, mas ele sabia que o Estado ideal só existe na imaginação do homem, pois as guerras e os conflitos entre os homens impedem a realização de um Estado harmonioso.

Alexandre foi instruído pelo filósofo Aristóteles e assimilou muito bem as lições recebidas de seu mestre. As coligações das cidades-estados gregas se mostraram ineficazes diante dos ataques persas; a solução encontrada por Alexandre foi a unificação das cidades. Alexandre não

¹¹ Logo em seguida veremos que, em extensão territorial, o Romano foi maior ainda.

conquistou sozinho o seu império, grande parte das suas conquistas foram preparadas por seu pai, Felipe II (382 – 336 a.C.). Felipe II, conforme apontado anteriormente, é que transformou a Macedônia, dividida pela guerra civil e pela intervenção estrangeira, no mais poderoso dos estados gregos. Segundo Pagden (2002, p. 37),

(...) ele é que criou o que parecia ser a invencível armada macedônica, que, em agosto de 338, em Queroneia, selou uma vitória esmagadora sobre a aliança das cidades gregas do sul, liderada por Atenas e Tebas. Conta-se que, naquela ocasião, as forças de Felipe somavam 30 mil homens e dois mil cavalos, número assombroso para uma época em que, segundo estimativas, a população masculina adulta de Esparta não chegava a mil. A batalha de Queroneia fez de Felipe o Senhor absoluto do mundo grego e conferiu à Macedônia poder incontestável.

Depois desses acontecimentos, Felipe II voltou sua atenção para o Império Persa, que já se encontrava enfraquecido. Em 336, os macedônios deram início à conquista do litoral da Ásia Menor. Mas, Felipe II não pôde ver a realização dos seus planos, pois foi assassinado. Alexandre, então, ascende ao poder e, dois anos após o assassinato do pai, atravessou o Helesponto determinado a destruir o que ainda restava do Império Persa. Seu exército tinha 43 mil soldados de infantaria, armados com lanças assustadoras que tinham seis metros de comprimento.

Alexandre, segundo Pagden (2001) derrotou o exército persa em Isos, no começo do inverno de 333 e, então, passou a governar a região que agora abrange o Oriente próximo até o rio Eufrates. Depois disso entrou no Egito e na Mesopotâmia; a capital persa, Persépolis, foi tomada em 331 – 330. Meses mais tarde, após um banquete orgiaco, Alexandre e sua comitiva incendiaram o palácio persa. Segundo historiadores gregos, isso foi um ato de vingança contra o saque de Xerxes à acrópole de Atenas. Depois disso, Alexandre avançou para o Oriente com a finalidade de consolidar o controle do império. Passou por diversas regiões que hoje abrangem o leste do Irã e o oeste do Afeganistão, mas seu exército chegou ao limite em 326 e se recusou a prosseguir. Alexandre tentou por diversas formas fazer com que o exército voltasse atrás, mas

não conseguiu, por isso, atribuiu essa atitude à vontade dos deuses e concordou em retornar. Voltou a Persépolis e dali foi à Babilônia, onde começou a preparar a invasão do Golfo Pérsico e do litoral árabe. Para essa empreitada, havia criado um novo exército, que não se opunha às suas grandiosas ambições de alcançar os limites máximos do mundo, e nova marinha de guerra, que não chegaram a ser testadas, pois no final de maio de 334 foi a um banquete e, segundo a lenda, bebeu até morrer.

Alexandre, para conseguir governar o império que conquistara, quase nada mudou da estrutura administrativa do Império Persa e, portanto, governou por meio de *sátrapas*¹². Em muitos lugares nomeou homens de sua confiança.

No centro do Império de Alexandre estava a sua própria figura que, inclusive, se tornou lendária. Ele inventou o modelo da coroa real, cujo desenho era em parte macedônico e em parte persa, e criou um estilo próprio de cabelo, um topete jogado para trás. Decretou que apenas um pintor, um escultor e um cunhador de moedas, de sua confiança, poderiam preservar a lembrança de sua imagem. Cria ser descendente de seres semi-divinos, de Andrômeda¹³ e Aquiles¹⁴, da parte de sua mãe, e de Hércules¹⁵, da parte de seu pai. A respeito dos ascendentes de Alexandre, assim diz Pagden (2002, p. 41):

[...] o maior tributo que um homem poderia prestar a si mesmo era a própria divindade. Ao visitar o templo do deus Amon, no oásis líbio de Siwah, Alexandre contou ao historiógrafo Calístenes que a divindade tratou-o como filho; portanto, o imperador determinou que seu corpo fosse enterrado em Siwah. Amon seria de origem líbia, mas os egípcios reconheciam-no como Amun, a divindade em forma de carneiro, e os gregos instalados em Cirene, cidade vizinha, conheciam-no como Zeus. Era de se esperar que a divindade que Alexandre

¹² Essa palavra significa defensores do poder.

¹³ Era a esposa de Heitor, herói troiano, filho de Príamo, rei de Tróia. A guerra de Tróia é bastante conhecida por meio da obra *Iliada*, de Homero.

¹⁴ Aquiles é o maior guerreiro grego, filho de Tétis e de Peleu. Foi ele quem matou Heitor, na guerra de Tróia.

¹⁵ Herói da mitologia grega, filho de Zeus e de Alcmena.

escolhera para ser seu pai não fosse apenas o progenitor de Perseu¹⁶ e Hércules, mas que pertencesse às duas culturas, oriental e ocidental, que ele pretendia unificar.

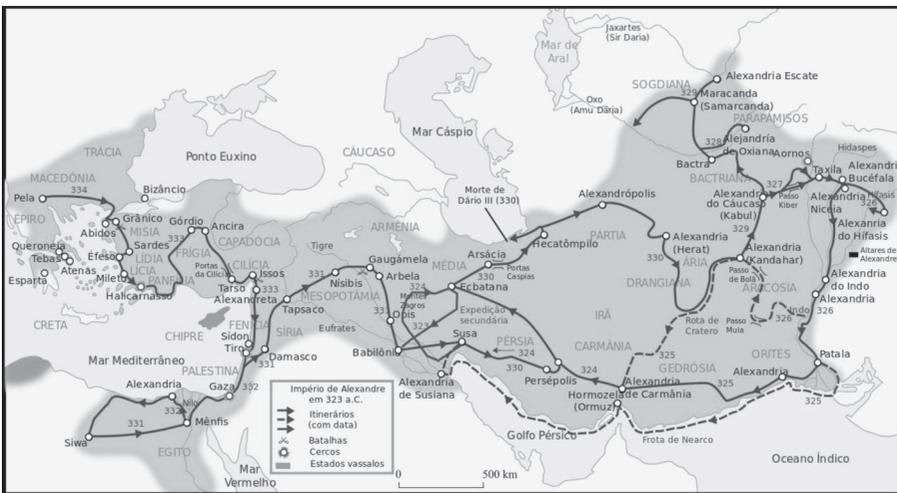
Na opinião de Pagden (2001), um império tão associado ao poder pessoal como foi o de Alexandre, não podia sobreviver por muito tempo após sua morte. Quando morreu, Alexandre, não tinha descendente, por isso, não havia um sucessor óbvio; por isso, após uma série de guerras civis, o império foi dividido entre os generais do imperador. Mais uma vez, em cumprimento às visões de Daniel, um império se ascendia e entrava em decadência para, posteriormente, surgir outro maior. Dentro desse contexto, maior que o Império de Alexandre seria o Romano, o reino forte como ferro, que teve início em 687 a.C. e dominou o mundo numa amplitude ainda não alcançada pelos impérios anteriores. Mas, embora esse reino tenha a força do ferro, ele, também, tem a fragilidade do barro, conforme apontamos no capítulo anterior.

A grandeza de Alexandre, o Grande, ainda segundo Pagden (2001) não está relacionada somente ao seu poderio militar. Aristóteles, seu instrutor, havia lhe aconselhado a tratar apenas os gregos como seres humanos e os demais povos como animais ou plantas, porém, Alexandre desconsiderou os conselhos de seu mestre, este foi um dos motivos do descontentamento de seu exército. O conselho de Aristóteles estava relacionado à crença de que somente os gregos tinham fala articulada, eram seres humanos autênticos, portanto, todos os povos que não falavam grego eram considerados *bárbaros* e, por isso, era justo que os gregos dominassem os bárbaros. Alexandre rejeitou tal xenofobia, pois, mais que conquistar, ele desejava unir Oriente e Ocidente, Ásia e Europa, gregos e bárbaros. Segundo nosso ponto de vista, a visão do Império de Alexandre caracteriza, com muita propriedade, a ambição de Satanás de conquistar o mundo e esse nosso posicionamento pode ser confirmado pela análise de Pagden, embora este, evidentemente, não estabeleça nenhuma relação da criação de impérios com os desígnios satânicos, pois sua análise, embora convirja aos nossos propósitos, é puramente humana:

¹⁶ Zeus, o deus supremo da mitologia grega.

[...] a visão de império, segundo Alexandre, ou, ao menos, a visão que mais tarde os historiadores a ele atribuíram, tinha muitas particularidades que impérios posteriores – da Roma antiga aos Estados Unidos – reivindicaram para si mesmos: a capacidade de prover um local onde povos diferentes possam viver; de criar a paz e a ordem no mundo que, de outro modo, estaria em guerra; e de defender uma civilização frágil – construída com grande esforço – contra tudo o que pudesse ameaçá-la (PAGDEN, 2002, p. 43-44).

Com o intuito de dominar, os impérios prometem a paz e essa será a mesma promessa do Anticristo. Cada vez mais, haverá o discurso da boa convivência entre os diferentes povos e, além disso, o discurso da proteção. Essa é a grande ênfase dos Estados Unidos, e das grandes potências mundiais que fazem parte do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, defender a civilização. Segue o mapa do Império Grego:



Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=imp%C3%A9rio+grego&biw=1366&bih=657&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=Rkt3VY-joH8mrgwSDzYDQBw&sqi=2&ved=0CAYQ_AUoAQ#imgrc=EGpbrvMA-WyXoYM%253A%3B87pok15Sfx67ZM%3Bhttp%253A%252F%252Fupload.wikimedia.org%252Fwikipedia%252Fcommons%252Fthumb%252F6%252F67%252FMapa_de_Alejandro%2525C3%2525ADas-pt.svg%252F1280px-Mapa_de_Alejandro%2525C3%2525ADas-pt.svg.png%3Bhttp%253A%252F%252Fpt.wikipedia.org%252Fwiki%252FAlexandre%252C_o_Grande%3B1280%3B693. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

O IMPÉRIO ROMANO (27 A. C. A 476; 1453 D. C.)

O sonho de Alexandre de aproximar a Europa e a Ásia não foi concretizado, uma vez que a animosidade entre essas regiões sobreviveu ao imperador, conforme apontamos no primeiro capítulo, acerca da divisão do seu império, que também foi revelado a Daniel, mas a ideia de Alexandre sobreviveu: permaneceu o desejo de promoção da paz, da estabilidade e da harmonia religiosa e cultural entre todos os povos do mundo e, finalmente, permaneceu o desejo da união de todos os povos sob o mesmo domínio. Segundo Pagden (2002, p. 49),

(...) a monarquia macedônica de Alexandre criou o que fora considerado desde a Antigüidade o primeiro império europeu. A sucessora desse império, em quase todos os aspectos, era Roma. Roma não deixou de prover a inspiração, a fantasia e o vocabulário a todos os impérios europeus, incluindo-se a Espanha, no início da Idade Moderna, e a Grã-Bretanha¹⁷ do século XIX.

Roma surgiu no século VII a.C. e era uma pequena cidade-estado composta de fazendeiros e negociantes. Seus primeiros governantes foram reis e rabinos, etruscos, latinos e úmbrios. No final do século VI, Roma tornou-se república. A partir de Roma, localizada na península itálica, uma faixa de terra que avança pelo mar Mediterrâneo, foi havendo uma expansão territorial de tal modo que os reis da Macedônia, da Ásia e da Síria foram sendo incorporados às províncias romanas e o Egito se converteu em protetorado. Muito do que hoje é considerado Império Romano foi conquistado pela república; apenas a Britânia, a Dácia, a Arábia, a Mesopotâmia e a Armênia foram todas pelos imperadores (todas, com exceção da Britânia, segundo Pagden (2001), por Trajano, entre 101 e 117 d.C.). O grande ímpeto expansionista de Roma, quando Júlio César assumiu o controle do Senado, século I a.C., foi interrompido com a criação do principado, império, e, com a decadência da república, houve muita guerra civil. A vastidão do império e as ambições dos seus grandes generais dificultaram o controle do exército pelo Senado.

¹⁷ Acerca desses impérios falaremos no próximo capítulo.

O primeiro grande imperador, segundo Pagden (2001) romano foi Júlio César. Nessa ocasião, Pompeu exercia o controle do Senado e tentou impedir as ambições autocráticas de Júlio César, mas este venceu-o e proclamou-se ditador, cônsul vitalício; considerando isso pouco, posteriormente, declarou que era uma divindade. Em 44 a.C. foi assassinado. O mundo romano se aprofundou numa grande guerra civil que quase destruiu o império.

Otávio foi o sucessor de César e, em 27 a.C. conferiu a si mesmo o título de Augusto (o Venerado). Foi o primeiro governante a adotar o termo “imperador” (PAGDEN, 2002, p. 53) e foi, portanto, o mentor do que hoje é chamado de Principado Romano, período da história em que o império foi governado por um só homem. Segundo Pagden (2002, p. 54), “cabem a Augusto os feitos de encerrar a guerra civil, restituir a paz ao império e estabelecer um sistema centralizado de governo”. Augusto governou durante a fase mais brilhante da literatura latina: era a época de Virgílio, de Ovídio, de Horácio, de Tito Lívio e outros.

A grandeza de Roma não estava relacionada, apenas, ao seu poderio militar, inclusive, cada vez mais, encontrava dificuldades de governar, dada a vastidão do império, a distância geográfica e política entre o centro e a periferia. Para manter seu domínio, além da força militar, teve que oferecer aos povos conquistados algo que os convenceria de que era melhor estar sob o domínio de Roma do que fora. Para isso, criaram o ideal de “civilização”, ou seja, *civitas*, comunidade civil romana¹⁸. O Direito Romano foi a grande realização intelectual dos romanos ao passo que a Filosofia e as Ciências Naturais foram a dos gregos. O Direito Romano serviu, e muito, para reger os povos sob seu domínio; isso significa dizer que o Direito Romano sustentou e normatizou o domínio de Roma, pois os romanos, também, criaram uma categoria jurídica intitulada *Direito das Nações*. Segundo Pagden (2002, p. 59-60, *itálicos nossos*),

¹⁸ Sob seu reinado, conforme nos aponta Padgen (2001), todos os contribuintes do mundo romano foram cadastrados (censo); foi nessa ocasião que se deu a viagem de José e Maria, à cidade de Belém, onde seriam registrados pelo censo romano.

(...) à medida que as potências européias se expandiram em diferentes regiões do globo, muitas das quais os romanos sequer imaginaram, o Direito das Nações fundamentou o que hoje se denomina *Direito Público Internacional*¹⁹, e ainda rege todos os atos, teoricamente, embora nem sempre na prática, da *comunidade internacional*.

O Direito Romano objetivava a construção de um sentido ético a toda a comunidade e, por isso, Cícero fazia menção de uma comunidade única de deuses e homens²⁰. De acordo com este mesmo autor, até mesmo africanos, espanhóis e gauleses, todos de origem selvagem e bárbara, poderiam ter um governo justo; portanto, se suas nações não tivessem condições de lhes oferecer isso, Roma ofereceria²¹.

Na ocasião da ascensão de Augusto ao poder, mundo, *orbis terrarum*, e império tinham o mesmo significado. Mais tarde o imperador Antonino Pio adotou o título de “Senhor do Mundo Inteiro”. Segundo Pagden (2002, p. 63-64), a “pretensão romana de dominar o universo não era de todo singular. A maioria dos líderes das grandes regiões do globo, em dado momento, teve essa pretensão”. Sobre a questão da cidadania universal, não podemos deixar de citá-lo (2002, p. 59-60, itálicos nossos):

Tais sentimentos encerram as aspirações de todos os impérios ocidentais que se sucederam. Como expressou um filósofo político britânico em 1923, *o que nutria os romanos mais dignos eram as noções de um Estado Mundial, a lei universal da natureza, da irmandade e igualdade entre os homens [...]* E a noção de cidadania universal tem sustentado todo clamor por justiça, sincero ou falso, feito em nome

¹⁹ Além do Direito Internacional que dará a base de sustentação legal do governo mundial, instituições como a ONU, fundada em 24 de outubro de 1945, cujo documento fundador é a Carta das Nações Unidas, tem evidenciado que, uma vez que já não é mais possível a expansão territorial dos povos, conforme veremos no próximo capítulo, são necessárias instituições que estejam acima da soberania das nações para que, de lá, surjam leis que regulamentem as nações. Se essas leis estão acima dos governos das nações, é possível observar, desde já, um governo que é mundial, ainda que não tenha, explicitamente, apenas um homem governando os povos.

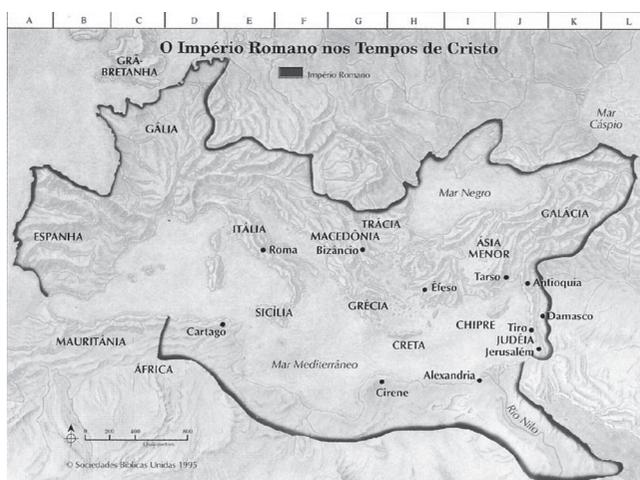
²⁰ Interessante como a história se repete; hoje, a grande questão é ser um cidadão do mundo, cosmopolita, global.

²¹ Esse continua sendo o discurso para a criação de um Império Mundial: a paz, a harmonia, a estabilidade econômica serão as promessas básicas do Anticristo.

da *humanidade* ou, mais recentemente, em nome daquela entidade amorfa e mutável denominada *comunidade internacional*.

Os romanos desejaram, conforme Tito Lívio, que o seu império se estendesse aos confins da Terra, mas, foi a sua própria grandeza que provocou a sua desintegração (PADGEN, 2001). Com o crescimento de Roma e o aumento da diversidade dos povos que faziam parte do Império, cada vez mais, era difícil a administração. Já não era possível atender aos interesses dos povos subjulgados e estes começaram a ser rivais do Império. Após atingir um certo equilíbrio, no século II, o grande império começou a se desintegrar à medida que, cada vez mais, os povos conquistados se rebelavam e criavam estados independentes. Além dessas revoltas, o Império Romano começou a ser invadido por povos bárbaros e isso dificultou, ainda mais, a manutenção do Império. Numa tentativa de impedir a desintegração total, o imperador Diocleciano dividiu-o em duas regiões, uma no Ocidente e outra no Oriente. Essa divisão foi levada a cabo pelo sucessor de Diocleciano, Constantino. Este, ainda com o intuito de impedir a desintegração do império, *converteu-se* ao Cristianismo e fez com que essa religião se tornasse a religião oficial do império. Dessa forma, o Império Romano adquiriu duas identidades distintas: uma latina e ocidental e outra mais helenizada e oriental, que viria a ser conhecida como Império Bizantino. A divisão do Império também fez com que se originassem duas modalidades distintas de Cristianismo: a greco-ortodoxa, no Oriente, e a católica, no Ocidente.

Nos primeiros anos do século V, o Império do Ocidente foi devastado por tribos germânicas e este império chega ao fim (PADGEN, 2001). O Império do Oriente só foi destruído em 1.453, pelos exércitos do sultão Mehemet II. Na realidade, o mundo europeu moderno é herdeiro das duas civilizações da Antiguidade: a cristã e a muçulmana. Com a queda do Império Bizantino, que teve muita influência do pensamento grego, a cultura grega ficou submersa durante, aproximadamente, quatro séculos. Segue adiante, o mapa do Império Romano, o maior de todos os impérios da Antiguidade:



Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=o+imp%C3%A9rio+grego&biw=1366&bih=657&source=lnms&sa=X&ei=PONsVfz5I7ONsQSW54HwCA&ved=0CAYQ_AUoAA&dpr=1#q=o+imp%C3%A9rio+romano. Acesso em 01 de jun. de 2015.

Com a queda do Império Romano, o mundo passou por uma transformação tão intensa que se convencionou ser o fim da Idade Antiga ou da Antiguidade; assim, as invasões bárbaras dão início ao que se conhece como Idade Média. Muitos historiadores designam esse período de Idade das Trevas, mas de acordo com Maria Guadalupe Pedrero-Sanchez, em *História da Idade Média* (2000). Textos e testemunhas (2000), esse período não deve ser assim adjetivado, pois, apesar de ter havido um período de grande predomínio da vida no campo, foi nesse mesmo período que teve início o comércio, a urbanização e, portanto, foi a partir do século XII, o grande preparador do cenário necessário para o que seria um dos maiores movimentos culturais da história: o Renascimento.

Sobre a formação de impérios na Idade Média, devemos ressaltar que o ideal de conquista do mundo perdurou e com o apoio total das idéias cristãs, representadas pelo papa. Houve várias tentativas para a restauração do Império Romano. Em 800, o papa Leão III conferiu a Carlos I, conhecido como Carlos Magno, o título de imperador, mas suas conquistas estavam muito longe da restauração do Antigo Império de Roma. Na verdade, o grande sucessor de Roma na Idade Média não foi um novo império, mas vários reinos diversos. Somente

em 1500 – 1558, com Carlos V, é que se pode, segundo Pagden (2001), se falar de uma tentativa mais contundente de instauração de um Império Universal.

Nesse período é que os reinos europeus – que passavam por um processo de nacionalização, pois durante a Idade Média as nações que hoje formam a Europa ainda não eram formadas, e, por isso, desejavam se fortalecer economicamente – começaram o processo de expansão marítima, período conhecido como das grandes navegações, rumo à América. Na realidade, esse continente, assim como a Austrália, ainda não fazia parte do mundo conhecido e, por certo, por maior que tenha sido o Império Romano, ele não alcançou os limites do mundo. Com as grandes navegações, o caminho estava aberto para que o mundo se ampliasse, e, portanto, o Império do Anticristo alcançará os limites da Terra, pois, agora, todos os continentes da Terra já foram conhecidos pelos homens. Sobre essa questão dos limites do conhecimento que os homens tinham da Terra, assim se expressa Pagden (2002, p. 83-84):

[...] A verdadeira dimensão daquele mundo e o número exato de povos que o habitavam, obviamente, eram fatos desconhecidos. Para a maioria dos europeus e, além da Europa, para muitos outros povos, até o final do século XVIII, esse mundo continuaria a ser um local indefinido, do ponto de vista geográfico [...] se os limites geográficos da Europa eram indefinidos, os da África, Ásia e América, na maioria das vezes, chegavam a ser míticos. Para a maioria dos geógrafos da Antiguidade, o globo continha uma única massa de terra dividida em três continentes unidos entre si, a Europa, a Ásia e a África [...]. No início do século XV, entretanto, essa percepção do mundo começou a mudar.

Essa percepção começou a mudar porque o homem conseguiu vencer a fúria dos mares e, posteriormente, alcançou o continente americano²². Dessa forma, a tese que temos defendido acerca do gradual processo

²² Vários são os percursos, na história, que são interessantes para serem estudados e conhecidos; portanto, é interessante estudar sobre os impérios marítimos; o processo de colonização da América e da África; porém, não podemos perder nosso foco, que é o percurso da construção dos grandes impérios até chegar no Império do Anticristo; portanto, para atender nossos objetivos, faremos cortes no estudo da história com o fim de não perdermos o nosso fio condutor.

de expansão civilizatória continua tendo validade. Com a expansão dos limites territoriais, por meio das grandes navegações, chega-se aos limites da terra e, com isso, à impossibilidade de expansão territorial. No próximo capítulo, veremos que a cada crise do capitalismo, a expansão territorial é uma grande possibilidade de solução, portanto, quando há essa impossibilidade, inevitavelmente haverá um momento de colapso econômico/financeiro e, portanto, social. Com vistas a concretização dessa crise é que, naturalmente, tem-se cogitado a ascensão de um líder mundial, capaz de regulamentar a economia do mundo para evitar catástrofes. A configuração de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Tribunal Penal Internacional (TPI) etc. tem, desde já, apontado para esse caminho, já apontado por Daniel: “estando eu considerando as pontas, eis que entre elas subiu outra ponta pequena, diante da qual três das pontas primeiras foram arrancadas; e eis que nessa ponta havia olhos, como olhos de homem, e uma boca que falava grandiosamente”, (Dn 7. 8).

No primeiro capítulo apontamos o contexto histórico e sócio-cultural em que o profeta Daniel estava inserido, bem como a mensagem do seu livro. Mostramos que esse contexto era o do Império Babilônico, especificamente, o do momento do cativeiro das duas últimas tribos de Israel, as do Sul, do qual Daniel e seus amigos fizeram parte. Mostramos como Deus revelou a Daniel o que aconteceria, a partir do reinado do rei Belsazar, com as nações gentílicas e com a de Israel. No segundo capítulo, retrocedemos um pouco do contexto de Daniel e fizemos menção aos impérios anteriores ao da Babilônia. Além disso, verificamos como o processo civilizatório se desenvolve por meio de um processo, embora descontínuo ao longo da história, gradual de expansão: dos nômades, passando pela agricultura, criação de cidades e de cidades-estados, até à formação de reinos e de impérios. No próximo capítulo, continuaremos apontando essa expansão, porém, evidenciando que ela já chegou ao limite de expansão territorial e, portanto, o mundo está preparado para a ascensão do Anticristo.

OS IMPÉRIOS MODERNOS, O SURGIMENTO DE UM GOVERNO MUNDIAL E AS REVELAÇÕES DE DANIEL: PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Até o estudo da ascensão e queda do Império Romano, no capítulo anterior, tratamos dos impérios que foram mencionados pelo profeta Daniel: o Babilônico, o Medo-Persa, o Grego e o Romano, além de termos tratado acerca do processo de expansão da civilização que resultou no primeiro império que tanto a Bíblia quanto a história secular registram: o egípcio. Portanto, até aqui, tivemos o trabalho de observar o cumprimento da Bíblia referente a acontecimentos já passados. A partir de agora, nosso desafio será compreender como se dará a ascensão do império que precederá o de Cristo. Para isso, teremos que compreender as bases do mundo, fincadas para dar sustentação ao governo mundial. Sendo assim, faremos menção à constituição e queda de alguns impérios no contexto histórico da Idade Moderna. Isso significa fazer um percurso no que diz respeito ao desenvolvimento do sistema capitalista moderno, ou seja, tentaremos compreender a lógica estrutural do sistema capitalista. O fundamento desse nosso percurso é a obra *O Longo Século XX* (2003), de Giovanni Arrighi.

O trabalho de Arrighi, de acordo com suas considerações no prefácio do livro, começou como um estudo da crise mundial da década de 70. Segundo ele, essa crise foi considerada o terceiro e último momento de um processo histórico, definido pela ascensão, expansão e crise do sistema econômico norte-americano em escala global. Os dois momentos anteriores foram a Grande Depressão de 1873-96 e a crise de trinta

anos de 1914-45. Com o passar dos anos, o estudo inicial acerca da ascensão e queda dos Estados Unidos acabou tomando outras proporções e procurou alcançar a compreensão da criação do sistema de formação de estudos nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial.

A ampliação do estudo de Arrighi veio ao encontro dos objetivos propostos por este trabalho, pois, na realidade, o autor fez a retomada do grande percurso do sistema capitalista, da sua gênese à atualidade, e essa abordagem, feita por um doutor em Economia e catedrático de Sociologia, contribuiu muito para a nossa compreensão acerca da lógica estrutural do atual sistema capitalista e, por isso, nos permitiu fazer algumas deduções acerca da possibilidade do império do Anticristo²³. Segundo Arrighi, o capital financeiro é essencial no sistema capitalista e não é um fenômeno recente; ao contrário, é um fenômeno recorrente na história do capitalismo e esteve presente desde os primórdios na Europa do fim da Idade Média e início da Idade Moderna; além disso, a história do capitalismo demonstra que as expansões financeiras, sempre, assinalaram a transição, a passagem de um modo de acumulação em escala mundial para outro.

A partir dessas constatações, Arrighi dividiu o longo século XX em três momentos: o primeiro começa com a expansão financeira do fim do século XIX e início do século XX; a segunda diz respeito à expansão das décadas de 1.950 e 1.960 e a terceira se refere à atual expansão financeira. Segundo Arrighi,

[...] o longo século XX configurou-se como o último de quatro séculos longos, estruturados de forma semelhante, cada qual constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial [...] [e] a única finalidade de reconstituir as expansões financeiras de séculos anteriores foi aprofundar nossa compreensão da atual expansão financeira como o momento conclusivo de um deter-

²³ Gostaríamos de apontar, desde já, que não temos a pretensão de fazer previsões de acontecimentos históricos, mas tão somente compreender os acontecimentos já efetivados, ou seja, queremos demonstrar o quanto o mundo já está preparado para, no futuro, ascender um único líder mundial. Embora, conforme vimos acerca da formação dos grandes impérios da Antiguidade, sempre tenha havido essa pretensão, as conjunturas históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas não permitiram o total domínio do mundo.

minado estágio de desenvolvimento do sistema capitalista mundial – o estágio abrangido pelo longo século XX (ARRIGHI, 2003, prefácio).

Sendo assim, Arrighi buscará uma explicação econômica, que tenha coerência, para a ascensão e plena expansão do sistema capitalista mundial; para isso, ele cunhou a expressão ciclos sistêmicos de acumulação e fez uma comparação entre as estruturas e processos do sistema capitalista em diferentes momentos do seu desenvolvimento.

A grande tese de Arrighi é que a história do capitalismo passa por um momento decisivo; porém, esse momento tem precedentes na história, visto que as mudanças com descontinuidade são próprias da economia capitalista mundial. Na década de 70 houve uma crise econômica mundial muito grande; na de 80 falou-se muito em processos de reestruturação e de reorganização e, na de 90, não se sabe ao certo se a crise anterior foi solucionada, falou-se de um momento decisivo que persiste até o momento atual²⁴.

A compreensão do processo do desenvolvimento capitalista acontecerá, depois da abordagem acerca da origem e evolução do capitalismo, a partir da abordagem dos quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação registrados pela história: o ciclo genovês, relacionado ao desenvolvimento do comércio no final da Idade Média, nas cidades italianas, do século XV ao início do XVII; o ciclo holandês, do fim do século XVI até o final do século XVIII; o ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do XIX e, finalmente, o ciclo americano, iniciado no fim do século XIX e prossegue até a atualidade. Todos esses ciclos duraram mais de um século. Depois da exposição desses ciclos sistêmicos, retomaremos algumas questões importantes do livro de Daniel e estabeleceremos alguns pontos de convergência entre o texto bíblico e a realidade empírica do processo de globalização, que é uma realidade irrefutável.

²⁴ Não temos dúvida de que sintetizaremos e simplificaremos, e muito, a abordagem de Arrighi, pois nos interessa apreender o movimento do processo capitalista nos seus aspectos globais e não nas minúcias como a análise do autor; pois, embora suas ideias sejam importantes para nossa análise, nossos objetivos são muito distintos.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

Para o desenvolvimento desse assunto, Arrighi (2003, p. 36, itálicos nossos) faz três importantes perguntas:

(1) *por que* esse expansionismo sem precedentes começou e *quando* começou; (2) por que prosseguiu, sem ser impedido pela queda de um Estado ocidental após outro, até a *quase totalidade* da superfície terrestre do planeta ter sido conquistada por povos de ascendência européia; e (3) se e como esse fenômeno se relacionou com a formação contemporânea e a expansão igualmente explosiva do capitalismo como *sistema mundial de acumulação e governo*.

As origens desse expansionismo estão na formação, dentro do mundo medieval, de um subsistema regional de cidades-estados capitalistas no norte da Itália. À medida que se processava a decadência do governo medieval, as cidades italianas que mais desenvolveram o comércio²⁵, se organizaram num subsistema de jurisdições políticas separadas e independentes, unidas pelo princípio de equilíbrio do poder e por fortes relações diplomáticas. Esse subsistema estava centralizado nas cidades de Veneza, da Florença, de Gênova e de Milão. As principais características do sistema capitalista atual são encontradas nessas cidades.

Acerca das particularidades dessas cidades-estados, quatro aspectos devem ser destacados: primeiro, constituíram um sistema capitalista relacionado à gestão do Estado e da guerra. Veneza foi o exemplo perfeito e o modelo para futuros estados capitalistas, pois era governada por uma oligarquia mercantil capitalista que detinha o poder estatal; segundo, o equilíbrio de poder, o papa e o imperador, desempenhou um papel essencial, pois o equilíbrio de poder sempre foi importante para o desenvolvimento do capitalismo como forma de governo; terceiro, conseguiram fazer com que as guerras se autocus-teassem e, por isso, aumentaram suas receitas; e quarto, essas cidades desenvolveram vastas redes de diplomacia. Esses aspectos articulados

²⁵ Esse fato explica por que o maior movimento cultural da humanidade, Renascimento, teve sua origem na Itália.

em conjunto fizeram com que a lucratividade aumentasse consideravelmente. Nas palavras de Arrighi (2003, p. 39),

[...] portanto, a acumulação de capital proveniente do comércio a longa distância e das altas finanças, a administração do equilíbrio do poder, a comercialização da guerra e o desenvolvimento da diplomacia residente complementaram-se mutuamente e, durante um século ou mais, promoveram uma extraordinária concentração de riqueza e poder nas mãos das oligarquias que dominavam as Cidades-estados do norte da Itália [...] elas mostraram que até os pequenos territórios podiam transformar-se em imensos continentes de poder, buscando acumular apenas riqueza, em vez de adquirir mais territórios e súditos.

Embora as cidades-estados italianas tenham tido a visão de acumular riquezas, elas não promoveram nenhuma transformação no sistema de governo medieval; elas não tiveram esse desejo e nem tiveram capacidade de fazê-lo. Somente dois séculos mais tarde é que haveria essa transformação do governo europeu com vistas à acumulação de capital em escala mundial.

O sucesso dessas cidades se deu, principalmente, pelo controle que eles tinham do comércio entre a Europa Ocidental e a Índia e a China, através do mundo islâmico. Até esse momento, nenhum estado territorial tinha condições de quebrar esse controle, mas alguns governantes territorialistas, apesar das dificuldades, decidiram tentar o estabelecimento de uma ligação com a Índia e a China; essa decisão, se tivesse êxito, faria com que os fluxos monetários, que iam diretamente para as cidades italianas, se desviassem. Os primeiros Estados que fizeram essa tentativa foram Portugal e Espanha. Interessante como se desenrolam os fatos históricos.

Gênova havia sido expulsa do comércio lucrativo do Mediterrâneo por causa de disputas comerciais com Veneza; como uma espécie de revanche, os genoveses resolveram apoiar e sustentar as investidas de Portugal e Espanha. Portugal teve êxito, mas Espanha não; porém, enquanto Portugal desenvolvia seu comércio na Ásia, Espanha investia

na América. Portanto, porque a Espanha passou a lutar tanto pelo poder nas frentes europeias, quanto nas extraeuropeias, seu poder foi aumentando substancialmente, a ponto de, durante o século XVI, se tornar mais forte que os outros Estados europeus.

Nessa ocasião, o sistema de governo medieval começava a se desintegrar. Além disso, a Europa passava por novas realidades de poder e privilegiava a lógica capitalista de poder, acúmulo de dinheiro, ao invés da lógica territorialista; o resultado disso foi a formação de mini-impérios tais como o francês, o inglês e o sueco. Esse fato, porém, não agradou a Espanha, detentora de maior poder na Europa, ela, com o apoio do papado, tentou desestabilizar ou subordinar esses mini-impérios. Sua tentativa fracassou e o que ocorreu, em função de vários conflitos, foi a instauração de um caos sistêmico, uma desordem. Conforme vimos anteriormente, nesses momentos de caos é que é possível a ascensão do Estado que tem maiores condições de controlar a situação caótica. Foi, então, o momento do princípio da ascensão da hegemonia holandesa e da eliminação total do sistema de governo medieval.

A ASCENSÃO DO IMPÉRIO HOLANDÊS

Os conflitos que provocaram o caos sistêmico eram os mais diversificados. Os camponeses se revoltavam, essas revoltas correspondem às greves e às insatisfações dos trabalhadores atuais; havia, também, revoltas urbanas contra as atitudes do Estado e os governantes se sentiram seriamente ameaçados. Os conflitos anteriores entre os governantes haviam levado à necessidade do fortalecimento dos seus exércitos, o que gerou gastos intensos. Os governantes, para sustentarem esses gastos, aumentavam os impostos, o que provocou ainda mais revoltas.

A intensidade desses conflitos provocou a desarticulação do comércio e os Estados precisaram desse comércio para financiar suas guerras e os súditos dependiam dele para a sobrevivência. Com a interrupção do comércio, que provocou os custos de guerra e a necessidade de sobrevivência dos súditos, estava instaurada a desordem. Como a

autoridade dos governantes estava ameaçada, em função das revoltas, as suas disputas perderam a importância, pois o que seria preciso, no momento, era a preservação coletiva do poder. Nessa circunstância surge, então, a Holanda e estabelece o moderno sistema interestatal. Segundo Arrighi (2003, p. 43),

os holandeses já haviam firmado uma sólida liderança intelectual e moral entre os Estados dinásticos do noroeste da Europa, que figuravam entre os principais beneficiários da desintegração do sistema do governo medieval; por isso, as propostas holandesas para uma grande reorganização do sistema pan-europeu de governo conquistaram mais e mais defensores entre os governantes da Europa²⁶, até que a Espanha ficou completamente isolada.

Esses acordos resultaram na elaboração do Tratado de Vestfália²⁷, de 1.648, e foi desse tratado que surgiu o novo sistema mundial de governo, caracterizado pelos Estados Nacionais. Esse tratado, também, influenciou muito a área econômica, pois restabeleceu a liberdade de comércio que havia sido prejudicada com as guerras. Portanto, o caos sistêmico do início do século XVII foi transformado numa nova ordem. Segundo Arrighi (2003, p. 44), “essa reorganização do espaço político a bem da acumulação de capital, marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial”.

A razão principal que explica o fato de a extinção do governo medieval ter sido na ocasião da ascensão da Holanda e não na das cidades italianas é o fato de que, no século XV, o caos sistêmico não atingiu proporções intensas como no XVII e, portanto, somente neste é que os

²⁶ O mesmo se dará na ascensão do Anticristo, ou seja, um caos se instalará na sociedade como um todo e ele fará propostas, que serão aceitas, de promover uma reorganização mundial e de restabelecer a paz.

²⁷ Marca o fim da primeira e o início da segunda fase da história do Direito Internacional, visto que é considerado o primeiro grande congresso internacional, que reuniu países conflitantes da Europa para conclusão de tratados com a finalidade de propor os termos de suspensão da Guerra de Trinta Anos que devastou vários países da Europa (Áustria, Espanha e Estados Católicos do Sacro Império Romano (Itália/Alemanha) contra a França, Suécia, Holanda, Dinamarca e Inglaterra, de 1618-1648). Foi a primeira vez que houve relações permanentes entre os Estados, uma vez que as decisões foram tomadas em conjunto. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Tratado-De-Vestf%C3%A1lia-e-o/40554997.html>. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

governantes tiveram interesse na extinção dele. As cidades-estados italianas, embora já tivessem o germe do sistema capitalista atual, ainda eram um subsistema regional. Além disso, os interesses da oligarquia capitalista holandesa se chocavam com os interesses das autoridades centrais do sistema de governo medieval. Essa oligarquia tinha a pretensão de extinguir as autoridades do papa e dos imperadores que queriam constituir uma autoridade moral e política supraestatal, incorporada às pretensões imperialistas da Espanha, e tinham uma capacidade bélica superior. Sendo assim,

[...] perseguindo seus próprios interesses, a oligarquia capitalista holandesa passou a ser percebida como a defensora, não apenas da independência em relação às autoridades centrais do sistema medieval de governo, mas também de um *interesse geral pela paz*, que este último já não era capaz de atender (ARRIGHI, 2003, p. 46, *itálicos nossos*).

A ASCENSÃO DO IMPÉRIO BRITÂNICO

O domínio dos holandeses durou muito pouco. Logo após a instauração do Sistema de Vestfália, as Províncias Unidas, Holanda, começaram a perder o *status* mundial que haviam conquistado anteriormente. As principais nações europeias que se beneficiaram com o Tratado de Vestfália foram a França e a Inglaterra e, por um período de quase dois séculos, estas nações disputaram a supremacia mundial. Esse conflito se desenvolveu a partir de três grandes fases parcialmente superpostas: a primeira se caracterizou pela tentativa dos governos territorialistas de incorporar em seus domínios o principal estado capitalista; mas nem a França e nem a Inglaterra conseguiram subjugar a Holanda; a segunda se caracterizou pela tentativa das duas nações rivais de incorporar riquezas e poder para seus respectivos estados, daí a luta pelo controle do Mar Atlântico e a conquista de colônias. A colonização direta, a escravidão capitalista e o nacionalismo econômico foram importantes nessa fase; porém, a colonização direta foi o elemento primordial e os ingleses fundaram colônias permanentes. Segundo Arrighi (2003, p. 50),

[...] a colonização direta e a escravatura capitalista foram condições necessárias, mas não suficientes, para o sucesso dos mercantilismos francês e britânico na reestruturação radical da política econômica global. O terceiro ingrediente-chave, o nacionalismo econômico, teve dois aspectos principais. O primeiro foi a acumulação interminável de excedentes monetários no comércio colonial e interestatal – uma acumulação com a qual o mercantilismo amiúde se identifica. O segundo foi a gestão da economia nacional, ou melhor, interna.

Nessa disputa pelo comércio marítimo e pelo poderio naval, os britânicos tiveram vantagens competitivas em função de dois fatores: a sua situação insular e o papel de intermédios entre dois mundos. O fato de ser uma ilha fez com que a Inglaterra investisse toda a sua força para o mar, ao contrário dos seus oponentes holandeses que tiveram que guarnecer uma frente terrestre. Com o tempo, a Grã-Bretanha, Inglaterra, alcançou uma posição hegemônica e eliminou da expansão marítima os seus concorrentes; ao mesmo tempo alcançou mais poder na Europa.

Finalizada a Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763) entre a Grã-Bretanha e a França, a luta pela supremacia mundial entre essas nações estava, também, encerrada. A Grã-Bretanha venceu, mas nesse momento é que se deu a terceira fase da disputa entre essas potências. Essa terceira fase foi marcada pela instauração de mais um caos sistêmico. Segundo Arrighi (2003, p. 51, *italicos nossos*), “tal como as Províncias Unidas no início do século XVII, a Grã-Bretanha tornou-se hegemônica através da criação de uma *nova ordem mundial* a partir desse caos sistêmico”. Da mesma forma, será na ocasião da instauração da supremacia mundial dos Estados Unidos e do governo do Anticristo.

Da mesma forma que no século XVII, o caos sistêmico no XVIII também se deu em função dos conflitos sociais nas lutas dos governantes pelo poder. As revoltas começaram nas colônias, com a Declaração de Independência Norte-Americana em 1.776. Na França, houve uma revolução em 1.789 que provocou a generalização da revolta dos colonos, dos escravos e da classe média. Durante essas lutas, houve inúmeras violações dos princípios, das normas e das regras do Sistema de Vestfália.

O Reino Unido conseguiu a hegemonia porque, em primeiro lugar, defendeu a luta contra a violação do Tratado de Vestfália e, portanto, defendeu a manutenção do direito dos governantes e propôs, então, a restauração do tratado violado, o que se efetivou com o Tratado de Viena, de 1.815. Com esse tratado, houve a restauração do anterior, de Vestfália, porém este instaurou um novo tipo de hegemonia mundial: o imperialismo do livre comércio, que se expandiu, e, posteriormente, suplantou o Tratado de Vestfália. Com isso, segundo Arrighi (2003, p. 53):

Pela primeira vez, o objetivo de todos os Estados capitalistas anteriores – assenhorear-se do equilíbrio de poder global, em vez de ficar a serviço dele – foi integralmente, se bem que temporariamente, realizado pela principal nação capitalista da época.

Com o resultado disso, ou seja, para que a Inglaterra pudesse administrar com mais eficácia o equilíbrio global de poder, foi criado o *Concerto das Nações Europeias* e este foi um instrumento da gestão britânica na busca do equilíbrio de poder, pois este concerto é que regulamentou as relações internacionais na Europa.

A desintegração dos impérios coloniais no mundo ocidental, provocada, inicialmente, pela independência dos Estados Unidos, provocou uma expansão para o mundo não ocidental.

E a Grã-Bretanha tirou muito proveito disso, o que resultou numa dominação imperial numa escala até então nunca alcançada por outra nação, ou seja, conforme temos mostrado, a cada império que surge, há a ampliação das fronteiras dominadas. Nas palavras de Arrighi (2003, p. 54), “nenhum governante territorialista jamais havia incorporado em seus domínios territórios tão numerosos, tão populosos e tão vastos quanto fez o Reino Unido no século XIX.” Além desse domínio territorial, a Inglaterra foi favorecida pelos tributos imperiais tirados das suas colônias e isso fez com que Londres se tornasse o grande centro financeiro mundial, deixando para trás Amsterdã, na Holanda, e Paris, na França.

Com a ascensão da Inglaterra como hegemonia mundial, houve uma mudança absolutamente significativa para a efetivação de um fu-

turo governo mundial do Anticristo. O Tratado de Vestfália baseava-se no princípio de que acima da autoridade dos Estados Nacionais não operaria nenhuma autoridade, ou seja, acima do governo do Brasil, da França, da Espanha e de todos os outros países, não tem nenhuma autoridade, pois os Estados são soberanos e independentes; porém, esse Tratado foi expandido e superado e, portanto, uma nova forma de *governo mundial* foi instaurada, pois

[...] o imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam *dentro e entre* as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica – um mercado mundial, regidos por suas próprias *leis*, supostamente dotada de poderes sobrenaturais maiores do que tudo o que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval. Ao apresentar sua supremacia mundial como a encarnação dessa entidade metafísica, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo (ARRIGHI, 2003, p. 55).

E mais:

Ao abrirem seu mercado interno, os governantes britânicos criaram redes mundiais que dependiam da expansão da riqueza e poder do Reino Unido, e de fidelidade a ela. Esse controle do mercado mundial, combinado com o domínio sobre o equilíbrio global de poder e com um estreito relacionamento, mutuamente interessante, com a *haute finance*²⁸, permitiu ao Reino Unido governar tão eficazmente o sistema interestatal quanto um império mundial (ARRIGHI, 2003, p. 56).

Desse governo da Inglaterra, resultaram em 100 anos de paz na Europa, um recorde na história da civilização ocidental.

A ASCENSÃO DO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO

A partir de 1.870, o Reino Unido começou a perder o controle do equilíbrio e poder europeu e, posteriormente, do global. Portanto, as funções de governo mundial, da Inglaterra, se encerraram no fim do

²⁸ Alta ou grande finança.

século XIX. Do ponto de vista histórico, a ascensão da Alemanha foi fundamental para a efetivação desse fato. Simultaneamente, houve a emergência de uma nova economia nacional, com riquezas, dimensões e recursos maiores: Estados Unidos. Segundo Arrighi (2003, p. 59),

[...] os desafios alemão e norte-americano ao poderio mundial britânico fortaleceram-se mutuamente, comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal e acabaram levando a uma nova luta pela supremacia mundial, com uma violência e morbidez sem precedentes.

A economia doméstica dos Estados Unidos, ao longo do século XIX acabou favorecendo-o, o que o transformou num polo significativo de absorção de mão-de-obra, de capital e de recursos empresariais da economia mundial. A construção da supremacia dos Estados Unidos, pode-se dizer, iniciou da ocasião da sua independência, 1.776. Depois dessa conquista, as colônias americanas lutaram para conquistar o território que hoje é os Estados Unidos e isso significou a expulsão dos nativos da terra para dar espaço, cada vez maior, aos imigrantes. Simultaneamente a essa questão territorial, na gênese da formação do Estado norte-americano, estava a defesa da poupança ininterrupta, com vistas à acumulação de capital.

Por uma série de fatores, tais como dimensão continental, recursos naturais, a política seguida pelo governo, de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, mas abertas ao capital, à mão-de-obra e à iniciativa do exterior, os Estados Unidos tinham uma posição melhor que a de Alexandre, o grande, para se ascender como hegemonia mundial. Na realidade, os Estados Unidos foram o país que mais se beneficiou do imperialismo britânico de livre comércio. Portanto, na ocasião de disputa da supremacia mundial, a economia interna dos Estados Unidos já tinha se desenvolvido a ponto de se tornar o novo centro da economia mundial. Nesse período, as inovações tecnológicas já tinham avançado muito e, à medida que proporcionava a superação das distâncias, possibilitou a abrangência do domínio mundial a todas as partes do mundo.

A disputa pelo poder mundial no início do século XX provocou mais um caos sistêmico e esse foi de proporção ainda maior do que os anteriores, uma vez que, agora, houve a eclosão da Primeira Guerra Mundial e, mesmo antes dessa Guerra, vários movimentos de protesto social já haviam se iniciado no mundo inteiro.

A Primeira Guerra Mundial dividiu as nações em dois blocos: a liderada pelo Reino Unido e pela França, que dependiam da preservação do imperialismo de livre comércio e os iniciantes liderados pela Alemanha na luta pela hegemonia mundial, mas que não dispunham de um império colonial e nem de conexões comerciais. Essa Guerra resultou no completo esfacelamento do mercado mundial e em violações dos princípios, das normas e das regras do Sistema de Vestfália. Simultaneamente à Guerra, houve, também, várias revoluções sociais, o que gerou uma desorganização mundial sem precedentes; em meio a essa desordem, funcionários do governo norte-americano começaram a falar de uma nova ordem mundial, capaz de garantir o retorno da paz e da ordem.

Os Estados Unidos conseguiram a hegemonia mundial pelos mesmos motivos que a Grã-Bretanha, anteriormente, ou seja, eles propuseram a restauração dos princípios do Tratado de Vestfália e, depois, passaram a governar e a reformular o sistema que haviam restabelecido. As negociações dos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, resultaram num processo de descolonização dos países dominados, anteriormente, pelas nações europeias e na formação da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja Assembléia Geral reuniu todas as nações num mesmo patamar. Mais uma vez, houve a superação dos limites no que diz respeito ao domínio mundial, pois sob a hegemonia britânica não existiam organizações independentes do poder estatal, capaz de gerir o sistema interestatal, como é o caso da ONU, essencial para um futuro domínio do Anticristo.

Na realidade, com a hegemonia dos Estados Unidos houve um fortalecimento dos governos nacionais, mas Franklin Roosevelt, presidente

dos Estados Unidos, tinha a visão de que a segurança do mundo deveria ser fundamentada no poder dos Estados Unidos, exercido através de organizações internacionais como, por exemplo, a ONU, com seu apelo à paz universal e ao desenvolvimento das nações pobres. Sendo assim, pela primeira vez na história do mundo, houve uma institucionalização concreta da ideia de um governo mundial. A partir disso, cada vez mais especialistas apontam para o enfraquecimento dos estados nacionais, em função do impacto conjunto de três forças: o *transnacionalismo* dos tratados multilaterais e das organizações supra-estatais, o *regionalismo* de blocos econômicos como a União Européia e o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio e o *tribalismo* da ênfase crescente na diversidade e na identidade²⁹. Sobre a questão de um governo mundial:

[...] o moderno sistema interestatal adquiriu sua atual dimensão global através de hegemonias sucessivas, de *abrangência crescente*, que reduziram correspondentemente a exclusividade dos direitos de soberania efetivamente desfrutados por seus membros. A continuar esse processo, *uma nova ampliação da abrangência da próxima hegemonia mundial*, em termos territoriais e funcionais, exigiria nada menos do que um *verdadeiro governo mundial*, tal como imaginado por Roosevelt [...]. Terá o Ocidente atingido tamanho grau de poder mundial, sob a liderança dos Estados Unidos, que esteja à beira de pôr fim à história capitalista, tal como inserida na ascensão e expansão do moderno sistema interestatal? (ARRIGHI, 2003, p. 76, *itálicos nossos*).

Na realidade, o Sistema de Estados Nacionais, que está organizado há mais de quatrocentos anos, não atende aos interesses das empresas globais que, cada vez mais, é uma realidade no mundo; pois as empresas pretendem transcender, ultrapassar, os limites do Estado

²⁹ O entendimento dessas questões nos faz compreender porque Deus disse a Daniel que o cumprimento das revelações que Ele estava lhe dando era para o tempo em que a ciência se multiplicasse. Sem o desenvolvimento da ciência, não teria condição de ascensão de um governo global. A compreensão dessas questões deve aumentar a nossa fé no retorno do Senhor Jesus Cristo. Ele não tarda a voltar, como muitos dizem, mas é que o tempo para o Seu retorno não havia, ainda, chegado, como nos parece que, agora chegou. Com isso, não estamos dizendo que Ele voltará daqui a 5, 10 ou 15 anos, pois não sabemos; o que sabemos é que o nosso tempo está mais preparado.

Nacional para que seus lucros sejam maiores, uma vez que sem o controle dos Estados Nacionais não há tarifas a serem pagas, na ocasião da entrada das suas mercadorias.

Apesar de selecionar esses quatro ciclos, Arrighi tem plena consciência de que as tendências de acumulação de capital e domínio do mundo existem há mais de 5 mil anos; o que ele considera é que, tendo por base os acontecimentos atuais, depois de o mundo ter passado por um longo processo histórico voltado para a vida no campo durante a Idade Média, o princípio do florescimento comercial e urbano está registrado, a partir do fim da Idade Média, exatamente por onde ele começa a sua abordagem. Sendo assim, veremos que, desde a gênese do sistema capitalista, existe não o desenvolvimento de determinadas indústrias ou economias nacionais, mas o desenvolvimento de uma economia mundial; primeiro porque muitos bens materiais são produzidos e consumidos, isso seria uma expansão comercial; depois, porque, com o capital acumulado da venda desses produtos, ocorre a expansão financeira, ou seja, depois de ter dinheiro acumulado, a chance de multiplicação dele através de empréstimos, com juros altos, é muito maior e quem mais vende, mais acumula e quem mais acumula, mais tem domínio. Segundo Arrighi (2003, p. 10),

[...] o que se entende por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade.

A expressão regime de acumulação em escala mundial se refere à ultrapassagem dos limites das fronteiras nacionais, ou seja, de países específicos como Brasil, Argentina, Canadá etc. A economia mundial de mercado existe muito além das nossas vidas cotidianas, cerca de 3 bilhões de dólares são movimentados, por dia, dentro do sistema

financeiro mundial; e a grande questão é compreender quando e como o capitalismo conseguiu alcançar essa dimensão, ou seja, como adquirir “PODER de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro” (ARRIGHI, 2003, p. 11). Além disso, mais que apreender a transição do feudalismo para o capitalismo é preciso que compreendamos *como* se deu a transição de um capitalismo *disperso* para um capitalismo que possui *poder concentrado* e a questão primordial para compreensão disso é a fusão entre Estado e capital (dinheiro) que se deu de forma mais intensa na Europa.

Na década de 70, em função da grande crise econômica dos Estados Unidos, foram produzidos inúmeros estudos cujas abordagens se referiam sobre a ascensão e queda das hegemônias, ou dito de outra forma, das potências mundiais ou globais. O conceito de hegemonia está relacionado à capacidade que um Estado adquire de exercer funções de liderança, de governo, de domínio sobre outros estados soberanos; esse poder, atualmente, vai além do domínio militar, mas é ampliado pelo exercício de liderança intelectual e moral, respaldado pelos meios de comunicação. Sendo assim, atualmente, a liderança mundial está sendo formada à base do *consentimento* de outras nações, ou seja, o domínio já não é pela força, pela luta.

Na realidade, há na cabeça de muitos a impossibilidade de ascensão de um único líder mundial porque não veem a possibilidade de outras nações aceitarem isso; porém, catástrofes financeiras assolarão o mundo de tal maneira que as nações não verão outra saída senão entregar seu domínio a uma liderança mais forte, *capaz* de resolver melhor os problemas que assolam o mundo. Segundo Arrighi (2003, p. 29, *itálicos nossos*), “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um *interesse geral*”. Mais ainda:

[...] um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por

ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (ARRIGHI, 2003, p. 29-30, *itálicos nossos*).

Esse interesse geral tende a se generalizar quando catástrofes assolam, ou seja, quando se concretiza um caos sistêmico que exija *ordem*; portanto, os Estados, ou blocos de Estados, que tiverem condições de atender à exigência de ORDEM, facilmente, se tornam líderes mundiais. Essa questão de caos sistêmico e ordem não será uma particularidade da ascensão do governo do Anticristo; essa é uma particularidade do capitalismo; por isso, dissemos anteriormente que compreender a lógica estrutural do capitalismo nos faria compreender melhor a ascensão de um futuro governo do Anticristo.

Sobre essas questões, próprias do capitalismo, e relacionadas ao governo do Anticristo, outra que é fundamental que saibamos e que se encaixa, totalmente, ao que está predito na Bíblia, é que a cada caos que se instala há a expansão do domínio; isso significa dizer que o império holandês foi mais amplo que o genovês; o britânico foi mais amplo que o holandês; o norte-americano foi mais amplo que o britânico e o futuro império do Anticristo será o mais amplo de todos. Essa tendência de expansão foi, também, constatada nos impérios da Antiguidade, conforme demonstramos, inclusive, pelos mapas. Porém, devemos ressaltar uma particularidade, importantíssima, do capitalismo atual: a sua dominação não é territorial, mas econômica, política e cultural; isso ameniza os conflitos, as oposições quanto à dominação.

A ÚLTIMA SEMANA DE DANIEL

É tempo de retornarmos a alguns textos escritos no livro de Daniel e apontarmos alguns pontos de convergência. Desejamos retomar o texto em que Daniel revela o sonho do rei Nabucodonossor, o texto em que a visão dos quatro animais é revelada e o da revelação das 70 semanas determinadas para o povo de Israel e sua cidade.

Acerca desses textos, já fizemos menção no primeiro capítulo e, portanto, neste ponto, desejamos apenas apontar o que converge especificamente a um líder mundial e à última semana de Daniel, visto que consideramos que há uma relação entre essa liderança e esse tempo de governo. É muito comum entre os estudiosos do livro de Daniel (BAXTER, 1995; CHAMPLIN, 2000; BALDWIN, 2006) o entendimento de que o quarto reino da estátua de Nabucodonossor também aponta para o reinado do Anticristo. Ainda há uma relação entre esse texto e o da visão dos animais: “o quarto animal, terrível e espantoso e muito forte, o qual tinha dentes grandes de ferro; ele devorava (...) e tinha dez pontas”, Dn 7. 7.

Conforme já dissemos, não queremos tentar adivinhar os blocos de nações ou as nações atualmente e/ou no futuro que são essas dez pontas que fazem parte do último animal que os estudiosos apontam como sendo o Império Romano e o do Anticristo. A Bíblia afirma que são reinos, mas, como se trata de acontecimentos futuros, não nos interessa fazer previsões, mas evidenciar a convergência entre os acontecimentos históricos e as profecias bíblicas. Não desconhecemos que, ao longo da história, tem havido inúmeras tentativas de identificação como, por exemplo, que a formação do Mercado Comum Europeu seria o princípio do cumprimento dessa profecia. Entretanto, mais uma vez afirmamos, não é esse nosso objetivo.

A Bíblia registra que Daniel teve o desejo de conhecer mais a respeito do quarto animal:

tive desejo de conhecer a verdade a respeito do quarto animal, que era diferente de todos os outros [...] e também das dez pontas que tinha na cabeça e da outra que subia, de diante da qual caíram três [...] eu olhava, e eis que essa ponta fazia guerra contra os santos e os vencia, (Dn 7. 19-21).

A seguir, veio a Daniel o ancião de dias e lhe disse que havia chegado “o tempo em que os santos possuíram o reino”, (Dn 7. 22). Ainda lhe explicou que

o quarto animal será o quarto reino de terra, o qual será diferente de todos os reinos [...] e, quanto às dez pontas, daquele mesmo reino se levantarão dez reis; e depois deles se levantará outro, o qual será diferente dos primeiros e abaterá a três reis, (Dn 7. 24).

Consideramos que o tempo de domínio desse reinado – embora já tenha existido situações semelhantes a essa no passado, mas ainda não era o tempo do fim, como com alguns governantes do Império Romano, com Antíoco Epifânio, da Síria, que “proferirá palavras contra o Altíssimo, e destruirá os santos do Altíssimo”, Dn 7. 25 – coincide com a última semana de Daniel e será o último governo que precederá o reino de Deus: “e o reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo; o seu reino será um reino eterno, e todos os domínios o servirão e lhe obedecerão”, Dn 7. 27.

Conforme apontado por Silva (1986, p. 145), em Daniel, versículo por versículo (1986), acerca do versículo 21: “essa ponta fazia guerra contra os santos e os vencia”,

o texto em si, tem também sua base histórica na pessoa de Antíoco Epifânio, monarca seleuco que feriu e maltratou o povo de Israel (Ver Ap 11.7, onde são usadas palavras similares acerca das duas testemunhas escatológicas.) Historicamente, conforme o apóstolo João encarava a questão, o Anticristo toma o lugar do “pequeno chifre”. Profeticamente falando, o Anticristo será a culminação desse poder satânico vindo do exterior. Quando o Anticristo surgir no grande cenário mundial o mundo inteiro sofrerá perseguições atroz. Os santos serão vencidos, não no sentido espiritual, pois, nesse sentido, “são mais que vencedores”, mas serão vencidos no sentido físico. Alguns deles morrerão à míngua, por falta de alimentos, medicamentos, etc. (comp Ap 13.7) (SILVA, 1986, p. 145).

Sobre esse “pequeno chifre”, Price, em Comentário Bíblico Beacon, (2005, p. 524) também aponta que “intérpretes conservadores concordam quase de maneira universal em que o pequeno chifre de Daniel 7 é o Anticristo, que deverá vir no final dos tempos.”

Ainda sobre essa questão de o texto apontar para momentos históricos distintos, gostaríamos de fazer menção a Ricardo Quadros Gouvêa, em *O Anticristo na Bíblia e na História* (2011). O capítulo 4 desse livro, intitulado “Figuras Sinistras”, aponta para os supostos precursores bíblicos do Anticristo. Nas palavras dele,

Estes precursores, mais que aqueles supostamente cristãos apontados por João (1 João 2.18,22), são figuras que antecipam o anticristo (as formas de *anti* de Berkouwer) no período da chamada pelos cristãos de “antiga aliança”, período que, na cultura judaica e na religião de Yahweh, antecede a vinda de Cristo. [...] As figuras sinistras teriam sido possuídas pelo *espírito do anticristo* (1 João 4.3). [...] Sua existência realmente demonstra que o espírito do anticristo do qual João fala (1 João 4.3) e exemplifica (1 João 2. 18-22; 2 João 7) está presente no mundo desde o início (GOUVÊA, 2011, p. 75, itálicos do autor).

Além de apontar esses precursores na Bíblia, no capítulo 6, “A abominação”, aponta alguns precursores na história. A síntese dessa questão é que, ao longo da história, o espírito do anticristo tem atuado e a culminação dessa atuação será na ocasião do seu governo mundial.

O capítulo 9 de Daniel também converge para essas questões que estamos apontando. No ano de Dario, filho de Assuero, rei dos medos, Daniel teve o entendimento, por meio da leitura do profeta Jeremias, que “o número de anos, de que falou o Senhor ao profeta Jeremiais, em que haviam de acabar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos”, (Dn 9.2). Daniel havia vivido o tempo do cativo babilônico e também vivenciou a queda desse império e a ascensão do medo-persa. Pela quantidade de tempo que o povo de Israel estava fora de sua terra, ele entendeu, pelas palavras do profeta, que o tempo de cativo estava chegando ao fim.

Por isso, dirigiu o seu rosto ao Senhor e o buscou, em oração, para compreender os acontecimentos futuros, acerca do seu povo. Nas palavras dele: “estando eu, digo, ainda falando na oração, o varão Gabriel, que eu tinha visto na minha visão ao princípio, veio voando rapidamente e

tocou-me à hora do sacrifício da tarde. [...] Daniel, agora, saí para fazer-te entender o sentido”, (Dn 9. 21-22). Daniel desejava saber o que aconteceria com o povo de Israel, depois dos setenta anos que ele havia passado no cativeiro, ou seja, ele gostaria de saber os acontecimentos futuros, referentes à nação de Israel e foi isso que o anjo Gabriel foi lhe revelar, entretanto, a revelação de Gabriel tem alcance muito maior do que desejava Daniel:

Setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo e sobre a tua santa cidade, para extinguir a transgressão, e dar fim aos pecados, e expiar a iniquidade, e trazer a justiça eterna, e selar a visão e a profecia, e ungir o Santo dos santos. Sabe e entende: desde a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém, até ao Messias, o Príncipe, sete semanas e sessenta e duas semanas; as ruas e as tranqueiras se reedificarão, mas em tempos angustiosos. E, depois das sessenta e duas semanas, será tirado o Messias e não será mais; e o povo do príncipe, que há de vir, destruirá a cidade e o santuário, e o seu fim será com uma inundaçãõ; e até ao fim haverá guerra; estão determinadas assolacões. E ele firmará um concerto com muitos por uma semana; e, na metade da semana, fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares; e sobre a asa das abominações virá o assolador, e isso até a consumaçãõ; e o que está determinado será derramado sobre o assolador, (Dn 9. 24-27).

O anjo Gabriel apontou um período de 70 semanas para, de acordo com o versículo 24, extinguir a transgressão; dar fim aos pecados, expiar a iniquidade; trazer a justiça eterna; selar a visão e a profecia e ungir o Santo dos santos. Por essa afirmação, percebemos que a resposta de Gabriel a Daniel vai bem além dos anos seguintes, referentes à nação de Israel, naquele contexto do Império Medo-Persa. Entretanto, o começo das semanas estaria próximo: “desde a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém”. Com a ordem do rei Ciro, medo-persa, os judeus puderam voltar à Jerusalém, reconstruir seu muro e o templo, conforme lemos em Esdras e Neemias. Nesse texto, Gabriel faz menção a dois príncipes: “ao Messias, o Príncipe, e o “povo do príncipe que há de vir”. O primeiro, conforme sabemos, se refere a Jesus e o segundo é o “pequeno chifre”, que vimos anteriormente.

As setenta semanas de Daniel, segundo Price (2005), talvez sejam o assunto bíblico que mais tenha provocado diversidade de interpretações. Ele faz menção de Young que esboça quatro escolas principais que têm interpretações distintas: a interpretação messiânica tradicional, a interpretação liberal, a interpretação da igreja cristã e a interpretação do intervalo. Vejamos o que nos diz Price (2005, p. 536-537; *itálicos do autor*) de cada uma dessas interpretações:

- a. *A interpretação Messiânica Tradicional.* Essa teoria afirma que as setenta semanas profetizam acerca da primeira vinda de Cristo, especialmente sua morte, e culmina com a destruição de Jerusalém.
- b. *A interpretação Liberal.* Essa teoria considera que as setenta semanas não são exatamente uma profecia mas uma descrição dos dias de Antíoco Epifânio e sua derrota para os macabeus. O Messias é identificado como o sumo sacerdote Onias, que foi morto por causa da sua rebeldia contra Antíoco.
- c. *A Interpretação da Igreja Cristã.* Essa teoria entende que o número sete não dever [sic] entendido como um número exato de semanas de anos, mas, sim, números simbólicos que cobrem o período desde o decreto de Ciro para repatriar os judeus até o primeiro advento e morte do Messias, chegando até o tempo do Anticristo e sua destruição no tempo da consumação.
- d. *A interpretação do Intervalo.* Nesse caso, setenta setes de anos são divididos em períodos de sete setes, sessenta e dois setes e um sete final separado do restante por um intervalo indefinido ou hiato. Os sessenta e nove setes cobrem o período até a primeira vinda e a morte do Messias e a destruição de Jerusalém. O último sete é o período do Anticristo no final dos tempos.

Consideramos a primeira interpretação inadequada porque até a destruição de Jerusalém não dá conta dos acontecimentos previstos pelo anjo Gabriel, conforme apontamos anteriormente. A segunda

porque consideramos as setenta semanas uma profecia e não concordamos que ela descreve acontecimentos somente dos dias de Antíoco Epifânio, embora reconheçamos que esse período histórico tenha características semelhantes ao do governo do Anticristo. A terceira, embora estejamos de acordo acerca do período histórico que profecia cobre, entendemos que esses números não são simbólicos, mas literais, mesmo que reconheçamos a dificuldade de situar a contagem exata dessas semanas na história. A compreensão que temos tido dessas profecias de Daniel se alinha à quarta interpretação, ou seja, a do intervalo. Esse nosso entendimento encontra respaldo, também, na escola dispensacionalista. De acordo com Price (2005, p. 538):

a característica particular dessa interpretação é o hiato de intervalo entre o término da semana de 69, quando o Messias é morto e o início da septuagésima semana, que é reservada para o fim dos tempos e o reino do Anticristo. O príncipe [...] que virá (26) não é o Messias, o Príncipe (25), mas o “pequeno chifre” do capítulo 7.

Acerca desse posicionamento, consideramos Pentecost (1998), em *Manual de Escatologia*, também como nossa base. Inicialmente, gostaríamos de apontar alguns fatores que devem ser observados na profecia de Daniel e o significado da palavra semana. Vejamos, os fatores:

1. Toda a profecia se relaciona ao “povo” e à “cidade” de Daniel, isto é, a nação de *Israel* e a cidade de *Jerusalém* (24).
2. São mencionados dois príncipes diferentes, que não devem ser confundidos: o primeiro é chamado Ungido (Messias), o Príncipe (25); e o segundo é designado o *Príncipe que há de vir* (26).
3. Todo o período em questão é especificado exatamente como *setenta semanas* (24); e essas setenta semanas são divididas em três períodos menores: primeiro, um período de *sete semanas*, depois disso um período de *sessenta e duas semanas* e, finalmente, um período de *uma semana* (25,27).
4. O começo de todo o período das setenta semanas é claramente fixado desde “*a saída da ordem para restaurar e para edificar Jerusalém*” (25).
5. O final das *sete semanas* e *sessenta e duas semanas* (69 semanas) será marcado pelo *surgimento do Messias como o “Príncipe” de Israel* (25).
6. Mais tarde, “depois das sessenta e duas semanas” que seguem as primeiras sete semanas (isto é, depois de 69 semanas), o

Messias, o Príncipe será “morto” e Jerusalém será destruída novamente pelo povo do outro “príncipe” que ainda há de vir (26). 7. Depois desses dois importantes acontecimentos, chegamos à última, ou septuagésima semana, cujo início será marcado pelo estabelecimento de uma firme aliança ou tratado entre o Príncipe por vir e a nação judia por um período de “uma semana” (27). 8. Em “meio” à septuagésima semana o príncipe que há de vir, evidentemente rompendo o seu tratado, subitamente fará cessar o sacrifício judeu e lançará sobre esse povo um período de ira e desolação que permanecerá até todo o final da semana (27). 9. Com o final de todo o período das setenta semanas, será introduzido um período de grande e incomparável bênção para a nação de Israel (24) (McCLAIN, 1940 apud PENTECOST, 1998, p. 264, itálicos do autor).

Qualquer que seja a interpretação, não se deve desconsiderar esses fatores, pois estão bem explícitos no texto que está sendo interpretado. Ou seja, não se pode desconsiderar que a profecia se relaciona ao “povo” e à “cidade” de Daniel; há dois príncipes distintos; todo período é de 70 semanas, dividido em períodos menores; cada começo de período é bem explicitamente marcado; o Príncipe, o Messias, viria após 69 semanas e Jerusalém seria destruída, depois da saída do Messias. Acontecimentos adiante, como a firme aliança entre o príncipe que há de vir e o povo são acontecimentos que dizem respeito à septuagésima semana. O acordo será firmado por “uma semana”, mas “na metade da semana” haverá o rompimento da aliança e “fará cessar o sacrifício”. Ao final dessa semana é que haverá muitas bênçãos para Israel. Tendo sido observadas essas questões, não podemos interpretar que a septuagésima semana já foi cumprida, mas terá cumprimento no futuro. Na realidade, foram cumpridas 69 semanas e vivemos o hiato, o intervalo, entre a 69ª semana e a 70ª, que será a semana de reinado do Anticristo.

Por conta desses fatores que devem ser observados na profecia de Daniel é que temos o entendimento de que a vertente dispensacionalista pré-milenista, em muitos aspectos, é a mais coerente para compreensão dos acontecimentos futuros, pois, segundo esse sistema, haverá o estabelecimento de um reino terreno de Cristo na ocasião de

sua segunda vinda. Conforme apontamos anteriormente, a profecia de Daniel fala em 70 semanas para “extinguir a transgressão”, “dar fim aos pecados”, “expiar a iniquidade”. Entender que Jesus cumpriu essa profecia quando veio ao mundo encarnado apresenta sérios problemas no que diz respeito à observação dos fatos históricos passados e atuais referentes à nação de Israel.

Não é o objetivo desse trabalho a relação entre as profecias de Daniel e o livro de Apocalipse, mas é preciso ressaltar que compreendemos que o último dá sequência ao primeiro no sentido de que nele os acontecimentos da última semana são descritos, bem como os acontecimentos posteriores a ela, no caso, a segunda vinda de Jesus, o estabelecimento do milênio, o julgamento final e a consumação do reino eterno de Deus. Feita essa consideração, devemos apontar que o dispensacionalismo pré-milenista considera basicamente o método futurista para compreensão do livro de Apocalipse. Segundo Erickson (2010, p. 119), há a interpretação preterista, a histórica, a idealista e a futurista. Segundo ele,

A interpretação preterista considera que os acontecimentos do livro tenham ocorrido quando o livro foi escrito. A interpretação histórica considera que esses acontecimentos eram futuros quando o livro foi escrito, mas que ocorriam no decurso da história da igreja. A interpretação idealista ou simbólica elimina a historicidade desses acontecimentos, tornando-os puramente símbolos de verdades atemporais em seu caráter. A interpretação futurista considera que esses acontecimentos ocorrem sobretudo no tempo do fim.

Nesse ponto, devemos ressaltar que o posicionamento do pré-milenismo histórico atende mais aos nossos propósitos, visto que ele combina as visões futuristas e preterista, pois considera que a mensagem de Apocalipse era direcionada à época em que o livro foi escrito, mas também à consumação da história da redenção. Nesse sentido, mais apropriada ainda à nossa compreensão estão as considerações de Hale (2001, p. 444-445) quando ele descreve os métodos de interpretar o Apocalipse e fala sobre a teoria histórico-profética. Segundo ele,

O Apocalipse deve ser interpretado e estudado na situação de vida do estilo do autor e seu propósito pretendido de consolar os leitores do primeiro século. Ele escreveu primariamente para o encorajamento e edificação dos crentes de seus próprios dias, e, portanto, o livro deve ser estudado para se obter informações quando à data, estilo, propósito e os receptores (Summers, **op. cit.**, p. 46). Quando isto é feito, o leitor contemporâneo é, então, capaz de aplicar a mensagem deste livro para sua própria situação de vida. A. T. Robertson (*op. cit.*, p. 256 e 257) diz que é um livro de significados espirituais *ancorados numa situação histórica*. [...]. Contudo, conforme acontece com toda profecia, as verdades subjacentes são verdades nestes dias como naqueles. À medida que o leitor vê o ensino que encoraja os cristãos a permanecerem fiéis a Jesus Cristo, quando as forças do mal tentam dominar o mundo de Deus, o valor deste livro, em qualquer era, é discernido (Kepler, *op. cit.*, p. 26).

Do ponto de vista hermenêutico, a vertente do dispensacionalismo pré-milenista adota uma posição de interpretação das Escrituras de forma literal, a não ser o caso dos textos que, efetivamente, tem uma linguagem figurada e o sentido literal resultaria numa interpretação sem sentido. Considerando a abordagem histórica que estamos fazendo, não seria possível nos ancorarmos nas abordagens dos sistemas escatológicos conhecidos como pós-milenismo e amilenismo.

O primeiro porque considera que a presente era irá, com o avanço do evangelho no coração dos homens, se misturar à era milenar que, para ele, é simbólica. A observação dos acontecimentos nas áreas políticas, econômicas, ambientais etc. deixa evidente que, cada vez mais, pela atuação da igreja no mundo por meio do evangelho social, estamos distantes dessa era de paz. Segundo Erickson (2010, p. 73),

o pós-milenismo tem sofrido um forte declínio em sua popularidade entre o final dos anos cinquenta e os anos sessenta. Em grande medida, isso tem resultado mais das considerações históricas do que das exegéticas. Certos desenvolvimentos pareciam fornecer evidência empírica de que o Milênio não estava chegando.

O segundo porque afirma que não haverá um reino terreno de Cristo de mil anos de duração. Temos apontado um percurso histórico

que revela a tendência de formação de um governo mundial que terá domínio na terra. Essa revelação foi dada a um profeta que vivenciou o cativeiro da nação de Israel e presenciou o princípio do cumprimento das revelações dadas a ele quando o reino Medo-Persa tomou o lugar do babilônico. Daniel desejou saber os acontecimentos relacionados ao seu povo, pois ele conhecia as promessas de Deus a Abraão, expostas no Pentateuco. Ele presenciava os castigos de Deus. A palavra de Deus registra, por um lado, o seguinte:

e será que, assim como o Senhor se deleitava em vós, em fazer-vos bem e multiplicar-vos, assim o Senhor se deleitará em destruir-vos e consumir-vos; e desarraigados sereis da terra, a qual passas a possuir. E o Senhor vos espalhará entre todos os povos, desde uma extremidade da terra; e ali servirás a outros deuses que não conheceste, nem tu nem teus pais (Dt 28.63-65).

Por outro lado também registra:

e te converteres ao Senhor, teu Deus, e deres ouvidos à sua voz conforme tudo o que eu te ordeno hoje, tu e teus filhos, com todo o teu coração e com toda a tua alma, então, o Senhor teu Deus, te fará voltar do teu cativeiro, e se apiedará de ti, e tornará a juntar-te dente todas as nações entre as quais te espalhou o Senhor, teu Deus (Dt 30. 2-3).

Conhecemos pelos relatos bíblicos que a nação de Israel, depois da sua divisão (1Rs 12. 16-20), foi levada cativa, as tribos do norte, pela Assíria (2Rs 17. 5-8), e, as do sul, pela Babilônia (2Rs 8-17). Este último é o contexto, conforme vimos, de Daniel. Este presenciou a ascensão dos medo-persas e o retorno da nação de Israel para sua terra de origem. Nos dias de Esdras e Neemias, o povo estabeleceu um concerto com o Senhor, mas, durante uma ausência de Neemias (Ne 13. 6), a nação caiu novamente em transgressão o que exigiu um novo concerto (Ne 13. 25-31). Dessa forma, se encerra a história de Israel registrada no Antigo Testamento.

Depois do domínio dos medo-persas, conforme as visões de Daniel, Israel esteve sob o domínio dos gregos, dos ptolomeus, dos selêucidas, neste período houve um curto espaço de tempo de independência,

na ocasião da revolta dos macabeus, e dos romanos, até Jerusalém ser finalmente destruída no ano 70 d. C. Por todo esse percurso da nação de Israel no decurso da história humana, até sua completa dispersão a partir da destruição de Jerusalém, não temos como não pensar que Deus reinará, por meio dessa nação, e de Cristo, na terra.

Em consonância com a abordagem histórica que temos feito, nosso arcabouço teológico também converge para a compreensão de um reinado na terra. Esse entendimento é respaldado pelos próprios acontecimentos históricos. Como considerar um reinado de Cristo, como o descrito em Isaías 11, sem a presença de Cristo como querem os pós-milenistas? Com todas as realidades históricas que temos apontado, como aceitar o reinado de Cristo na terra como simbólico e não literal como pensam os pós-milenistas e os amilenistas? E, se a igreja tomou o lugar do Israel nacional como entende os pós-tribulacionistas e o pré-milenismo histórico, por que Deus teria interesse em fazer a nação de Israel ressurgir em 1948? Mais uma vez, são fatos históricos que têm elucidado e comprovado as profecias bíblicas, ou seja, as profecias bíblicas, além dos componentes espirituais, têm cumprimento, literal, na história.

Foi por ordem da Organização das Nações Unidas (ONU) que a nação de Israel ressurgiu, em maio de 1948. Além desse ressurgimento que espanta os historiadores, pela capacidade de permanência de identidade cultural dos judeus, depois de séculos de dispersão, a compreensão da história recente de Israel não deixa dúvidas sobre a força dessa nação. Ainda que o pré-milenismo tem sido, severamente criticado por dar essa ênfase ao governo de Israel literal, conforme apontado por Erickson, o ressurgimento da nação em 1948 deve, ao menos, entrar nas discussões. Mais uma vez perguntamos: se a igreja se tornou o Israel espiritual, por que a nação renasceu? Entretanto, se ao final descobrirmos que Cristo não reinará na terra por, literalmente, 1000 anos, mas, desde já, retornar para buscar seu povo e estabelecer seu reino eterno, qual será o problema? Nenhum, uma vez que, onde quer que Ele reine, reinaremos com Ele.

Nosso objetivo não é defender sistematicamente nenhum dos sistemas escatológicos, até mesmo pela impossibilidade de concordar exatamente com tudo que eles defendem. Ora concordamos em alguns aspectos com um sistema, ora discordamos em outros, mas, com os olhos na história, a forma como a temos compreendido, articulada à leitura bíblica, e temos procurado demonstrar ao longo desse trabalho, nos faz estar mais alinhados ao pré-milenismo, em alguns aspectos ao dispensacionista, em outros ao histórico.

No que diz respeito à posição de Israel no Milênio, estamos de acordo, parcialmente com o posicionamento dos pré-milenistas dispensacionistas e parcialmente com o dos pré-milenistas históricos. Concordamos quanto ao domínio de Israel no Milênio por meio do governo de Jesus, mas não consideramos que a ordem sacerdotal do Antigo Testamento, inclusive o sistema sacrificial, será restaurado, pois a pessoa de Jesus elimina essa necessidade. Nesse caso, concordamos com a posição dos pré-milenistas históricos, embora não compreendamos que a igreja tenha se tornado o Israel espiritual, mesmo tendo algumas responsabilidades como Israel que é levar o conhecimento de Deus ao mundo.

Agora vamos mencionar o significado da palavra semana, da mesma forma, vamos recorrer a McClain (1940 apud PENTECOST, 1998, p. 265, itálicos do autor):

A palavra hebraica é *shabua*, que literalmente significa “sete”, e seria bom ler a passagem dessa maneira [...] Desse modo o v. 24 do nono capítulo de Daniel afirma simplesmente que “setenta *setes* estão determinados”... e o que são esses “setes” deve ser definido pelo contexto e por outras passagens das Escrituras. A evidência é bem clara e suficiente como se segue: [...] os judeus tinham um “sete” de *anos* bem como um “sete” de *dias*. E essa “semana” bíblica de anos era tão conhecida dos judeus quanto uma “semana” de dias. Era, em alguns aspectos, até mais importante. Durante *seis anos* o judeu era livre para cultivar e semear sua terra, mas o *sétimo ano* deveria ser um solene “sábado de descanso para a terra” (Lv 25.3,4). No múltiplo dessa importante semana de anos — “sete sábados de anos” — era estabelecido o ano do grande jubileu [...] Existem vários motivos para acreditarmos que as “setenta semanas” da profecia de Daniel

referem-se ao bem conhecido período de “sete” anos. Em primeiro lugar, o profeta Daniel estava pensando não apenas sob o aspecto de anos em lugar de dias, mas também em um múltiplo exato de “setes” (10 x 7) de anos (Dn 9.1,2). Em segundo, Daniel também sabia que a duração do cativeiro babilônico baseava-se na violação judaica da lei do ano sabático. Visto que, de acordo com 2 Crônicas 36.21, os judeus foram retirados da terra para que ela pudesse descansar por *setenta* anos, deveria ser evidente que o ano sabático tinha sido violado por 490 anos, ou exatamente setenta “setes” de anos. Que cabível, então, que agora, no final do julgamento dessas violações, o anjo fosse mandado para revelar o início de uma *nova era* do tratamento de Deus para com os judeus, o qual se estenderia pelo mesmo número de anos das violações do ano sabático, um ciclo de 490 anos, ou “setenta semanas” de anos (Dn 9.24). Além disso, o contexto da profecia exige que as “setenta semanas” sejam de anos. Pois, se interpretarmos como “semanas” de dias, o período se estenderia por apenas 490 dias ou pouco mais que um ano. Considerando agora que dentro desse breve espaço de tempo a cidade será reconstruída e destruída (sem contar com os tremendos acontecimentos do v. 24), torna-se claro que tal interpretação é improvável. Finalmente [...] a palavra hebraica *shabua* é encontrada apenas em mais um trecho do livro (10.2,3), no qual o profeta declara que lamentou e jejuou «por três semanas». Nesse caso, é perfeitamente óbvio que o contexto exige uma «semana» de dias [...] Significativamente, o hebraico aqui é literalmente «três setes de dias». Se, no capítulo 9, o autor pretendia fazer-nos entender que as «setenta semanas» eram compostas por dias, por que ele não usou a mesma forma de expressão adotada no capítulo 10? A resposta óbvia é que Daniel usou o termo hebraico *shabua* sozinho quando se referiu à conhecida “semana” de anos [...] mas, no capítulo 10, quando fala das “três semanas” de jejum, ele claramente as especifica como “semanas de *dias*” para distingui-las das “semanas” de *anos* no capítulo 9.

De acordo com Pentecost, um texto que dá apoio a essa afirmação de McClain é o de Gênesis 29.27: “decorrida a semana desta, dar-te-e-mos também a outra, pelo trabalho de mais sete anos que ainda me servirás”. Acerca dessa explicação do significado da palavra semana, também está de acordo F. F. BRUCE, em Comentário Bíblico NVI (2012, p. 829). Segundo ele, se referindo a setenta semanas,

essa tradução é interpretativa; algumas versões trazem “setenta setes”. O hebraico diz literalmente “em sete, setenta”, e a palavra “em setes” está no masculino como no v. 26, ao passo que o feminino geralmente representa “semanas”. O masculino ocorre novamente em 10.2,3, mas é qualificado com “em sete, dias”.

Além da constatação de que cada semana é composta por sete anos, Pentecost aponta para a necessidade de observação de que o ano profético tem 360 dias. Mais uma vez ele recorre a McClain ((1940 apud PENTECOST, 1998, p. 265):

[...] há forte evidência para demonstrar que o ano profético das Escrituras é composto por 360 dias, ou doze meses de 30 dias. O primeiro argumento é *histórico*. De acordo com Gênesis, o dilúvio começou no décimo sétimo dia do segundo mês (7.11) e terminou no décimo sétimo dia do sétimo mês (8.4). Esse é um período de exatamente cinco meses, e afortunadamente a extensão do mesmo período é dada em termos de dias — “cento e cinqüenta dias” (7.24; 8.3). Dessa maneira, a referência mais antiga a um mês na história bíblica aponta para um mês de trinta dias de extensão e doze meses nos dariam 360 dias. O segundo argumento é *profético* [...] Daniel 9.27 menciona o período da perseguição judia [...] Visto que a perseguição começa na metade da septuagésima semana e continua até o “final” da semana, o período tem, obviamente, três anos e meio. Dn 7.24,25 fala do mesmo príncipe romano e da mesma perseguição fixando a duração como “um tempo, dois tempos e metade dum tempo” — em aramaico, três vezes e meia. Ap 13.4-7 fala do mesmo grande líder político e de sua perseguição aos judeus “santos” que durará “quarenta e dois meses”. Ap 12.13,14 refere-se à mesma perseguição, citando a duração nos mesmos termos de Dn 7.25, como “um tempo, dois tempos e metade de um tempo”; e esse período é ainda mais definido em Apocalipse 12.6 como “mil, duzentos e sessenta dias”. Desse modo temos o mesmo período declarado várias vezes como três anos e meio, 42 meses ou 1 260 dias. Conseqüentemente, torna-se claro que a extensão do ano da profecia de setenta semanas é fixada pelas próprias Escrituras em 360 dias.

Essas considerações apontam para o fato de que essas semanas são compostas por sete anos e que cada ano é composto por 360 dias. Pentecost faz um estudo detalhado acerca dessas 70 semanas e, com o apoio

de Robert Anderson, demonstra o cumprimento detalhado das 69 semanas. Embora muito interessante, ao invés de fazer o mesmo percurso, desejamos pressupô-lo: consideramos que 69 das 70 semanas de Daniel foram cumpridas, estamos vivendo o intervalo de tempo entre elas, e que resta apenas a última que terá cumprimento no reinado do Anticristo. Segundo o caminho que temos percorrido, o desenvolvimento do capitalismo, que se dá por meio de ciclos sistêmicos, tem apontado para mudanças significativas no nosso contexto histórico e econômico. Essas serão nossas próximas considerações, ou seja, evidenciar algumas questões no nosso contexto que apontam para o caos sistêmico que resulta em mudanças significativas no que diz respeito à hegemonia do poder.

O CAOS SISTÊMICO DA ATUALIDADE E O CLAMOR POR UM LÍDER MUNDIAL

As tecnologias da informação têm promovido uma remodelação do mundo atual e gerado o processo conhecido como interdependência global. De maneira simplificada, essa afirmação pode ser entendida pela interligação do mercado econômico mundial. Assim, acontecimentos no Japão têm repercussão em qualquer lugar da terra, por conta dessa interdependência, de modo que os problemas no mundo não podem mais ser vistos de forma isolada, pois o sistema mundial funciona como uma unidade em tempo real. Uma leitura mais sistematizada acerca dessas questões pode ser feita na obra *A sociedade em rede* (2000), de Manuel Castells.

A remodelação pela qual o mundo passa pode ser vista em vários setores da sociedade, mas gostaríamos de apontar o setor da economia, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, visto que a esse setor está relacionado diretamente o caos sistêmico apontado por Arrighi (2003).

O mundo, marcado pela tecnologia, exige uma formação profissional mais qualificada e, por conta da falta de oportunidades, tem havido uma falta de qualificação e, conseqüentemente, embora haja

várias ofertas de emprego, aumento nas taxas de desemprego, uma vez que tem sido observado o fim dos trabalhos resultantes de tarefas repetitivas. Essa situação resulta em menos poder de compra por parte dos desempregados, menos produção, visto que as vendas caem e, com isso, mais desemprego. Essa situação aponta para uma fragilidade econômica que é acentuada pelas crises econômicas – que sempre existiram e que, conforme apontamos anteriormente, fazem com que haja mudança na hegemonia mundial – cada vez mais intensas, desde a crise da Bolsa de Valores, em 1929.

A crise de 1929, provocada pela supervalorização da moeda, moeda sem lastro, corresponde a um cheque sem fundos, foi agravada por acontecimentos posteriores, especialmente pela Segunda Guerra Mundial, provocada pela disputa, entre as grandes potências europeias, de mercado consumidor. O caos provocado por essa guerra fez com que as nações se reunissem na conferência de Breton Woods, e criassem o Fundo Monetário Internacional (FMI) com o objetivo de amenizar as crises financeiras, visto que essa instituição teria a incumbência de fazer empréstimos às nações, desde que elas se comprometessem, por meio do processo de privatização da sua economia, a honrar suas dívidas. O FMI acelerou o processo de globalização porque, com os créditos disponíveis, houve mais abertura dos mercados. Com a abertura dos mercados, vários países aumentaram seu déficit comercial, pois fizeram muita importação e, com isso, contraíram mais empréstimos com o FMI. O cenário estava preparado para a sequência de crises que o século XX enfrentou e que prosseguiria no XXI.

Em 1982, a crise do México teve uma forte repercussão, visto que esse país deu o calote na sua dívida externa. Em 1987, os Estados Unidos tiveram mais uma alta queda nas Bolsas de Valores e o Brasil foi tão afetado que não conseguiu honrar sua dívida externa. Essa crise foi considerada a primeira do mercado efetivamente globalizado. Em 1997, foi a vez dos tigres asiáticos. A crise começou na Tailândia e se alastrou para vários países que sofreram a desvalorização de suas moedas e a

queda dos imóveis. Essa crise teve repercussão em todo o planeta. Em 1998, a crise surge intensamente na Rússia. A queda dos preços do gás natural e do petróleo gerou o calote da dívida externa e, no Brasil, a taxa de juros subiu intensamente e o real também se desvalorizou. Em 2001, os Estados Unidos voltam à cena por conta dos ataques terroristas nas torres gêmeas e as Bolsas de Valores despencaram. Nessa ocasião, a fragilidade das empresas de tecnologias foi exposta e os investimentos passaram a ser na área imobiliária. Os anos seguintes tiveram uma frágil ilusão de prosperidade e, em 2008, a real situação veio à tona e uma nova crise se instaurou: a quebradeira mundial de bancos, provocada por conta de empréstimos de alto risco, concedidos para a compra de imóveis. Foram necessárias várias intervenções para salvar os bancos e proteger os cidadãos que tinham suas economias neles e, então, nações injetaram recursos e estatizaram bancos e instituições financeiras. Os países se endividaram a ponto de não terem condições de saldar suas dívidas. A intensidade da crise econômica provocou uma crise política sem precedentes e vários líderes europeus perderam seus cargos por não conseguirem controlá-la. Diante de situações assim, no contexto de uma economia interligada, é que surge o anseio por um governo mundial que regulamente a economia e contorne as crises nos países.

De acordo com a exposição de Arrighi (2003), cada ciclo sistêmico, no passado, teve a duração de, cerca, de 100 anos. A ascensão dos Estados Unidos se deu no começo do século XX e, ao longo desse século, rivalizava, apenas, com a, então, União Soviética. A questão que se põe é a seguinte: estamos próximos à finalização de mais um ciclo? Lembremos que, com o fim da Guerra Fria, com a derrubada do muro de Berlim, rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, o mundo já se reconfigurou, visto que deixou de ter uma hegemonia bipolar, passou por um momento de unipolaridade, domínio dos Estados Unidos, para se tornar multipolar. Não seria preciso essa multipolaridade para o cumprimento dos dez chifres, que são nações, que Daniel viu no quarto animal? Não seria um contexto multipolar

que resultaria uma nação ou um bloco de nações que ascenderia? Para enfrentamento das crises econômicas, as nações têm formado blocos de nações para se fortalecerem. Portanto, pensamos que os dez chifres poderiam se referir a blocos de nações e não a nações isoladas. Conforme temos dito, nosso objetivo neste trabalho não é fazer nenhuma previsão, mas demonstrar como o mundo está sendo configurado para a ascensão de um governo mundial. Adiante, desejamos fazer menção a algumas reportagens para que observemos que essa questão do governo mundial já é discutida na mídia.

A revista Cadernos do 3º mundo de julho/agosto de 1999 tem a seguinte matéria: “Zona de Livre Comércio em 2000”. Na matéria, vemos que alguns países africanos, para se fortalecerem e enfrentarem os desafios da globalização, se juntam num mercado comum, o Comesa (Mercado Comum da África Oriental e Austral). De acordo com a reportagem, a projetada União Econômica dará aos países que se juntaram em bloco a vantagem de um mercado ampliado para competir com o mercado exterior e, além disso, a possibilidade de construção de sua própria infraestrutura sem depender de outros países. Segundo Nicholas Biwott, Ministro de Cooperação Regional do Quênia, “a concretização de um mercado torna-se mais urgente no atual contexto econômico, que é cada vez mais globalizado”.

O ex-presidente e ex-premiê de Portugal, Mário Soares, concedeu uma entrevista interessante à Folha de São Paulo em abril de 1998. Segue, adiante, trechos dessa entrevista, os itálicos são nossos:

Folha – A União Europeia faz diferença na situação internacional?

Soares – Vivemos num mundo unipolar, com uma potência hegemônica com grandes fragilidades internas de tipo social e étnico. Essa potência não assegura uma *ordem mundial*. *A união política europeia faz falta para uma nova regulação do mundo*. A Europa tem uma longa experiência de guerras e problemas que teve que ultrapassar e um modelo social que os E.U.A. não têm. É uma região, portanto, onde há estabilidade política muito maior.

Folha – Como é que o sr. vê o mundo com o desenvolvimento da União Europeia?

Mário Soares – A União Europeia é o bloco econômico mais rico do mundo. Quando é preciso pagar as contas dos problemas internacionais, quem paga é a União Europeia [...] Somos uma união econômica e ainda não uma união política.

Folha – Como chegar lá?

Soares – Sou entusiasta do Euro (a moeda única europeia, a ser adotada em 1º de janeiro de 1999), que vai ser o motor dessa união política...

Considerando que a entrevista é de 1998, os Estados Unidos ainda figuravam como uma potência unipolar, ainda era recente o colapso da União Soviética, entretanto, desde esse tempo, Soares aponta a impossibilidade de essa potência assegurar a ordem mundial. E ele, então, vê a união política europeia como possibilidade de uma nova regulação do mundo. O que está muito evidente é que vivemos um tempo histórico de mudanças muito significativas. Ele é otimista em relação ao papel da União Europeia nesse processo de nova ordem mundial, mas, esse é um dos motivos de não termos a pretensão de fazer previsões, vimos a fragilidade desse bloco, na crise de 2008.

Na Folha de São Paulo em maio de 1998, temos a seguinte manchete: “Cúpula Europeia. Líderes da U.E. reunidos em Bruxelas tentam acordo sobre quem presidirá o novo Banco Central Europeu”. Segundo a reportagem, a presidência do banco terá controle, dentre outras coisas, sobre as taxas de juros da zona do Euro e, além disso, será de extrema importância para o estabelecimento da política monetária da União Europeia. O homem que ocupa essa presidência é um dos mais poderosos do continente. Considerando necessidades econômicas, vários países europeus decidiram se submeter à regulamentação de um Banco Central Europeu. Essa situação comprova a afirmação de Arrighi (2003, p. 29, *italico* nosso), já citada, de que “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um *interesse geral*”.

Conforme temos vimos, por meio da exposição de Arrighi (2003), um Estado que demonstra competência e condições de atender ao inte-

resse geral não precisa tomar o poder à força, mas esse poder lhe é concedido por consentimento de outras nações. Não é isso que diz o versículo? Porque os reis têm o mesmo intento, os mesmos interesses, entregarão o poder e a autoridade à besta. Não podemos dizer o que e como os fatos de desenrolarão, mas podemos afirmar que o mundo está configurado de tal maneira que essa ascensão pode se dar a qualquer momento.

Como mais uma prova disso, a Folha de São Paulo publicou uma resenha do livro de John Gray, em julho de 1998, com o seguinte título: “Livro de John Gray sugere um governo mundial para enfrentar o livre mercado, idéia simpática a F.H.C.” (Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil). Seguem alguns trechos: “o presidente Fernando Henrique Cardoso não está sozinho em sua utopia declarada de querer uma espécie de governo mundial para controlar os excessos da globalização”. “A tese é assinada também por John Gray, professor da prestigiosa London School of Economics (...) Gray defende controle global sobre moedas, movimentos de capital, comércio e meio ambiente”. “F.H.C. concordaria: ‘A globalização precisa de controles, porque está indo para um caminho perigoso’”. Mais recentemente, em novembro de 2008, a Folha de São Paulo publicou a seguinte manchete: “Cúpula define quem governa o mundo”. Essa reunião aconteceu em 15 de novembro em Washington, nos Estados Unidos, reunião considerada como novo Breton Woods, e deveria deixar claro qual seria o grupo que coordenaria as grandes decisões mundiais, ou seja, qual seria a diretoria do mundo e como deveria ser gerenciada uma economia que se globalizou, mas que, ainda, está sendo regulada por instituições nacionais. A defesa, inclusive do Brasil, é que haja uma supervisão e uma regulamentação supranacional e, por isso, o FMI e o BIRD (Bando Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que compõe o Banco Mundial e é ligado à ONU, devem ser reformados. Não tenhamos dúvidas: todas as 69 semanas de Daniel foram cumpridas e o cenário, a ciência se multiplicou, está preparado para o cumprimento da 70^a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste livro, apresentamos o cenário no qual a história pessoal de Daniel estava inserida e o dos acontecimentos registrados no livro de Daniel. Além disso, apontamos o propósito pelo qual o livro foi escrito, bem como sua mensagem: as profecias para os gentios e as para Israel.

Vimos o quanto Daniel tinha uma grande e íntima comunhão com Deus e, por isso, o Senhor deu-lhe entendimento do que aconteceria nos derradeiros dias. Quanto mais Deus lhe dava revelações, mais entendimento ele desejava. Foi assim que, no terceiro ano do reinado de Ciro, Daniel chorou e jejuou por três semanas. Ao final dessas semanas, teve a visão de um mensageiro celestial: “fiquei, pois, eu só e contemplei esta grande visão, e não restou força em mim; o meu rosto mudou de cor e se desfigurou, e não retive força alguma” (10.8). Posteriormente, disse-lhe o mensageiro: “Agora, vim para fazer-te entender o que há de suceder ao teu povo nos últimos dias; porque a visão se refere a dias ainda distantes” (10.14).

Tentamos evidenciar ao longo desse estudo o cumprimento, a partir de uma abordagem histórica, de boa parte das revelações que Deus deu a Daniel para que nossa tese pudesse ser comprovada, ou seja, a tese do processo contínuo de expansão do domínio mundial, até a ascensão do Anticristo. Esse processo, conforme demonstramos, não está desvinculado da expansão civilizatória da humanidade e ela foi o fio condutor deste trabalho, visto que apontamos esse processo que resul-

tou – a partir da prática de vida nômade, da criação de cidade e da de cidades-estados – no primeiro império que tanto a Bíblia quanto a história secular registram: o egípcio e, depois disso, tratamos dos impérios que foram mencionados pelo profeta Daniel: o Babilônico, o Medo-Persa, o Grego, o Romano e o do Anticristo, que precederá o de Cristo. O do Anticristo terá cumprimento no futuro e nossa tarefa foi evidenciar que as bases do mundo já foram fincadas para dar sustentação ao governo mundial. Para demonstração desse fato, fizemos menção à constituição e à queda de alguns impérios no contexto histórico da Idade Moderna, ou seja, fizemos um percurso no que diz respeito ao desenvolvimento do sistema capitalista moderno para compreender a lógica estrutural do sistema capitalista. Por fim, evidenciamos o caos sistêmico que caracteriza o mundo atual e o clamor que já existe por um governo mundial que consiga regulamentar, especialmente, a economia para dirimir as crises financeiras mundiais.

Tendo feito esse percurso, consideramos que alcançamos o objetivo que propomos que foi demonstrar a relação entre o cumprimento das profecias de Daniel e a formação de um futuro Império Mundial e, por consequência, a ascensão de um futuro líder mundial. Confirmamos por meio de estudos históricos, bem como da realidade empírica, que tem havido uma reordenação do mundo que aponta para a possibilidade de organização de um governo mundial e, com isso, acreditamos que nossa hipótese, a de que tem havido, embora com mudanças de estratégias, tentativas constantes de unificação dos povos, foi confirmada.

Feitas essas considerações, só nos resta regozijar porque o livro de Daniel nos faz compreender que o reino de Deus possui uma relação direta com a história dos homens. A história de todas as nações da terra, especialmente, a das mencionadas no Antigo Testamento tem importância à medida que estão vinculadas à história de Israel. É fascinante compreender que Deus tem domínio acerca de tudo o que ocorre no

tempo dos homens e o que ocorre no tempo dos homens tem uma relação direta com a eternidade. E, por isso, temos uma visão mais abrangente do ser no mundo. Essa relação da história dos homens, que é marcada pela efemeridade, com a história do reino de Deus, que é eterno, nos faz deixar de ver o tempo como terror. Nesse sentido, as perturbações humanas, provocadas pela destruição que o tempo promove e pela certeza da ascensão de um líder que se opõe a Deus, podem ceder lugar à quietude, à esperança de que, para além desta existência, há outra mais profunda e mais duradoura, pois “nos dias desses reis, o Deus do céu levantará um reino que não será jamais destruído; e esse reino não passará a outro povo; esmiuçará e consumirá todos esses reinos e será estabelecido para sempre”, (Dn 2.44).

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/UNESP Editora, 2003.

BALDWIN, Joyce G. **Daniel**. Introdução e comentário. Trad. Ênio R. Mueller. São Paulo: Vida Nova, 2006.

BAXTER, J. Sidlow. **Examinai as escrituras**. Ezequiel a Malaquias. Trad. Neyd Siqueira. São Paulo: Vida Nova, 1995.

Bíblia de Estudo das Profecias. Belo Horizonte e Barueri: Editora Atos e Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.

Bíblia do Obreiro. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

BRUCE F. F. **Comentário Bíblico NVI**. Antigo e Novo Testamentos. Trad. Valdemar Kroker. São Paulo: Editora Vida, 2012.

CADERNOS DO 3º MUNDO. **Zona de Livre Comércio em 2000**. 9 set. 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio Majer. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAMPLIN, Russell Norman. **O antigo testamento interpretado** versículo por versículo. Vol. 5. São Paulo: Candeia, 2000.

Comentário Bíblico Moody. Trad. Yolanda M. Krievin. Vol. 3. São Paulo: EBR, 1999.

DONNER, Herbet. **História de Israel e dos povos vizinhos**. Vol. 1. Trad. Claudio Molz e Hans A. Trein. Rio de Janeiro: Sinodal/Vozes, 1997.

_____. **História de Israel e dos povos vizinhos**. Vol. 2. Trad. Claudio Molz e Hans A. Trein. Rio de Janeiro: Sinodal/Vozes, 2000.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. Entendes o Que Lês?

GOUVÊA, Ricardo Quadros. **O anticristo na Bíblia e na História**. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

GUNDRY, Robert H. **Panorama do Novo Testamento**. Trad. João Marques Bentes. São Paulo: Vida Nova, 2007.

HALE, Broadus David. **Introdução ao Estudo do Novo Testamento**. Trad. Cláudio Vital de Souza. São Paulo: Hagnus, 2001.

LASOR, William et ali. **Introdução ao Antigo Testamento**. Trad. Lucy Yamakami. São Paulo: Vida Nova, 2002.

LOHSE, Eduard. **Contexto e ambiente do Novo Testamento**. Trad. Hans Jorge Witter. São Paulo: Paulinas, 2000.

MARCONCINI, Benito. **Daniel**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

PAGDEN, Anthony Pagden. **Povos e impérios**. Uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade. Trad. Marta Miranda O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PENTECOST, J. Dwight. **Manual de Escatologia**. Uma análise detalhada dos eventos futuros. Trad. Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida, 1998.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <http://www.portalconservador.com/livros/Jaime-Pinsky-As-Primeiras-Civilizacoes.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

PRICE, Ross E. et ali. **Comentário Bíblico Beacon**. Vol. 4. Trad. Valdemar Kroker e Haroldo Janzen. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média**. Textos e testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José de A. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

SILVA, Severino Pedro da. **Daniel, versículo por versículo**. Rio de Janeiro: CPAD, 1986.

SOARES, Mário. **Entrevista**. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 abr. 1998. Mundo.

WALLACE, Ronald S. **A Mensagem de Daniel**. São Paulo: ABU Editora, 1987.

Este livro foi composto em Minion Pro
12/16, e impresso em papel Pólen Soft
80g, pela Editora Cruz na cidade de Goiá-
nia/GO, em agosto de 2015.
